



**Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Escola de Serviço Social
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**

Denise Carmen de Andrade Neves

**INSERÇÃO PRECOCE DE MULHERES POBRES NO
TRABALHO DOMÉSTICO: UM ESTUDO DE TRAJETÓRIAS**

**Rio de Janeiro
2008**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



**Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Escola de Serviço Social
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**

DENISE CARMEN DE ANDRADE NEVES

**INSERÇÃO PRECOCE DE MULHERES POBRES NO
TRABALHO DOMÉSTICO: UM ESTUDO DE TRAJETÓRIAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da ESS/UFRJ como requisito parcial para obtenção de título de Doutor em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Myriam de Moraes Lins de Barros

**Rio de Janeiro
2008**



**Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Escola de Serviço Social
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**

DENISE CARMEN DE ANDRADE NEVES

**INSERÇÃO PRECOCE DE MULHERES POBRES NO
TRABALHO DOMÉSTICO: UM ESTUDO DE TRAJETÓRIAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da ESS/UFRJ como requisito parcial para obtenção de título de Doutor em Serviço Social. Aprovada pela banca abaixo indicada.

Profª Drª Myriam de Moraes Lins de Barros
Orientadora

Profª Drª Maria das Dores Campos Machado

Profª Drª Rita de Cássia Santos Freitas

Profª Drª Rosana Morgado

Profª Drª Walderez Loureiro Miguel

AGRADECIMENTOS

À Myriam Moraes Lins de Barros, pela atenção e respeito com que me acompanhou durante todo o percurso do Doutorado e, em especial, durante a elaboração desta tese.

Às professoras Dr^a Maria das Dores Campos Machado, Dr^a Zuleica Lopes Cavalcante de Oliveira, Dr^a Bila Sorj e Dr^a Rosana Morgado, por terem participado do Exame de Qualificação e da Defesa do Projeto de Tese.

Às professoras Dr^a Maria das Dores Campos Machado, Dr^a Rosana Morgado e Dr^a Rita de Cássia Santos Freitas, por terem contribuído para o aprimoramento do trabalho por meio das sugestões apresentadas na Banca de Defesa de Tese.

À Dr^a Walderez Loureiro Miguel, não só por ter aceitado prontamente participar da Banca de Defesa de Tese, mas por me acompanhar desde a graduação incentivando-me a *dar mais um passo*, sempre com muito respeito e carinho. E, ainda, por tudo o que ela representa para o Serviço Social de Goiás.

À Universidade Católica de Goiás, por ter me possibilitado cursar o Doutorado através do Convênio UCG/UFRJ, além da concessão de licença para o cumprimento das exigências a ele pertinentes.

À Universidade Federal de Goiás, por ter me assegurado licença integral para a realização desta pós-graduação, especialmente à equipe de profissionais do Núcleo de Estudo e Coordenação de Ações para Saúde do Adolescente – NECASA, pelo apoio.

Ao Centro de Assistência Social de Campinas – CASC, na pessoa da assistente social Maria Célia Oliveira Barbosa, pelo relevante apoio no contato com grande parte das mulheres cujas trajetórias constam neste trabalho.

Às mulheres que se dispuseram a falar sobre suas histórias, nem sempre permeadas de boas recordações, para que pudéssemos conhecer os meandros do trabalho doméstico.

A meus pais Anésio e Zélia, por não medirem esforços para me apoiar neste e em outros projetos da minha vida.

Ao Cláudio, meu marido e companheiro, por me fazer acreditar sempre em mim e ter forças para seguir em frente.

A meus filhos Felipe e Henrique – que se tornaram adolescentes durante este percurso – por me mostrarem cotidianamente que tudo que construímos juntos até aqui tem valido a pena.

A todas minhas alunas e alunos do curso de Serviço Social da Universidade Católica de Goiás, por partilharem comigo este momento de formação. Em especial às alunas Gasparina, Maria Inêz e Mariete, por terem me acompanhado nos últimos semestres como alunas, estagiárias e orientandas de monografia. A dedicação e seriedade com que percorreram suas vidas acadêmicas me trouxeram estímulo enquanto docente e profissional. A todos que não foram aqui mencionados, mas que de alguma forma acompanharam meu caminhar.

RESUMO

NEVES, Denise Carmen de Andrade. **Inserção precoce de mulheres pobres no trabalho doméstico**: um estudo de trajetórias. Tese (Doutorado em Serviço Social) Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
Orientadora: Dra Myriam de Moraes Lins de Barros

O objetivo deste estudo foi investigar como o trabalho doméstico está representado na memória de mulheres pobres que nele se inseriram precocemente. Buscou-se apreender o trabalho doméstico tanto nos aspectos econômicos que o sustentam numa sociedade dividida em classes sociais, quanto em aspectos culturais que contribuem para que meninas e adolescentes pobres façam parte dessa atividade profissional. Dessa forma, fez-se necessário o estudo das relações de trabalho na sociedade capitalista, bem como do trabalho infantil e do trabalho feminino. Recorreu-se também às relações de gênero para a elucidação dos aspectos socioculturais presentes no trabalho doméstico. Na pesquisa de campo procurou-se resgatar a história de trinta mulheres com experiência nessa modalidade de trabalho antes dos quinze anos e por um período não inferior a dois anos. No estudo da memória, buscaram-se as contribuições de Maurice Halbwachs que traz significativas contribuições para o entendimento dos quadros sociais que a compõem. Nesse sentido, a memória é resgatada com base em construção coletiva, partindo-se do pressuposto de que toda lembrança significativa é um processo socialmente condicionado. Concluiu-se, então, que as condições precárias de vida foram determinantes para a inserção das mulheres no trabalho doméstico, entretanto, vários elementos culturais contribuíram para traçar suas trajetórias de vida. No resgate da memória, constatou-se recorrente referência a situações em que foram desrespeitadas e humilhadas. Assim, o trabalho doméstico foi negativamente avaliado pela maioria delas, sobretudo quando se referiam à experiência vivenciada durante a infância e/ou adolescência.

Palavras-chave: trabalho doméstico, trabalho infanto-juvenil doméstico, relações de gênero.

ABSTRACT

NEVES, Denise Carmen de Andrade. **Early insertion of poor women in domestic work: a study of paths.** Thesis (Social Service Doctorate) Social Service School, Federal University of Rio de Janeiro, 2008.

The aim of this work was to investigate how the domestic work is represented in poor women's memories that early inserted in it. We tried to understand the domestic work not only from the economic aspects that support it in a society divided in social classes, but also from the socio-cultural aspects that contribute to poor girls and teenagers to be early inserted in it. The study of work relationships in the capitalist society, as well as of child work and feminine work was necessary. At the same time, we used the relationships of gender so that we could understand socio-cultural aspects which are present in the domestic work. In the site research we tried to revive the history of thirty women, with experience in this kind of work under fifteen years old and for no less than two years. The age of the women interviewed vary from seventeen to fifty-six years old, thus it is possible to watch how the insertion in the domestic work happened to different generations. One common characteristic in the group was their countryside origin. In the study of memory we used the contributions of Maurice Halbwachs, which bring great aid to the understanding the social environments that make it. In this sense, the memory is regained from its collective construction, basing on the view that all meaningful memory is a social conditioned process. Thus we concluded that precarious conditions were very important to the insertion of the women in the domestic work; however, many cultural elements contributed to pave their path in life. In the recovery of memory, we could see that there were repeated references to situations in which they were disrespected and humiliated. Consequently, the majority of them negatively evaluated the experience in the domestic work; most of all when they referred to those lived during their childhood and teenagerhood.

Key words: domestic work, domestic child-teenager work, gender relationship.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	11
LISTA DE SIGLAS	12
INTRODUÇÃO	13
1 Trabalho doméstico – aspectos socioeconômicos e históricos	27
1.1 Trabalho – produção e reprodução no capitalismo: esfera pública/esfera privada e o trabalho doméstico assalariado	29
1.2 A história do trabalho doméstico no Brasil – precarização, desvalorização e invisibilidade	
1.2.1 A ocupação feminina no mercado de trabalho – a permanência dos <i>guetos profissionais</i>	
1.3 O trabalho doméstico e as conquistas das últimas décadas.....	
1.4 O trabalho doméstico e a legislação brasileira	
2 Nas trajetórias das mulheres pobres, a inserção precoce no trabalho doméstico	
2.1 A família de origem	
2.1.1 A origem rural, condições de vida e a exposição à violência	
2.2 O trabalho infanto-juvenil no Brasil e os marcos legais e as ações governamentais que visam coibir o trabalho infanto-juvenil.....	
2.3 A inserção precoce das mulheres no trabalho doméstico	
2.3.1 O trabalho doméstico na casa de terceiros – as lembranças da vulnerabilidade	
2.3.2 A relação ambígua estabelecida no trabalho doméstico – patroa, mãe ou amiga?	
2.3.3 Quando o trabalho não subverte a infância	
2.4 A adolescência e a constituição da família	
2.5 O percurso escolar, as dificuldades enfrentadas e tentativas de superação.....	

3 Trabalho doméstico e relações de gênero, continuidades e rupturas	
3.1 A representação das relações de gênero no trabalho doméstico	
3.1.1 Nos afazeres domésticos, os primeiros aprendizados	
3.1.2 A saída da família de origem – expectativa de melhores condições de vida	
3.2 Na vida adulta – continuidades e rupturas	
3.2.1 O reconhecimento dos direitos, mas a não superação da precarização	
3.2.2 Quando o reconhecimento dos direitos se transforma numa forma de resistência	
3.2.3 A não aceitação do trabalho doméstico para os filhos – outra forma de resistência?	
3.2.4 A avaliação do trabalho doméstico	
3.2.4.1 O trabalho doméstico comparado à escravidão	
3.2.4.2 Aspectos positivos do trabalho doméstico, uma avaliação por vezes contraditória	
3.2.5 Os problemas de saúde decorrentes do trabalho doméstico	
3.3 Perspectivas	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	
REFERÊNCIAS	

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – IDADE DAS MULHERES COM EXPERIÊNCIA DE TRABALHO DOMÉSTICO NA INFÂNCIA E/OU ADOLESCÊNCIA

QUADRO 2 – ESTADO DE ORIGEM DAS MULHERES COM EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO DOMÉSTICO NA INFÂNCIA E/OU ADOLESCÊNCIA

QUADRO 3 – PESSOAS COM AS QUAIS AS MULHERES COM EXPERIÊNCIA DE TRABALHO DOMÉSTICO NA INFÂNCIA E/OU ADOLESCÊNCIA RESIDIRAM A MAIOR PARTE DA INFÂNCIA.....

QUADRO 4 – ESTADO CIVIL DAS MULHERES COM EXPERIÊNCIA DE TRABALHO DOMÉSTICO NA INFÂNCIA E/OU ADOLESCÊNCIA

QUADRO 5 – GRAU DE ESCOLARIDADE DAS MULHERES COM EXPERIÊNCIA DE TRABALHO DOMÉSTICO NA INFÂNCIA E/OU ADOLESCÊNCIA

QUADRO 6 – IDADE ATUAL E IDADE EM QUE AS MULHERES COM EXPERIÊNCIA DE TRABALHO DOMÉSTICO NA INFÂNCIA E/OU ADOLESCÊNCIA O INICIARAM NA CASA DE TERCEIROS.....

LISTA DE SIGLAS

CASC – Centro de Assistência Social de Campinas

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

DPCA – Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

NECASA – Núcleo de Estudos e Coordenação de Ações para Saúde do Adolescente

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PEA – População Economicamente Ativa

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PROEC – Pró-Reitoria de Extensão e Cultura

UCG – Universidade Católica de Goiás

UFG – Universidade Federal de Goiás

INTRODUÇÃO

O trabalho doméstico na sociedade brasileira contemporânea comporta uma série de reflexões que parte de uma infinidade de ângulos. Nele estão enredados elementos econômicos, psicossociais, políticos e culturais nos quais se pode desnudar aspectos polêmicos e explicitar situações julgadas superadas numa sociedade que almeja a superação de desigualdades. Essa mesma sociedade, tradicionalmente, considera que suas relações sociais estão baseadas em generosidade e harmonia.

Estudos demonstram que também nos países ditos em desenvolvimento uma parcela significativa da população (sobretudo feminina) sem qualificação, que necessita suprir suas necessidades básicas de sobrevivência, faz do trabalho doméstico uma de suas únicas opções de inserção no mercado de trabalho. Entretanto, mesmo em países economicamente mais avançados, onde se supõe que direitos individuais estejam assegurados, que as relações trabalhistas estejam formalizadas e que as relações de gênero apresentem uma maior simetria, o trabalho doméstico é, ainda, desvalorizado.

Uma situação peculiar e agravante nessa realidade é que a inserção nesse mercado de trabalho ocorre na maioria das vezes muito precocemente, o que não raro expõe crianças e adolescentes a condições aviltantes. Embora o percentual de crianças e adolescentes brasileiros entre cinco e dezessete anos que trabalham como empregados domésticos esteja em queda, o problema ainda está longe de ser solucionado. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD (2001) demonstram que 494 mil crianças e adolescentes estão ainda sujeitos a essa

modalidade de trabalho. A maioria (62%) é composta por meninas que vêm de famílias cuja renda gira em torno de meio salário mínimo. (OIT/PNAD, 2001).

A escolha do objeto deste estudo corresponde, assim, ao nosso interesse pela investigação de aspectos que alimentam a precariedade do trabalho doméstico e que contribuem para invisibilidade dele, sobretudo quando se trata de trabalho de crianças e de adolescentes. A importância de um estudo dessa natureza está na possibilidade de se desnaturalizar uma vivência tão comum na realidade de mulheres pobres e que necessita de entendimento crítico tanto pela perspectiva da questão de gênero quanto da reflexão do trabalho infanto-juvenil na sociedade brasileira contemporânea.

O nosso trabalho como docente e supervisora de estágio na área da infância e adolescência na Universidade Católica de Goiás – UCG e como assistente social no Núcleo de Estudos e Coordenação de Ações para a Saúde do Adolescente – NECASA¹/UFG direcionou nosso interesse para o estudo de temas relacionados a esse público. O contato com adolescentes grávidas no Ambulatório de Ginecologia e Obstetrícia do Hospital das Clínicas da UFG nos motivou compreender a relação desse fenômeno com a escolarização, o que culminou na dissertação de mestrado: “A relação da gravidez com a educação, a profissionalização e a socialização das adolescentes que freqüentam o HC/UFG” (NEVES, 2001). Tomando por base a pesquisa realizada naquela ocasião, optamos pelo estudo de questões relacionadas ao trabalho de adolescentes do sexo feminino, especialmente o trabalho doméstico, realidade vivenciada por algumas das grávidas entrevistadas. Em decorrência de estudos e orientações de monografias relacionadas ao tema, os meandros dessa

¹ O NECASA é um Programa permanente de extensão, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PROEC da Universidade Federal de Goiás – UFG que, além de outras ações voltadas à formação de profissionais que atuam na área da adolescência, presta atendimento de saúde, por meio de uma equipe multiprofissional no Ambulatório Geral de Adolescentes e no Ambulatório de Ginecologia e Obstetrícia de Adolescentes, ambos do Hospital das Clínicas da UFG.

modalidade de trabalho foram sendo desnudados, possibilitando a compreensão das condições degradantes a que podem estar expostas as trabalhadoras nela inseridas.

A questão que norteia este estudo centra-se na forma como o trabalho doméstico na infância e/ou adolescência é rememorado pelas mulheres que o vivenciaram. Por isso, optamos por estudar como essa experiência é interpretada na atualidade por mulheres de diferentes gerações, buscando recuperar suas histórias de vida desde a infância e apreender como as condições de precariedade econômica e também os valores culturalmente impostos as direcionaram para o trabalho doméstico. Para isso, apoiamos-nos nas reflexões de Maria Luiza Heilborn que dá pistas de como os condicionamentos simbólicos e materiais relacionados à organização da família e às relações de gênero levam meninas pobres a *aderirem* ao trabalho doméstico.

A fim de nos aproximar do objeto de estudo, foram realizadas conversas informais com meninas (de catorze a dezesseis anos) inseridas num dos Programas da Prefeitura Municipal de Goiânia voltado à profissionalização de adolescentes. As leituras de textos e obras que tratam do objeto em questão também serviram de subsídio para a definição do universo a ser pesquisado.

Levando-se em conta que o interesse pelo tema esteve centrado na apreensão do *significado* do trabalho doméstico para as mulheres que precocemente nele se inseriram, consideramos a dimensão subjetiva no resgate das experiências vividas. Compreendemos que as lembranças rememoradas não significam um fiel retrato do fato como ele ocorreu, mas suas vivências atuais dão o tom do quê e de como essas lembranças afloram. Segundo Pollak, “a reconstrução a posteriori da história da vida ordena acontecimentos que balizaram uma existência” e, “através desse trabalho de reconstrução de si mesmo, o indivíduo

tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros” (POLLAK, 1989, p. 13). Partimos, então, da idéia que passado, presente e futuro estão interligados e que o sentido de reconstrução do passado é dado pelo presente (que o reinterpreta). Assim, o fato de rememorar imagens significativas de um passado recente ou distante e de relacioná-las com o que é vivenciado no presente pode expor um processo de ressignificação dessas vivências.

Halbwachs contribuiu significativamente para a compreensão dos quadros sociais que compõem a memória. Para ele a memória não significa a sobrevivência de um passado *conservado* em cada ser humano, ou seja, as lembranças não vivem no passado, precisam de um tempo presente de onde possam receber um sentido. Para o autor, “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada” (HALBWACHS, 2004, 75/76).

Toda lembrança significativa é um processo socialmente condicionado embasado na estrutura social na qual estão presentes elementos culturais do passado. Nesse sentido, assim se manifesta Lins de Barros:

no ato de lembrar nos servimos de campos de significados – os quadros sociais – que nos servem de pontos de referência. As noções de tempo e de espaço, estruturantes dos quadros sociais da memória, são fundamentais para a rememoração do passado na medida em que as localizações espacial e temporal das lembranças são a essência da memória (LINS DE BARROS, 1989, p.30).

Ou seja, o indivíduo traz consigo lembranças, mas está sempre interagindo com a sociedade, por isso, é no contexto das relações sociais que essas lembranças são construídas. “[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória

coletiva, [...] este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e [...] este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (HALBWACHS, 2004, p. 55).

A memória é o processo de aprender, armazenar e recordar uma informação e, assim, sempre traz à tona imagens do passado. Mas a memória não é um depósito de todas as ocorrências de nossas vidas, pois há um processo de seleção daquilo que, de fato, teve algum sentido para nós. A partir dessa seleção, grupos e indivíduos apresentam suas experiências passadas de forma articulada numa narrativa acerca de suas trajetórias. Essa narrativa é reconstruída segundo nossas perspectivas presentes.

O autor ressalta que as imagens que nos são impostas pelo meio

modificam a impressão que possamos ter guardado de um fato antigo, de uma pessoa outrora conhecida. Pode ser que essas imagens reproduzam mal o passado, e que o elemento ou a parcela de lembrança que se achava primeiramente em nosso espírito, seja sua expressão mais exata: para algumas lembranças reais junta-se assim uma massa compacta de lembranças fictícias (HALBWACHS, 2004:32).

Consideramos, desse modo, que a memória, individual ou coletiva, seja necessária para a compreensão das transformações processadas na realidade social.

Um relato, fundado na memória, é uma forma de superar esquecimentos, de reelaborar significações e (re)estabelecer relações com o passado, permitindo apreender a dinâmica da própria sociedade. A rememoração não traduz a existência de um dado imediato à percepção (o efetivamente realizado), trata-se de um ato cognitivo que um dado indivíduo, situado em uma posição distanciada, produz sobre as situações vividas anteriormente. Quer dizer, instaura-se uma atribuição de sentido, uma análise daquilo que constituiu uma experiência (SANTOS, 2005, p. 5).

Dessa forma, acreditamos que o resgate das histórias aqui analisadas possa contribuir para a apreensão da dinâmica da sociedade tomando-se por base

relações estabelecidas entre mulheres pobres e trabalho doméstico concorrendo, assim, para desvendar aspectos que possam acelerar o processo de superação das condições de subalternidade e domesticidade impregnadas nessa modalidade de trabalho. Torna-se, portanto, um relevante objeto de estudo para o Serviço Social, por ser uma profissão que recusa todas as formas de autoritarismo e arbítrio, travando uma luta constante pela defesa dos direitos humanos, como afirma Iamamoto (2001), apoiada no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (CFESS, 1993). Para a autora

... desvelar as condições de vida dos indivíduos, grupos e coletividades com as quais se trabalha é um dos requisitos para que se possa decifrar as diversas formas de luta, orgânicas ou não, que estão sendo gestadas e alimentadas, com inventividade pela população (IAMAMOTO, 2001, p. 76).

Sendo assim, necessário se faz “captar as inéditas mediações históricas que moldam os processos sociais e suas expressões nos vários campos em que opera o Serviço Social” (IAMAMOTO, 2001, p. 80).

A fim de compreendermos como o trabalho doméstico é rememorado, foram entrevistadas trinta mulheres com mais de dezessete anos cuja primeira experiência de trabalho doméstico ocorreu antes dos quinze, por um período não inferior a dois anos. Julgamos oportuna a adoção desses critérios por acreditar ser necessário certo distanciamento das experiências de trabalho doméstico na infância e na adolescência para compreender como são rememoradas e reinterpretadas hoje. O estudo da trajetória de vida dessas mulheres oportunizou a apreensão da forma como o trabalho doméstico perpassa a vida de mulheres pobres e as interpretações, por vezes ambíguas, dessa vivência.

Não foram realizadas entrevistas com mulheres com as quais tivéssemos prévio conhecimento, delas ou de suas patroas, a fim de evitar possíveis

constrangimentos que levassem à omissão ou à distorção dos fatos. Procuramos também não perder de vista o *lugar* por nós ocupado na relação trabalhista estabelecida entre empregada e patroa. Essa peculiaridade, sem dúvida, nos impõe um desafio ainda maior, dada a necessidade de afastar os pré-julgamentos, as avaliações sinuosas, tendenciosas ou preconceituosas, mais subsidiadas pelas experiências enquanto empregadora do que propriamente pela análise baseada na produção científica existente. Sendo assim, como um dos pólos da relação trabalhista, procuramos nos manter vigilantes para que os julgamentos morais não obscurecessem as análises que se pretendem primadas pelo rigor científico.

O contato com a maior parte das mulheres foi possibilitado pela assistente social do Centro de Assistência Social de Campinas – CASC, em Goiânia-GO, entidade ligada à Igreja Católica que viabiliza o encaminhamento de pessoas ao mercado de trabalho. A instituição, que não se propõe ser uma agência formal de encaminhamento para emprego, visa apenas ser uma facilitadora de um possível contato entre pessoas desempregadas e empregadores. Os empregos oferecidos são, principalmente, aqueles que exigem pouca ou nenhuma qualificação, como: empregada doméstica, babá, motorista, caseiro, auxiliar de costura etc.

Inicialmente construímos uma lista com nomes e telefones baseada nas fichas das mulheres que haviam se cadastrado no CASC em busca de trabalho doméstico, embora tenhamos priorizado fichas recentes, inúmeros contatos foram frustrados por diversas razões, dentre as quais: mudança de número, mudança de endereço, chamadas não atendidas, falta de informação pela pessoa que atendeu a ligação telefônica. Das que com as quais foi possível o contato e que atendiam aos critérios, nenhuma se recusou a participar; muitas, inclusive demonstraram disponibilidade para ir até o CASC para a realização da entrevista. Não podemos

afirmar que essa disponibilidade não esteja relacionada à expectativa que esse contato pudesse lhes viabilizar um emprego, embora um dos primeiros aspectos esclarecidos fosse o de que se tratava de uma pesquisa sobre o trabalho doméstico para a qual se necessitava de colaboração. Acreditamos que, ao final das entrevistas, nenhuma dúvida tenha permanecido quanto ao caráter do encontro.

Fruto do contato com mulheres da referida lista, nove entrevistas foram realizadas² (Bianca, Bruna, Cecília, Cláudia, Dalva, Eugênia, Eliana, Elizabeth e Glória); Cecília indicou uma vizinha, Diva; a patroa³ de Cecília me indicou Carolina, Débora e Dora; Dalva indicou sua comadre, Bárbara. Uma das mulheres contatadas não atendia aos critérios e indicou sua irmã, Camila; Elisa, Fátima, Flora, Francisca e Gabriela foram indicadas por funcionários do CASC ao saberem do propósito da pesquisa, sendo que duas das indicadas (Flora e Francisca) eram funcionárias da limpeza daquela instituição; Gilda foi contatada e entrevistada na ocasião de sua ida ao CASC para receber alimentos doados pela instituição.

Apesar de o apoio da instituição nos ter possibilitado o contato com a maioria das entrevistadas, algumas delas foram acionadas por outras vias. Alessandra, Aline, Beatriz e Elza foram indicadas por uma conhecida que trabalha como doméstica; Daniela e Andréa foram indicadas por um assistente social do Juizado da Infância e Adolescência, Andréa estava sob seu acompanhamento por problemas de maus tratos no trabalho. Por seu intermédio, também foram contatadas Angélica e Bernadete, as quais foram indicadas por uma fiscal da Delegacia Regional do Trabalho. Por fim, Alice havia participado de um mini-curso

² A fim de preservar a identidade, tanto das entrevistadas como das pessoas por elas citadas, todos os nomes são fictícios.

³ O telefone de contato deixado por Cecília no CASC era o de sua patroa, com quem ela estabelece uma relação na qual se confundem os papéis de patroa, de mãe e de protetora. Ao fazer o primeiro contato, expliquei à patroa sobre a pesquisa e ela se interessou em contribuir me indicando quatro mulheres suas conhecidas para entrevistas, mas somente três delas atendiam aos critérios da pesquisa.

sobre o “Trabalho Infanto-juvenil Doméstico” por nós ministrado na Universidade Católica de Goiás, no evento anual da instituição intitulado “Semana da Cidadania”. Nele fizemos menção a esta pesquisa, o que despertou sua curiosidade e sua disposição em contribuir. Ela estava participando do evento a convite de uma aluna de Serviço Social, como membro da comunidade, já que não é aluna da instituição.

Foram realizadas, ao todo, trinta e três entrevistas durante os meses de março a setembro de 2006. Entretanto, três entrevistas foram descartadas tão logo se percebeu que elas não atendiam aos critérios inicialmente estabelecidos (idade em que começou a trabalhar ou tempo de serviço como doméstica), embora isso tivesse sido explicitado previamente e elas afirmado que se enquadravam nos critérios.

Assim, trinta mulheres fizeram parte do universo da pesquisa, dessas, dez foram entrevistadas no CASC. Oito entrevistas foram realizadas nas próprias residências das mulheres em diferentes bairros de Goiânia; quatro nos locais de trabalho (nenhuma com a presença das patroas); cinco na casa de parentes ou amigas das entrevistadas; uma na Universidade Católica; e duas na residência da pesquisadora⁴. Todas elas foram marcadas conforme a disponibilidade da entrevistada.

⁴ Uma das entrevistas foi iniciada na residência da família que acolhe a adolescente atualmente, entretanto, a chegada da antiga patroa a inibiu e tivemos que dar continuidade na residência da pesquisadora.

QUADRO 1
IDADE DAS MULHERES COM
EXPERIÊNCIA DE TRABALHO DOMÉSTICO NA
INFÂNCIA E/OU ADOLESCÊNCIA

Idade atual	Nº
De 17 a 21	05
De 22 a 26	05
De 27 a 31	04
De 32 a 36	05
De 37 a 41	05
De 42 a 46 anos	03
Acima de 46 anos	03
TOTAL	30

Pesquisa primária realizada em Goiânia, junho a setembro de 2006.

Os nomes das entrevistadas foram escolhidos de forma que possibilitasse uma associação imediata de cada mulher com sua faixa etária. Assim, os nomes obedecem a uma divisão por idade (Quadro 1) e seqüência alfabética. As mulheres classificadas no primeiro intervalo de idade (17 a 21 anos) são identificadas com nomes que iniciam pela letra A, as do segundo intervalo (22 a 26 anos), pela letra B e, assim, sucessivamente. Dessa forma, ficaram assim distribuídas:

- Grupo de 17 a 21 anos – **A**line e **A**ndréa (17)⁵, **A**ngélica (18), **A**lessandra (19), **A**lice (21);
- Grupo de 22 a 26 anos – **B**ianca (23), **B**ernadete e **B**árbara (24), **B**eatriz (25), **B**runa (26);
- Grupo de 27 a 31 anos – **C**ecília (27), **C**amila e **C**láudia (28), **C**arolina (30);
- Grupo de 32 a 36 anos – **D**ora e **D**iva e **D**aniela (32), **D**alva (33), **D**ébora (35);
- Grupo de 37 a 41 anos – **E**liana (37), **E**ugênia (38), **E**lisa e **E**lza (39), **E**lizabeth (40);
- Grupo de 42 a 46 anos – **F**átima (43), **F**rancisca (45), **F**lora (46);

⁵ Por serem menores de idade no momento da pesquisa, foram devidamente autorizadas por escrito pelos seus respectivos responsáveis.

- Grupo de 47 anos ou mais – **Glória** e **Gabriela** (48) e **Gilda** (53).

Para a realização das entrevistas não foi obedecido um roteiro rígido, mas procuramos, inicialmente, resgatar a história da infância das mulheres, visando desvendar alguns aspectos, como: local de nascimento, pessoas com as quais residiam na infância, ocupação dos pais, irmãos, idade em que ingressaram na escola, idade em que iniciaram o primeiro emprego etc. Outro aspecto intencionalmente abordado refere-se à escolarização. Buscamos elucidar a idade em que foram para escola, as condições (ou a falta de) oferecidas para a escolarização, as dificuldades enfrentadas etc.

A linha norteadora das entrevistas foi a relação que as mulheres estabeleciam com o trabalho doméstico desde a infância, passando pela adolescência até a chegada à idade adulta, quando era o caso (algumas entrevistadas são ainda adolescentes). Enfatizamos, sobretudo, as condições em que esse trabalho ocorria, bem como a relação dessas condições com as possibilidades de escolarização. Finalmente, empenhamo-nos em compreender a noção que possuem hoje em relação aos direitos dos trabalhadores domésticos e de que forma eles foram sendo reconhecidos. Uma das questões centrais refere-se à avaliação realizada pelas entrevistadas sobre o trabalho doméstico. Com base nesses aspectos, outros foram surgindo no decorrer dos depoimentos.

Todas as entrevistas foram gravadas com prévia permissão da entrevistada. A transcrição das fitas foi por nós realizada ainda durante os meses em que as entrevistas ocorreram, encerrando-se no mês de setembro de 2006. Na transcrição das fitas, foram respeitados o estilo e a pronúncia das entrevistadas, entretanto, os vícios de linguagem foram desconsiderados desde que não houvesse prejuízo da idéia expressa.

Transcritas as entrevistas, os aspectos objetivos foram lançados em quadros individuais nos quais se apresentam os seguintes dados: idade atual, grau de escolaridade, profissão dos pais, número de membros da família, local de nascimento, idade em que iniciaram os estudos, estado civil e idade em que iniciaram o trabalho doméstico. Os dados subjetivos foram organizados em três grandes quadros com duas entradas: na horizontal, a identificação pelo nome das entrevistadas e, na vertical, os aspectos relevantes presentes nas entrevistas. O primeiro quadro foi intitulado *Caracterização Familiar*, o segundo, *Aspectos referentes à escolaridade* e o terceiro, *Aspectos referentes ao trabalho*. Com base nos quadros, os dados foram então analisados; procuramos destacar aquelas categorias que emergiram dos relatos como: a origem rural, a precariedade das condições de vida nas famílias de origem, as dificuldades e limitações enfrentadas para a escolarização, a vivência do trabalho doméstico na infância/adolescência, a constituição das próprias famílias, a continuidade do trabalho doméstico na vida adulta, o reconhecimento dos direitos trabalhistas, avaliação do trabalho doméstico e as perspectivas para o futuro.

A discussão desses dados pressupôs a busca de subsídios teóricos que pudessem fundamentar sua análise e interpretação. Não consideramos necessário aqui descrever todo o percurso traçado para a concretização da tese. Já os aspectos considerados diretamente relacionados ao objeto em estudo estão contidos nos três capítulos que compõem este trabalho.

No primeiro capítulo – *Trabalho doméstico – aspectos socioeconômicos e históricos* – desenvolvemos uma breve reflexão sobre o trabalho no capitalismo, procurando demarcar, a partir daí, o surgimento do trabalho doméstico assalariado. A discussão do trabalho doméstico, no entanto, não pode prescindir da reflexão da

divisão sexual do trabalho e das diferentes formas de inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho. Em se tratando do Brasil, enfatizamos a precariedade e a invisibilidade que circundam o trabalho doméstico enfocando desde a tardia legislação que respalda os direitos dessas trabalhadoras, até as conquistas obtidas a partir dela.

No segundo capítulo – *A inserção precoce no trabalho doméstico nas trajetórias das mulheres pobres* – apresentamos as origens familiares das mulheres entrevistadas visando demonstrar seu pertencimento às classes mais pauperizadas da população e também seus vínculos com o mundo rural. Nas trajetórias foram evidenciadas as exposições freqüentes à violência, seja de ordem social – provocadas pela pobreza das famílias – ou mesmo a violência física e/ou psicológica exercida no âmbito da família de origem ou naquelas em que foram abrigadas. O sinuoso percurso escolar também foi descrito e nele identificados os obstáculos decorrentes do trabalho precoce e das premências impostas pelas condições de vida das famílias. As tentativas de superação desses obstáculos também foram destacadas. Aspectos referentes à história do trabalho infanto-juvenil no Brasil foram levantados salientando-se os marcos legais referentes à proteção da criança e do adolescente. Por fim, a inserção no trabalho doméstico presente na trajetória das mulheres entrevistadas foi analisada levando-se em conta a situação de vulnerabilidade em que se encontram as meninas que a ele se expõem, como: a humilhação frequentemente por elas referida, a violência física, psicológica e o assédio sexual; a relação ambígua estabelecida com a patroa, sobretudo, no caso de crianças e adolescentes.

No terceiro capítulo – *Trabalho doméstico e relações de gênero, continuidades e rupturas* – procuramos analisar uma relação entre o trabalho

doméstico e as relações de gênero que sustentam a domesticidade feminina desde a infância e que são potencializadas quando estão presentes nas classes mais pobres da população. Corroboramos essa afirmação com as experiências relatadas pelos sujeitos sociais desta pesquisa. Neste capítulo, buscamos também resgatar, nas trajetórias das mulheres, de que forma os direitos pertinentes ao trabalho doméstico foram sendo reconhecidos e se foram acionados para lhes garantir condições de trabalho mais justas. Nas avaliações do trabalho doméstico realizadas pelas mulheres, ficaram evidenciadas tanto a negatividade associada a essa modalidade de trabalho, quanto suas reivindicações concernentes ao reconhecimento de seu exercício profissional, como: o *trabalho* e o respeito a elas enquanto *gente trabalhadora*.

1 TRABALHO DOMÉSTICO – ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E HISTÓRICOS

Assim como para qualquer outra modalidade de trabalho, a existência do trabalho doméstico⁶ requer condições concretas que o viabilize, uma delas é a forma como se estruturam as classes sociais no sistema capitalista de produção, sobretudo aqueles de economia dependente. A condição material de sobrevivência de cada classe social nesse sistema produtivo torna-se um fator determinante para a inserção no trabalho doméstico. Como afirma Melo (2000), o que poderia explicar sua permanência no caso do Brasil é o desequilíbrio na distribuição de renda pessoal. “Como esta tem se acentuado na economia mundial, as disparidades de rendas entre famílias ricas e pobres possibilita e incentiva esse tipo de trabalho e, nestas circunstâncias, gera-se uma demanda permanente por serviços domésticos” (MELO, 2000, p. 2).

Evidentemente, aliados às condições materiais de sobrevivência, os aspectos socioculturais são também aqui considerados essenciais para a compreensão da existência e da permanência do trabalho doméstico. E, embora reconhecendo a total inter-relação entre os aspectos socioeconômicos e culturais para o estudo do trabalho doméstico, serão privilegiados, neste capítulo, os elementos histórico, socioculturais e econômicos e também a legislação referente a essa modalidade de trabalho. Os aspectos culturais serão discutidos no Capítulo 2.

⁶ De acordo com a Lei 5859/72, que regulamenta o serviço doméstico: “Empregado doméstico é aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas”.

1.1 TRABALHO – PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO NO CAPITALISMO: ESFERA PÚBLICA/ESFERA PRIVADA E O TRABALHO DOMÉSTICO ASSALARIADO

A discussão acerca do trabalho doméstico requer uma compreensão da categoria trabalho em sua dimensão mais ampla e do trabalho no sistema capitalista. O trabalho, compreendido genericamente, é a forma como os homens, a partir de uma prévia ideação, transformam a natureza e se constroem como seres diferentes dela (LESSA, 1999). Sendo assim, o trabalho possui sentido ontológico e diferencia os homens dos animais na medida em que pressupõe, para sua efetivação, um planejamento e uma ação, não sendo, portanto, um ato instintivo. Ao produzirem os bens necessários à sua sobrevivência, criam novas necessidades e possibilidades e, ainda, novas habilidades e conhecimentos. Assim, o trabalho constitui-se numa atividade não só de criação de produtos, mas também de criação de relações sociais.

Antes de tudo, o trabalho é um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços, pernas, cabeça e mão, a fim de sua própria vida. Ao atuar por meio desse movimento sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (MARX, 1983 p. 149-50).

No estágio primitivo da história humana, o trabalho era realizado para conversão da natureza em bens necessários à sobrevivência. Com o desenvolvimento das forças produtivas, o processo produtivo das sociedades se complexifica e o trabalho deixa de ser a expressão das necessidades do próprio trabalhador, passando a expressar as necessidades de outrem. Sendo assim, o trabalho expressa uma contradição: ao mesmo tempo em que é necessário à

sobrevivência humana, é também uma atividade que sujeita o homem a relações de domínio e submissão.

No capitalismo, com a instituição da propriedade privada e da divisão social do trabalho criam-se condições que provocam a alienação entre o trabalho e o trabalhador, pois o que ele produz já não lhe pertence. De atividade vital, criadora de valor de uso para a satisfação das necessidades humanas (trabalho concreto), o trabalho passa a ser produtor de valor de troca (trabalho abstrato) e ao trabalhador, despossuído dos meios de produção, resta apenas vender sua única mercadoria, a força de trabalho.

Mas, para que a força de trabalho seja mantida (ou substituída, já que seu proprietário não é eterno), é necessária sua reprodução. Sendo assim, para manter-se vivo e vender sua força de trabalho são indispensáveis ao trabalhador os meios de subsistência para sua reprodução e de sua família (vestuário, alimentação, transporte, vestuário etc.). Dentre as esferas instituídas no sistema capitalista para a reprodução social situa-se o espaço doméstico no qual ocorre a reprodução social, física e mental de homens e de mulheres para o pleno desenvolvimento do capital.

Melo, Considera e Di Sabbato (2005), em seus estudos sobre a importância do trabalho doméstico⁷ para a economia capitalista, ressaltam que é ele que permite a reprodução dos seres humanos, e, portanto, dos trabalhadores para o capital. Antunes, por sua vez, completa (2001, p. 108)

...no universo da *vida privada*, ela [a mulher] consome horas decisivas no *trabalho doméstico*, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua *reprodução*, nessa esfera do *trabalho não-diretamente mercantil*, em que se

⁷ Embora Melo, Considera e Di Sabbato (2005), tal como Antunes (2001) designem *trabalho doméstico* como aquele realizado dentro da própria residência, será considerado aqui *trabalho doméstico* aquele realizado fora do âmbito da família de origem, ou seja, na casa de terceiros. As atividades realizadas no âmbito do próprio domicílio serão aqui denominadas: *afazeres domésticos*, *tarefas domésticas* ou *atividades domésticas*.

criam as *condições indispensáveis para a reprodução* da força de trabalho de seus maridos, filhos/as e de si própria. (grifos do autor).

De acordo com o autor, sem essa esfera, as condições de *reprodução* capitalista estariam bastante comprometidas ou talvez até inviabilizadas. Embora sendo absolutamente necessárias ao sistema capitalista, as atividades domésticas são historicamente desvalorizadas nesse sistema produtivo. Vários aspectos econômicos e socioculturais contribuem para essa desvalorização. Ainda que estejam interrelacionados, serão aqui resgatados inicialmente, tomando-se por base a história da sociedade industrial, os aspectos socioeconômicos que contribuíram não só para a desvalorização dos afazeres domésticos, mas também da profissão (trabalho doméstico) que se consolidará no sistema capitalista como atividade assalariada e, portanto, explorada.

Nas economias pré-capitalistas, sobretudo no período que antecede a Revolução Industrial, a unidade doméstica constituía-se numa unidade básica de produção. Nela estava congregada a família extensa, que era composta por mulher, filhos, serviçais, parentes e agregados. Todos os seus membros “tinham deveres claramente definidos, determinados em função de sua idade e posição na família e de seu sexo” (BRUSCHINI, 2000a, p. 64). Naquele âmbito, eram desenvolvidas tanto as funções domésticas (o que hoje caracteriza os afazeres domésticos), quanto as funções sociais, que incluíam a aprendizagem de habilidades e técnicas necessárias para desempenhar a produção familiar.

O progresso material da família dependia de todos e isto fazia com que mulheres e crianças tivessem importância na vida econômica e social. A divisão sexual de tarefas ocorria de acordo com as capacidades e força corporal de homens e mulheres. Ninguém era mais ou menos valorizado por isso. As crianças

participavam das atividades domésticas de acordo com o sexo e as habilidades de cada uma (DONZELOT, 2001).

A mulher era bastante ativa, “trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas, nos mercados e nas oficinas, tecia e fiava, fermentava a cerveja” (SAFFIOTI, 1969, p. 32), além de cuidar de animais domésticos, confeccionar roupas e realizar as tarefas domésticas. O trabalho dela envolvia vários tipos de atividades, muitas vezes extensão de suas funções domésticas. Ela trabalhava, portanto, na produção e na reprodução.

E, mesmo que na maioria das situações estivesse confinada à esfera doméstica, sendo jurídica, social e politicamente inferior ao homem, a mulher participava com ele do sistema produtivo, desempenhando um relevante papel econômico (SAFFIOTI, 1969). O cuidado com as crianças, por exemplo, não excluía a participação da mulher no processo econômico. Os afazeres domésticos não eram desvalorizados ou ocultados como hoje, as tarefas eram exercidas ao lado de outras atividades ligadas diretamente à produção social, mesmo que estivessem restritas à unidade familiar.

O mercantilismo e o avanço tecnológico que culminaram na Revolução Industrial desencadearam o desaparecimento da estrutura ampla de parentesco e as funções domésticas e sociais começaram a ser separadas, estruturando-se o que hoje se denomina âmbito privado e âmbito público (ROCHA-COUTINHO, 1994). A família passa, então, de unidade produtora a unidade consumidora. Para que o consumo se efetivasse fez-se necessário que sua força de trabalho fosse vendida no mercado, a fim de adquirir os produtos necessários à sua sobrevivência.

Foi, então, com o surgimento da sociedade industrial que se abriu uma fenda no que era antes uma unidade, a unidade produtiva familiar, presente no

regime feudal. A esfera doméstica gradativamente foi se constituindo apenas em um espaço privado associado à reprodução, separado do espaço público, o mundo produtivo. Com a gradativa separação, valores diferenciados são conferidos a cada um. O espaço público passa a ser substancialmente mais valorizado, pois o que realmente importa é o bem produzido como valor de troca e não o trabalho que o produz. Com isso, a divisão sexual do trabalho passa a se enrijecer, a cristalizar-se. As tarefas realizadas dentro do domicílio (o cuidado com a casa e com as pessoas que nela residiam) passaram a ser atribuídas exclusivamente ao sexo feminino – como se fosse uma espécie de vocação natural, devido às condições relacionadas à sua capacidade reprodutiva – e o trabalho produtivo atribuído ao homem. Além disso, funções antes desempenhadas na esfera doméstica, passaram à esfera pública, no espaço produtivo e na educação.

Na compreensão de Saffioti (1978a), no capitalismo, ao serem retiradas as funções econômicas da mulher, ela perde *status* em relação às sociedades agrárias precedentes. Para a autora

na economia de burgo, que prepara o advento da economia urbana, fabril, o emprego da força de trabalho feminina encontra sérias barreiras. Impedindo a penetração das mulheres ou oferecendo-lhes as posições subalternas e menos compensadoras, as corporações de ofícios, mais do que a economia agrária da época medieval, conduzem o processo de marginalização da mulher do sistema produtivo a uma etapa mais avançada (SAFFIOTI, 1969, p. 34).

O que se quer reafirmar é que o capitalismo nascente impôs condições extremamente adversas à mulher, porque já a encontrou em uma situação social tradicional de subordinação e de desvalorização de seu trabalho, o que a tornou presa fácil dos baixos salários, das longas jornadas de trabalho e da prioridade por ocasião de dispensa de trabalhadores.

Como historicamente já vinha ela desempenhando o papel de principal responsável pela casa e pelos filhos, o lar foi se tornando seu espaço por excelência, a ponto de a sociedade passar a só admitir seu afastamento do papel de esposa e mãe em casos de necessidade financeira (PAULILO, 2004).

Conclui-se assim que, embora essa divisão sexual do trabalho não tenha nascido nesse sistema de produção, foi nele que os afazeres domésticos passaram a adquirir *status* diferenciados e serem desvalorizados. As tarefas que envolvem a reprodução (trabalho doméstico, socialização das crianças, cuidado com os idosos e doentes etc.), antes organizadas por meio de relações de parentesco e inseparáveis em relação ao sexo e à classe, no capitalismo são tratadas separadamente. Assim, as fronteiras entre o público e o privado são delimitadas, acentuando-se a divisão sexual do trabalho, quase predeterminando para cada sexo sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar. Chega-se ao século XX reafirmando-se, então, a distância entre as atividades femininas e masculinas, entre público e privado, solidificando as intensas desigualdades sociais e o desequilíbrio no desenvolvimento humano e econômico dos sexos⁸ (PERROT, 1988).

No regime feudal, a serva realizava as tarefas domésticas na casa do senhor, entretanto, esse trabalho era realizado sem que houvesse retribuição pecuniária. No capitalismo, o trabalho doméstico continua a ser executado, contudo, a novidade é que passou a ser assalariado “O assalariamento de força de trabalho específica para desincumbir-se de serviços domésticos em residências particulares foi inaugurado pelo capitalismo”, como afirma Saffioti (1978b, p. 190/191).

Para a autora, embora engendrado no capitalismo, o trabalho doméstico assalariado constitui uma atividade pré-capitalista, na medida em que não se

⁸ Considera-se que a discussão da divisão sexual do trabalho está intrinsecamente relacionada às reflexões sobre relações de gênero na sociedade, entretanto, estas últimas serão abordadas de forma mais aprofundada no Capítulo II. A ênfase dada aqui se concentra especialmente nos aspectos econômicos que envolvem a discussão do trabalho doméstico na sociedade capitalista.

encontra subjugado ao capital, mas é remunerado diretamente pela renda pessoal. O *produto* do trabalho doméstico, bens e serviços, é consumido diretamente pela família empregadora e não se constitui em mercadoria para ser comercializada, logo, não produz lucro. Entretanto, ele cria condições para a reprodução do sistema capitalista na medida em que favorece a produção de uma mercadoria especial – a força de trabalho – contribuindo, dessa forma, para a reprodução social. Mas, mesmo contribuindo para a reprodução, não usufrui dos benefícios oferecidos pelo sistema capitalista, pois não se insere no setor de atividade desse sistema, por isso a empregada doméstica é definida por Saffioti (1978b) como um elemento *superexplorado* no capitalismo.

1.2 A HISTÓRIA DO TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL – PRECARIZAÇÃO, DESVALORIZAÇÃO E INVISIBILIDADE

Os serviços domésticos, até o início do século XIX, eram realizados prioritariamente por escravos. Depois da segunda metade daquele século, imigrantes europeus começaram a compor o contingente de trabalhadores domésticos remunerados, juntamente com alguns escravos já alforriados. Desde a década de 1870, o trabalho doméstico já era realizado por um grande número de mulheres livres. Agências que antes se ocupavam de alugar escravos já disponibilizavam também essas trabalhadoras livres, incluindo crianças.

Mesmo com a abolição da escravatura em 1888, não houve uma mudança abrupta nessa realidade, vez que “pouco afetou os mecanismos pelos

quais as famílias arranjavam criadas” (GRAHAM, 1992, p. 34)⁹ e as escravas libertas continuariam como domésticas, uma quantidade delas ainda continuava a trabalhar nas casas de família em troca de casa e comida. Houve casos em que elas tiveram que pagar às famílias as quais serviam anteriormente, para ter um lugar para viver. Mas, gradativamente, a mão-de-obra mista (escrava e livre) absorvida no trabalho doméstico foi mudando para uma força de trabalho totalmente livre. Evidentemente, o ritmo dessas mudanças variava conforme a realidade de cada região. No Rio de Janeiro, capital do país na época da abolição, as primeiras adaptações a um novo regime já estavam bem adiantadas.

O trabalho doméstico passa a ser remunerado, entretanto, essa remuneração era muito baixa, quando em espécie, podia chegar a aproximadamente US\$ 20,00, mas não eram raros os casos de crianças que recebiam US\$ 4,00 mensalmente¹⁰. O valor variava muito em função da confiabilidade que apresentavam, da idade, das atividades que exerciam e se eram brancas ou negras (sendo algumas já eram alforriadas). A preferência era pelas criadas brancas e mais velhas, por suporem ser mais experientes e confiáveis, além de terem menor possibilidade de engravidarem. Mas as mais jovens não eram desprezadas, sendo considerado mais fácil transmitir-lhes os ensinamentos desejados. Tradicionalmente possuidoras de escravos e acostumadas a ensinar, as famílias empregavam meninas de até oito anos nos serviços domésticos, com a vantagem de que eram

⁹ Sandra Lauderdale Graham é americana, mestre em sociologia pela Universidade Cornell e doutora em história pela Universidade do Texas e realizou uma importante pesquisa sobre as relações ambíguas e tensas entre patrões e criadas (livres ou escravas), desde o crepúsculo do Império até a *belle époque* na cidade do Rio de Janeiro.

¹⁰ A opção pela indicação da remuneração em dólar foi motivada, em primeiro lugar, pela preferência por manter a forma original apresentada no texto pela autora e, em segundo lugar, pela possibilidade de se estabelecer minimamente uma comparação com os valores atuais, considerando-se que a apresentação da remuneração tendo como referência a moeda nacional tornaria esse processo mais complexo.

mais baratas – “a patroa podia fornecer roupas ou ensiná-las a costurar em lugar de dar-lhes um salário” (GRAHAM, 1992, p. 36).

Embora houvesse uma preferência explícita pelas criadas brancas, havia também as famílias que preferiam as “criadas de cor”, pois acreditavam que se sujeitariam mais às exigências e imposições devido à posição de escravas que antes ocupavam, sendo assim, apresentavam menor ameaça à ordem. “O que contava mais era a obediência – chamada, por eufemismo, de ‘boa conducta’ ou ‘bons costumes’” (GRAHAM, 1992, p. 36).

As transformações advindas do contexto que propiciou a abolição da escravatura interferiram significativamente nas relações estabelecidas entre patrões e criadas. Na medida em que as trabalhadoras livres se tornavam mais disponíveis, aumentava a preocupação de patrões e o controle, antes exercido sobre as mucamas, teve que ser amainado já que conflitos foram se estabelecendo. As mucamas, por possuírem um contato mais íntimo com a família às quais pertenciam como escravas, eram consideradas mais confiáveis. Por serem, muitas vezes, criadas nas famílias de seus *donos*, havia um rígido controle sobre elas. As trabalhadoras livres, ao contrário, despertavam desconfianças de todas as ordens, “não eram mais membros do lar, mas estranhas, cuja presença era perturbadora” (GRAHAM, 1992, p. 134). Identificadas como pobres e moradoras de cortiços, as trabalhadoras livres eram consideradas potencialmente portadoras de doenças contagiosas, que poderiam ser disseminadas dentro das famílias.

As criadas pertenciam à classe dos trabalhadores pobres urbanos, junto com carregadores, mascates e vendedores do mercado. Elas se distinguiam dos vagabundos, das prostitutas, dos mendigos e das pessoas doentes e rejeitadas.

O fato de trabalhar conferia lugar identificável e respeitável na sociedade, ainda que modesto. Era um lugar obtido graças aos vínculos de dependência dos trabalhadores com um patrão, conexões que outorgavam uma identidade social negada aos desempregados pobres, os quais permaneciam anônimos (Graham, 1992, p. 76).

O trabalho doméstico sofreu poucas mudanças em suas características se se considerarem as imensas transformações da sociedade em termos econômicos, culturais, políticos, sociais, dentre outros, desde abolição da escravidão até os dias atuais. Até mesmo a proporção de trabalhadores domésticos no mercado de trabalho manteve-se estável no período analisado por Saffioti (1978a). Em 1872, as empregadas domésticas representavam 33% da População Economicamente Ativa – PEA feminina, em 1972, um século depois, o trabalho doméstico praticamente ocupava o mesmo percentual. Ou seja, conviviam-se com formas tradicionais de trabalho numa sociedade que vinha se modernizando. A autora então indaga, “que benefícios trouxe à mulher brasileira a industrialização intensiva do capital que teve lugar no País, se a percentagem de empregadas domésticas permanece, um século mais tarde, praticamente inalterada” (SAFFIOTI, 1978a, p. 412).

Embora nas últimas décadas o percentual de empregadas domésticas venha declinando na sociedade brasileira¹¹, é ainda a categoria de maior representação entre as mulheres. O fato é que o trabalho doméstico tem ainda um importante papel na absorção de mulheres de menor escolaridade e sem experiência profissional no mercado de trabalho brasileiro. Como afirma Melo (1998, p. 323), “é um bolsão de ocupação para mão-de-obra feminina no Brasil, porque constitui culturalmente o **lugar da mulher** e a execução dessas tarefas não exige nenhuma qualificação. Essa atividade, por isso, é o refúgio dos trabalhadores com

¹¹ Em 1998, 18,73% das mulheres ocupadas estavam inseridas em serviços domésticos, em 2002 esse percentual caiu para 17,39% (FCC, 2004, "Séries Históricas"), disponível em: <http://www.fcc.org.br/mulher/apresbd.html>

baixa escolaridade e sem treinamento na sociedade”. (Grifo da autora). Castro (*apud* MELO, 1998, p. 329) complementa afirmando que este é o espaço encontrado principalmente pelas migrantes que vêm do meio rural, é “o caminho de socialização na cidade (...) o abrigo, a comida, a casa e a família”.

Ao longo das últimas décadas, reconhece-se que importantes mudanças venham ocorrendo na configuração do trabalho doméstico, no entanto, não foi extinto com o desenvolvimento econômico capitalista como apontavam algumas previsões. Em alguns lugares inclusive recrudescer, particularmente nos países em desenvolvimento como o Brasil.

Para Nobre (2004), o aumento da demanda por trabalho doméstico, inclusive nos países centrais, está relacionado ao ajuste estrutural promovido pela política neoliberal. Na medida em que se promovem cortes nos gastos públicos, sobretudo nos sociais, recrutam-se as mulheres para que exerçam atribuições que antes eram exercidas pelo Estado, como o cuidado com as crianças, idosos, doentes etc. Parte-se do princípio de que o trabalho das mulheres é um recurso inesgotável e facilmente disponível.

Aos poucos foi se verificando um movimento em três sentidos, às vezes contraditórios, às vezes articulados: crise no padrão de reprodução, a mercantilização da reprodução, o reforço ao papel das mulheres como cuidadoras. O questionamento das mulheres em assumir integralmente os custos da reprodução, a intensificação da exploração do trabalho mediante aumento da jornada, a desorganização do sistema público de apoio à reprodução são fatores da crise no padrão de reprodução que vivemos (NOBRE, 2004, p. 64).

Pode-se concluir assim que, mesmo sofrendo mudanças, uma característica desse trabalho que permanece é a parcela da população que histórica e prioritariamente o realiza, as mulheres pobres.

1.2.1 A ocupação feminina do mercado de trabalho – a permanência dos *guetos profissionais*

Para a abordagem do trabalho doméstico no Brasil é importante que se compreenda que a conquista feminina de espaços no mercado de trabalho nas últimas décadas não tem significado conquistas proporcionais em postos que redundem em maior valorização do trabalho da mulher.

É inegável que a força de trabalho feminina vem crescendo significativamente tanto em intensidade quanto em constância. Esse fator pode ser explicado não só pelas necessidades econômicas e oportunidades oferecidas pelo mercado, mas também pelas mudanças demográficas, culturais e sociais que têm afetado as mulheres e as famílias brasileiras, como afirma Bruschini (2000b). A queda da natalidade¹² e a expansão da escolaridade¹³ em todos os graus de ensino possibilitaram que um contingente cada vez maior de mulheres passasse a executar tarefas remuneradas. As transformações nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher, estimuladas, sobretudo, pelas ações dos movimentos feministas, “alteraram a constituição da identidade feminina, cada vez mais voltada para o trabalho produtivo”¹⁴ (BRUSCHINI, 2002b, p. 16).

As críticas realizadas pelas feministas no final dos anos setenta do século passado ajudaram a ampliar a discussão sobre as formas de valorizar o papel das

¹² A fecundidade passou de 4,4 filhos por mulher em 1980 para 2,3 filhos por mulher no final da década de 1990.

¹³ A expansão da escolaridade é um dos fatores de maior impacto sobre o ingresso das mulheres no mercado de trabalho. Nas taxas mais elevadas de atividades estão as mais instruídas. Em 1998, a taxa feminina de atividade era de 47,5%, entre as mais instruídas (15 anos de estudo ou mais) era superior a 81%. Ainda assim, continuam a marcar presença em tradicionais “guetos” femininos de trabalho. (BRUSCHINI e PUPPIN, 2004)

¹⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, depois de 1992, mudou o conceito de trabalho até então adotado. Nele foram incluídas atividades antes não reconhecidas como trabalho, como, por exemplo, atividades para o autoconsumo, a produção familiar, as ocupações remuneradas em dinheiro ou benefícios no serviço doméstico, dentre outras tipicamente exercidas pelo sexo feminino. Sendo assim, contabilizou-se um importante aumento do contingente de mulheres trabalhadoras (BRUSCHINI, 2000b).

mulheres nas duas instâncias: reprodução e a produção. Nos finais dos anos oitenta, a formulação da categoria gênero contribuiu para que, nesse conceito, estivesse embutida a idéia de que as relações sociais constituem-se em relações antagônicas e conflitivas. Os estudos de gênero implicaram também o estudo das diferenças entre os papéis econômico e social das mulheres e dos homens¹⁵. Dessa forma, busca-se resgatar o conjunto diversificado dos papéis desempenhados pelas mulheres, considerando-as como agentes/atores e não exclusivamente como indivíduos beneficiados no interior homogêneo dos núcleos familiares ou invisíveis no interior da população (MELO, 2005).

Embora as mulheres ainda permaneçam sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas, e a presença de filhos pequenos dificulte sua inserção no mercado de trabalho, tem-se percebido uma mudança no perfil etário das trabalhadoras nas últimas décadas. Se até o final da década de 1970, a maioria delas era jovem, solteira e sem filhos, hoje há uma predominância das mais velhas, casadas e com filhos. Em 1985, na faixa etária entre 30 e 39 anos, 49,7% das mulheres eram economicamente ativas, em 1995, esse percentual passou para 66,4%. Para Bruschini (2000b), a maior inserção das mulheres mais velhas deve-se a um expressivo aumento do trabalho das esposas.

Movidas pela necessidade de complementar a renda familiar ou impulsionadas pela escolaridade elevada, menor número de filhos, mudanças na identidade feminina e nas relações familiares, as mulheres casadas procuram cada vez mais o mercado de trabalho (BRUSCHINI, 2000b, p. 17).

Entretanto, a inserção das mulheres no mercado de trabalho tem sido caracterizada pela marca da precariedade, que atinge importante parcela das

¹⁵ Este aspecto será aprofundado no Capítulo 3.

trabalhadoras. Ao se analisar a participação econômica por grupos ocupacionais, percebe-se que as mulheres, mais que os homens, ocupam posições precárias no mercado de trabalho, ou seja, a desigualdade de gênero continua a demarcar o mercado de trabalho brasileiro. Elas se mantiveram majoritariamente concentradas num leque restrito de atividades: domésticas, trabalhadoras rurais/camponesas, comerciárias. Estas atividades representavam, em 2002, 49% da mão-de-obra feminina. Agregando-se a esse grupo as professoras, enfermeiras/atendentes de saúde, operárias do vestuário, operárias do setor têxtil e do eletroeletrônico, esse percentual chega a quase 80%.

Melo (1998) afirma que, apesar de ter havido um incremento na taxa de atividade feminina, não houve uma grande *diversificação na estrutura ocupacional* com relação à participação da mulher no mercado de trabalho. Sendo assim, mesmo com uma ampliação crescente da participação da mulher no mercado de trabalho, os censos demográficos demonstram a permanência de *guetos profissionais*. Há uma concentração de mão-de-obra feminina em um pequeno número de atividades, todas consideradas de baixo prestígio e menor remuneração. Em dezesseis ocupações do setor formal, as mulheres representam a maioria absoluta dos trabalhadores, dentre as quais: a costura com 94%; o magistério do Ensino Fundamental com 90%; o secretariado com 89%; a telefonia com 86%; a enfermagem com 84%; e a recepção com 81%; Destaca-se o trabalho doméstico com 93% de representação feminina (MORAES, 2003).

O trabalho feminino remunerado na sociedade capitalista moderna integrou-se, de acordo com Yannoulas (2002), a uma *divisão sexual horizontal do mercado de trabalho*, segundo a qual as mulheres concentram-se em um determinado setor de atividade. Ou seja, a vinculação das mulheres ao mercado de

trabalho veio reforçar a divisão sexual do trabalho baseada nas atividades de reprodução social, tradicionalmente a elas atribuídas, o que sedimentou a segregação desse mercado baseada no gênero. Sendo assim, as oportunidades para as mulheres concentram-se em determinado setor de atividade representando os *ghetos profissionais*, como referido.

Para a autora, o trabalho feminino remunerado se situou também numa *divisão sexual vertical do trabalho*, segundo a qual as mulheres, como grupo, estão em desvantagem em relação aos homens, no que se refere a salário, ascensão funcional e condições de trabalho, sem considerar que o mercado de trabalho recruta mulheres de maneira seletiva, havendo uma forte preferência pelas mais jovens, mais escolarizadas, solteiras, divorciadas ou viúvas. Mesmo quando as atividades para as quais são requisitadas não estão diretamente relacionadas às atividades de reprodução, requerem qualidades muito estimuladas na socialização das meninas (paciência, docilidade, meticulosidade, delicadeza etc.).

1.3 O TRABALHO DOMÉSTICO E AS CONQUISTAS DAS ÚLTIMAS DÉCADAS

Tratando-se especificamente do trabalho doméstico, os dados a seguir demonstram diversos aspectos que confirmam a precariedade dessa modalidade de trabalho no Brasil, destacando-se em alguns momentos as disparidades regionais que confirmam sua relação direta com as regiões que apresentam índices alarmantes relacionados às condições de vida da população.

Ao se considerar a realidade nacional, a análise do ponto de vista regional demonstra a extrema precariedade dos serviços domésticos, sobretudo nas

regiões Nordeste e Norte onde o percentual desses trabalhadores, com salário entre zero e um salário mínimo, alcança 89,23% e 80,84%, respectivamente.

Faz-se importante frisar que tem havido uma profissionalização dos serviços domésticos, como ressalta Melo (1998), o que tem contribuído com o aumento dos salários desse segmento. Considerando-se aqueles trabalhadores domésticos que têm uma faixa de renda entre um e dois salários mínimos, o percentual em âmbito nacional praticamente dobrou entre 1985 e 1995, passando de 11,14%, em 1985, para 24,36%, em 1995. Mas as disparidades regionais também podem ser aí observadas. A Região Sudeste detinha, em 1985, apenas 2% de trabalhadores(as) domésticos(as) nessa faixa de renda e a Região Sul 1%, passaram, em 1995, para 15,41% e 11,25%, respectivamente.

Outro fator marcante de precarização do trabalho doméstico é o grande percentual de trabalhadores sem Carteira de Trabalho assinada, aproximadamente 73% do total de trabalhadores (BRASIL, MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2005), o que favorece a rotatividade e menor permanência no trabalho. Dentre aqueles que possuem uma relação de trabalho formalizada, o maior percentual encontra-se na Região Sul (33,6%) e o menor na Região Norte, onde apenas 10,7% dos trabalhadores domésticos se enquadram nessa condição.

Segundo Bruschini (2000b), “no extrato das que não possuem carteira assinada, mais da metade permanece menos de um ano no emprego, enquanto entre as registradas 37,4% têm comportamento semelhante” (p. 50). Este fato pode também ser constatado pelas informações do Ministério da Previdência Social (BRASIL, MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2005), que assim apontam: o maior percentual de trabalhadores sem Carteira assinada está entre aqueles que possuem menos de um ano de trabalho (31,5%).

É importante demonstrar, todavia, que o percentual de empregados domésticos com Carteira de Trabalho assinada vem crescendo. Em 1996, 22,2% dessa categoria de trabalhadores possuía Carteira assinada, subindo, em 2003, para 27,1%. O aumento deve-se ao maior número de mulheres que passaram a contar com essa formalização (passando de 20,9%, em 1996, para 26,1%, em 2003). Entretanto, as mulheres permanecem as mais precarizadas, pois a proporção de homens empregados em serviço doméstico com Carteira assinada representava, em 1995, quase o dobro do número de mulheres (38,7% e 17,96%, respectivamente). Em 2003, esses percentuais eram de 40,2% e 26,1%, respectivamente (BRASIL, MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2005).

Da mesma forma, os ganhos obtidos pelas trabalhadoras também são marcados pela discriminação de gênero. Quando se examina o ganho médio feminino em relação ao masculino, constata-se que a mulher percebe cerca de 64% dos salários masculinos. Entre os trabalhadores domésticos, categoria em que a mulher é maioria, 84,5% dos homens ganham até dois salários mínimos¹⁶, entre elas esse percentual é de 93,8% (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2000).

No que se refere à escolarização, constata-se que é alto o percentual de trabalhadores(as) domésticos(as) sem instrução, apresentando as mais altas taxas de analfabetismo entre os trabalhadores urbanos, mesmo experimentando uma queda ao longo de uma década (passou de 19,68%, em 1985, para 16,49%, em 1995 e 13,3% em 1998) (MELO, 1998 e 2000). Entre os trabalhadores domésticos, o índice de analfabetos é maior do que entre as trabalhadoras, o que reflete a realidade brasileira em que as mulheres de forma geral apresentam taxas maiores de nível de escolaridade, não havendo, em contrapartida, uma maior remuneração.

¹⁶ Os demais recebiam mais de dois salários mínimos.

Deve-se destacar também aqui as disparidades regionais: a Região Nordeste possui uma taxa consideravelmente maior de trabalhadores domésticos sem instrução, com 32,06% para os homens e 23,57% para as mulheres, enquanto a média nacional é de 15,54% (MELO, 1998).

É importante ressaltar que houve um aumento no nível de instrução dos trabalhadores domésticos em geral. A proporção de trabalhadores com cinco ou mais anos de estudo cresceu de 31%, em 1993, para 41% em 1998 (MELO, 2000).

No que se refere à jornada de trabalho, seguindo a tendência nacional de queda geral para todos os trabalhadores, na década (1985-1995), analisada por Melo (1998), houve queda também no trabalho doméstico, mas 47,93% dos trabalhadores desse segmento ainda trabalham acima da jornada estabelecida em lei de 44 horas semanais. Mais uma vez as disparidades regionais se fazem visíveis. Em 1995, esse percentual era de 68,64% no Nordeste e 62,92% no Norte.

Outras mudanças têm ocorrido no perfil do trabalho doméstico no Brasil. Embora tenha se originado na senzala e guarde algumas de suas características, como afirma Melo (1998), o trabalho doméstico vem apresentando modificações importantes que têm tornado as relações patroa/empregada menos pessoais, descaracterizando a questão da ajuda e desmitificando a fictícia relação de parentesco. Houve certa “profissionalização” ou “mercantilização” do trabalho doméstico distanciando-o da antiga relação que o aproximava mais de relações escravagistas.

A referida autora aponta outras mudanças no quadro do trabalho doméstico como o decréscimo da proporção que reside no local de trabalho, o envelhecimento da categoria como um todo, assim como uma maior escolaridade, maior formalização dos vínculos empregatícios e assalariamento (MELO, 2000).

Ressalta, ainda, que o número de jovens que trabalha como domésticas, assim como a proporção de meninas de dez a dezesseis anos em relação ao número total de empregadas domésticas estão em constante declínio.

Ao contrário do que se esperava do avanço da sociedade capitalista, não houve expansão, na última década, da função de trabalhadora diarista, houve inclusive um decréscimo nessa modalidade de trabalho. Verifica-se também que diminuiu o percentual de empregadas domésticas que residem na casa dos patrões (de 13,56% em 1993 para 8,1% em 1998). Para Melo (2000, p.10), “houve uma certa modernização dessas relações nas famílias [...]. Esta diminuição tanto expressa uma relação mais demarcada pelo assalariamento, como também pode ser entendida como um arrefecimento da migração rural-urbana”.

Há que se ressaltar um dado importante no diz respeito à evolução dos rendimentos reais médios dessa categoria de trabalhadores. Apesar de a década de 1990 ter sido considerada difícil para os trabalhadores de uma forma geral, devido à consolidação do Projeto político neoliberal, com desemprego crescente e queda dos salários, para os trabalhadores domésticos das regiões metropolitanas houve uma evolução desses rendimentos, o que pode significar um reconhecimento da importância desses afazeres para a população. Para Melo, Pessanha e Parreiras (2002, p. 58), mesmo que esses dados “sejam relativos às regiões metropolitanas, o peso destas na economia não deixa dúvidas quanto ao significado social desta evolução” .

1.4 O TRABALHO DOMÉSTICO E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

A necessidade de instituir regras que regulamentassem a relação entre patrões e empregadas (sobretudo, visando à preservação dos primeiros), fez com que a Prefeitura do Rio de Janeiro, durante as décadas de 1880 e 1890, recebesse e analisasse várias propostas que previam o registro e a regulamentação do trabalho doméstico.

As várias propostas concordavam nos termos básicos e já conhecidos; no entanto, as reciprocidades eram agora definidas formalmente. As obrigações de uma criada importavam em obedecer ao patrão em todas as ordens 'lícitas', ser respeitosa e realizar o trabalho com 'diligência e zelo'. Além disso, podia ser considerada responsável por estrago ou perda de propriedade pertencente ao patrão. De sua parte, os patrões deveriam proporcionar 'bom tratamento', quarto e comida e um acordo sobre salário (GRAHAM, 1992, p. 141).

Embora previasse a reciprocidade, a regulamentação visava principalmente à proteção das famílias empregadoras em relação às doenças que poderiam afligi-las por estarem expostas “aos perigos de ter ao seu serviço pessoas contagiadas” (GRAHAM, 1992, p. 142). Ainda que o Ministro da Justiça houvesse insistido nessa proposta, os conselheiros de Estado aconselhavam que, “quaisquer que fossem as medidas adotadas, elas deveriam ser facilmente aceitáveis ‘por parte da população e sem grandes perturbações dos hábitos familiares entre nós” (GRAHAM, 1992, p. 142). O risco de *distúrbios* indesejáveis impôs uma pausa às tentativas de regularização do trabalho doméstico.

As propostas que se seguiram deslocaram o alvo para as amas-de-leite, já que se constituíam numa grave “ameaça” à saúde das crianças. Atendimentos de saúde foram a elas direcionados a fim de prevenir a transmissão de doenças para os bebês. Somente no início do século XX, médicos envolvidos com a proposta

higienista propuseram uma lei que pretendia, pela primeira vez, proteger as amas-de-leite de contrair infecção oriunda das crianças amamentadas.

Outras tentativas de se regulamentar o trabalho doméstico foram realizadas, entretanto, sempre esbarravam na resistência dos patrões que temiam que a privacidade fosse quebrada com a entrada de inspetores e da polícia (também indicada para fiscalização) nos lares. Na realidade, o fato de haver um contrato escrito que atribuísse direitos e deveres a ambas as partes incomodava aos patrões que se recusavam a abandonar a supervisão pessoal de suas empregadas.

Com o fim do Império, em 1889, pautadas no liberalismo, novas forças contestam a própria idéia da regulamentação pública do trabalho doméstico, sob o argumento de que a Constituição assegurava o livre exercício de qualquer profissão. Esta posição visava demarcar a diferença entre o trabalho escravo e o trabalhador livre, o que era considerado fundamental para a solidificação da República recém-constituída (GRAHAM, 1992).

Depois de inúmeras tentativas, a relação entre patrões e domésticas continuava a ser objeto de negociação privada e a se basear em exigências unilaterais.

O primeiro regulamento sobre locação de serviços domésticos surgiu em 1923 com o Decreto nº 16.107, de 30/07/1923, que instituiu a identificação dos locadores de serviços domésticos. Segundo Saffioti (1978b), o decreto prendeu-se à natureza do trabalho realizado, deixando de atentar para o mais importante, ou seja, a qualidade da relação entre empregado e empregador. Embora instituísse a obrigatoriedade da carteira de identificação, o decreto em nada beneficiou os empregados domésticos.

Foi somente depois da década de 1940 do século XX que a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (1943) sistematizou a legislação anterior e a inovou, principalmente por legislar sobre toda a classe trabalhadora. As Leis Trabalhistas no Brasil sempre se caracterizaram como um direito social e têm como uma de suas características principais seu caráter protetor. Assim, a CLT surge com as necessidades impostas pelas mudanças no sistema produtivo, com um considerável aumento do contingente de operários e sua conseqüente organização (BARSTED, 1996).

Embora desde antes da década de 1930 grupos de trabalhadores fossem destacados como signatários de proteção especial – dentre eles as mulheres e as crianças –, merecendo atenção especial do Estado no que se refere à legislação, foi a partir da CLT que, aos princípios protetivos, foi associado o mecanismo da tutela. Regulada pelo Estado, a “questão social” deixa de ser caso de polícia e passa a ser responsabilidade da justiça (BARSTED, 1996).

A legislação trabalhista brasileira orienta-se por um modelo formal de relações empregatícias, no qual não são incorporadas outras modalidades de organização de mercado de trabalho como, por exemplo, o trabalho informal. É estabelecido um modelo formal das relações assalariadas, em que se separam atividades incluídas de atividades excluídas da legislação. Os trabalhadores domésticos ficaram, entretanto, excluídos da CLT, continuando a ser regulados pela legislação civil de forma bastante precária.

O Decreto-lei nº 3.078 de 27/02/1941 foi o primeiro instrumento legal que pretendeu disciplinar, em âmbito nacional, a locação de serviços domésticos, exigindo carteira profissional, regulando a resolução do contrato após seis meses de serviço permanente e exclusivo, enumerando os deveres das partes e

estabelecendo multas para quem as descumprissem. Entretanto, nunca foi regulamentado.

O estado de São Paulo foi o primeiro a regulamentar o registro dos empregados domésticos, por meio do Decreto estadual nº 19.216, de 02/03/1950, o qual distinguiu com clareza os empregados domésticos dos demais. Entretanto, a regulamentação não assegurou a eles qualquer benefício social. Embora excluídos da CLT, os empregados domésticos estavam sujeitos à legislação anterior que regulamentou a prestação de serviços em residências e a certas normas do direito positivo, como: a Lei Orgânica da Previdência Social (BRASIL, Lei nº 3.807 de 1960), que permitia que os empregados domésticos se filiassem à Previdência Social, na qualidade de segurados facultativos; a Lei nº 5.316, de 14/09/1967, que integrou o Seguro de Acidentes de Trabalho na previdência social e previa a extensão desse benefício aos empregados domésticos desde que houvesse possibilidades técnicas e administrativas; o Decreto nº 61.784 de 28/11/1967, que regulamentou o Seguro de Acidentes de Trabalho e que assegurava a emissão de apólices para a efetivação desse seguro aos empregados domésticos (SAFFIOTI, 1978b).

Foi somente em 11 de dezembro de 1972 que o Presidente da República aprovou a Lei nº 5.859, regulamentada pelo Decreto nº 71.885, de 9 de março de 1973, que dispõe sobre a profissão do(a) empregado(a) doméstico(a), conceituando e lhe atribuindo direitos. A partir de então, a Carteira de Trabalho passa a ser obrigatória para a admissão do trabalhador doméstico, bem como a concessão de férias anuais de vinte dias.

Em dezesseis de novembro de 1985 foi instituída a Lei nº 7.418, regulamentada pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987, que assegurou

a todos os trabalhadores, inclusive aos domésticos, o recebimento do Vale-transporte, quando for necessário seu deslocamento residência/trabalho utilizando meios de transporte coletivo.

Com o processo de redemocratização da sociedade brasileira, a partir da década de 1980, os trabalhadores se mobilizaram para tornarem legítimas suas reivindicações procurando ampliar seus direitos sociais.

A partir da intensa mobilização de sindicalista, dos movimentos sociais inclusive do movimento de mulheres, e a ação de parlamentares comprometidos com a ampliação dos direitos de cidadania, foi formulada uma pauta de reivindicações em torno da questão do trabalho (BARSTED, 1996, p. 455).

Dessa forma, a nova Constituição Federal de 1988, em seus artigo 7º e incisos, ampliou e criou direitos sociais, dentre esses direitos os dos empregados domésticos e trabalhadores rurais.

A Constituição de 1988 manteve os princípios orientadores da CLT, mas acrescentou alguns direitos aos (às) empregados(as) domésticos(as), como: salário-mínimo; irredutibilidade salarial; repouso semanal remunerado; 13º salário; licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de 120 dias; licença-paternidade; aviso-prévio; aposentadoria e integração à Previdência Social; auxílio doença.

Com a adesão do Brasil à Convenção 132 da Organização Internacional do Trabalho, foi promulgado o Decreto nº 3.197 de 5 de outubro de 1999, que facultou a todos os trabalhadores o gozo de férias anuais remuneradas de trinta dias com, pelo menos, 1/3 a mais do que o salário normal e também férias proporcionais no término do contrato de trabalho.

Até 2001 o(a) empregado(a) doméstico(a) não podia contribuir com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS. A partir de 23 de março daquele

ano, por meio da Lei nº 10.208, tornou-se opcional a esse segmento o pagamento do FGTS, o que assegura àqueles que aderirem o recebimento do Seguro Desemprego em caso de rescisão de contrato e dispensa por justa causa.

Mesmo tardia, a entrada dessa categoria na esfera da legislação trabalhista se deu de forma incompleta; ainda hoje não é garantida a totalidade dos direitos trabalhistas concedida aos trabalhadores urbanos, como jornada de trabalho de 44 horas semanais. Não há limite para a jornada de trabalho das empregadas domésticas, sendo assim, não recebem por horas extras trabalhadas. Não recebem salário família, adicional de periculosidade e insalubridade e adicional noturno. Não podem gozar de repouso remunerado nos feriados civis ou religiosos, exceto se houver acordo entre empregador e empregado. Não há estabilidade no emprego. O recolhimento opcional do FGTS faz com que um número bastante reduzido o faça, o que implica o não recebimento do Seguro Desemprego em caso de rescisão de contrato.

Em 2004¹⁷, o Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria de Inspeção do Trabalho, lançou a cartilha “Trabalho doméstico: direitos e deveres”, reconhecendo que há desconhecimento da sociedade em relação aos direitos dos(as) trabalhadores(as) domésticos(as) e que há necessidade de se criarem mecanismos de acesso “a informações que propiciem o efetivo cumprimento das normas de proteção ao trabalho e assegurem o pleno exercício da cidadania” (BRASIL, MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2005, p. 5). Além de orientar os(as) próprios(as) empregados(as) domésticos(as), a cartilha se propõe a orientar empregadores já que a inobservância da lei é uma constante quando se trata dessa modalidade de trabalho.

¹⁷ Com 2ª ed. em 2005.

De acordo com a atual legislação, é considerado empregado(a) doméstico(a) pessoa maior de dezesseis anos que presta serviços de natureza contínua (freqüente, constante) e de finalidade não-lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas.

Assim, o traço diferenciador do emprego doméstico é o caráter não-econômico da atividade exercida no âmbito residencial do(a) empregador(a). Nesses termos, integram a categoria os(as) seguintes trabalhadores(as): cozinheiro(a), governanta, babá, lavadeira, faxineiro(a), vigia, motorista particular, jardineiro(a), acompanhante de idosos(as), entre outras (BRASIL, MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2005, p. 9).

A referida Cartilha dispõe também sobre o assédio moral e sexual, listando situações que devem ser consideradas abusivas.

Embora vários avanços tenham sido obtidos pelos empregados domésticos¹⁸ no aspecto jurídico-trabalhista, é importante enfatizar que as relações de trabalho por eles vivenciadas não se restringem a esse aspecto, mas se inserem num contexto mais amplo que envolve o ambiente familiar o que favorece que estas relações estejam impregnadas de informalidade e, dessa forma, se distanciem das garantias legais.

¹⁸ 27 de abril está instituído “Dia Nacional da Empregada Doméstica”.

2 NAS TRAJETÓRIAS DAS MULHERES POBRES, A INSERÇÃO PRECOCE NO TRABALHO DOMÉSTICO

2.1 A FAMÍLIA DE ORIGEM

A família é uma instituição que vem passando por importantes transformações, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. Um leque de dimensões está presente neste processo de mudanças. Desta forma, aspectos demográficos, sociais, econômicos, políticos e culturais nele contidos podem ser visualizados e, mais do que isso, podem ser analisados em sua dinamicidade e inter-relação. Entretanto, um estudo com essa abrangência não é a proposta deste trabalho, por isso destacaremos neste item apenas alguns desses aspectos a fim de que subsidiem as reflexões acerca das famílias das entrevistadas, tal como se segue.

Mais de um terço das famílias de origem, principalmente das mulheres mais velhas, apresentaram proles numerosas, sendo que seis delas tinham nove filhos ou mais¹⁹. Em três casos, as famílias eram compostas de sete filhos; e três, cinco filhos. A maior parte das famílias de origem das entrevistadas contava com quatro filhos ou menos. Este grupo está representado prioritariamente pelas mais jovens; três tinham três filhos; e o mesmo número, dois filhos; Gilda é filha única²⁰.

¹⁹ Dezesseis, a família de Cláudia; quinze, a de Eugênia; treze, as de Gabriela e Dalva; doze, a de Elizabeth; onze a de Elisa; e nove a de Eliana.

²⁰ Fui surpreendida com a declaração inicial de Gilda de ser filha única, situação inusitada considerando-se a geração a que pertence (53 anos), a classe social e a origem rural, fatores quase sempre determinantes para a presença de proles numerosas. Fui esclarecida em seguida que, embora sua mãe tenha engravidado cinco vezes antes da gravidez em que ela nasceu, nenhuma das crianças sobreviveu por haver incompatibilidade sangüínea entre seus pais. Somente depois que a família teve acesso aos serviços públicos de saúde puderam ver vingar um de seus rebentos.

Esse quadro condiz com a realidade demográfica brasileira das últimas décadas. Dentre as mudanças demográficas ocorridas no Brasil nas últimas décadas, constata-se que a queda na mortalidade e na fecundidade foram as que mais interferiram no perfil da família brasileira. Se comparada à experiência européia, a chamada “transição demográfica” vem ocorrendo de forma bastante acelerada. No que se refere à fecundidade, a média de filhos por mulher passou de 5,5 entre as mulheres nascidas nas décadas de 1900 a 1925 para 2,0 entre aquelas nascidas nas décadas entre 1975 a 1980. A partir da década de 1970, as taxas de fecundidade se apresentam abaixo do nível de reposição (BELTRÃO, CAMARANO E KANSO, 2004). De 1960 até 1998 houve uma queda de 50% no número de nascidos vivos, passando de 43,3 por mil para 21,8 por mil.

Um dos fatores que vêm acarretando mudanças importantes na família em particular e na sociedade de forma geral é a queda da mortalidade em todos os grupos etários. Entre 1980 e 2000, a esperança de vida ao nascer passou de 58,5 para 67,5 para a população masculina e de 64,5 para 75,9 anos para a população feminina (BELTRÃO, CAMARANO E KANSO, 2004). Embora os percentuais de mortalidade tenham declinado a partir de 1940 em todas as faixas etárias, sete das mulheres entrevistadas relataram que perderam irmãos durante a infância ou a adolescência. Gabriela e Eugênia perderam seis irmãos cada uma e Cláudia, cinco.

2.1.1 A origem rural, condições de vida e a exposição à violência

O grupo entrevistado pode ser caracterizado como tipicamente de origem rural. Aquelas mulheres cujas famílias não vivenciaram o processo de êxodo rural vieram de cidades do interior do estado de Goiás ou de outros estados cuja vida

está diretamente relacionada ao campo. Uma delas ainda continua executando atividades rurais. Somente três, das trinta entrevistadas, nasceram na capital do estado de Goiás (Goiânia), todas as demais em cidades de pequeno ou médio porte deste ou de outros estados. (Quadro 2)

QUADRO 2

ESTADO DE ORIGEM DAS MULHERES COM EXPERIÊNCIA DE TRABALHO DOMÉSTICO NA INFÂNCIA E/OU ADOLESCÊNCIA

Estado	Nº
Goiás	16
Tocantins	03
Bahia	02
Maranhão	02
Minas Gerais	02
Pará	01
Paraíba	01
Rio Grande do Sul	01
Ceará	01
Mato Grosso	01
TOTAL	30

Fonte: Pesquisa primária realizada em Goiânia, março a setembro de 2006.

O processo de êxodo rural vivenciado pelas entrevistadas não difere da realidade de milhões de famílias pobres brasileiras que migraram a partir da década de 1970, quando a população rural atingiu o ponto máximo em números absolutos, 41 milhões de habitantes. Nas décadas seguintes, esse número sofreu um declínio até atingir 33,8 milhões em 1996. Essa redução ocorre principalmente pelo processo migratório por que vem passando o país. Até 1980 constata-se um crescimento absoluto do saldo populacional que deixou as áreas rurais. “Aproximadamente 40% da população que vivia nas áreas rurais no começo dos anos 70 migraram nessa década” (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999, p. 3). Na década de 1980, o fluxo que deixou o campo foi também significativo, com aproximadamente 13 milhões de pessoas, segundo os autores.

A região Centro-Oeste, caracterizada como uma região com predomínio de população rural, desde a década de 1960, compõe também esse panorama nacional. Segundo Camarano e Abramovay (1999), durante os anos 70, o Centro-Oeste passou por um importante processo de expulsão da população rural, o que se acentua na década seguinte, promovendo a *deruralização* da região.

A partir da década de 1980, uma peculiaridade chama a atenção no panorama econômico da região. Para o atendimento de interesses do capital privado nacional e transnacional, a região vem sofrendo uma alteração no uso e na forma de ocupação dos solos com a implementação de modernas técnicas de cultivo de grãos e criação de gado.

As áreas tradicionais do cerrado, antes pouco utilizadas, passam a ser aproveitadas “devido à disponibilidade de capitais (programas governamentais), de recursos técnicos (máquinas), de tecnologia (desenvolvimento de pesquisas científicas) e do apoio na construção de infra-estrutura pelo Estado brasileiro” (MENDONÇA e THOMAZ JÚNIOR, 2004, p. 99), que proporcionou também incentivos fiscais.

Embasado no discurso do progresso e da adoção de novas tecnologias, esse processo transformou a região no *celeiro* agrícola do país, consolidando-se em Goiás, onde as áreas de agricultura camponesa foram transformadas em área de pecuária extensiva e campos de agricultura modernos (MENDONÇA e THOMAZ JÚNIOR, 2004).

Esse processo de *modernização conservadora da agricultura*, como referem Mendonça e Thomaz Júnior (2004), propiciou uma diminuição significativa de postos de trabalho²¹ culminando com a expulsão de milhares de trabalhadores

²¹ Em Goiás, entre 1985 e 1996 houve uma redução de 23% de postos de trabalho no campo, segundo Mendonça e Thomaz Júnior (2004).

rurais do campo, com conseqüente deslocamento para as áreas urbanas periféricas. Por não estarem qualificados para postos de trabalho com maior remuneração nas cidades, terminam por engrossar a fileira de trabalhadores precarizados.

No caso específico deste estudo, constatou-se que dezenove das trinta entrevistadas, sobretudo as mais velhas, são oriundas da zona rural, tendo, seus pais, exercido profissões que se enquadram entre as mais precarizadas do campo: vaqueiro, lavrador, caseiro, garimpeiro etc. Várias delas relataram a saída dos pais da zona rural para tentar trabalhos na cidade, onde continuaram a exercer funções com baixa remuneração, como: vigilante, lavador de carros etc. Os pais das mulheres de origem urbana também exerciam atividades pouco qualificadas, muitos deles vivendo períodos intermitentes de trabalho e desemprego. Daqueles que exerceram profissões mais estáveis figuram: o pai de Beatriz, que possuía um pequeno comércio no bairro da periferia onde residem; o pai de Elisa, que era funcionário público federal exercendo trabalho braçal; e o pai de Glória que trabalhava na construção de barragens no sul do país.

A precariedade nas condições de vida, devido à baixa remuneração dos pais, seguramente determinou a infância das mulheres, podendo-se identificar situações de extrema pobreza e exclusão social, em muitos casos com privações de alimentos básicos para a sobrevivência, o que, algumas vezes, se repetiu na adolescência, tal como declara Bruna:

Igual quando eu era pequena aqui, tinha o 'Alô Brasil' [supermercado], a gente ia pro 'Alô Brasil', aí lá eu ficava pedindo. [...] Eu tinha que esperar todo mundo comer prá mim chegar lá e pedir um resto que sobrava. Muitas vez o povo rapava até o prato e me dava, prá mim poder comer. (Bruna)

Relatos de mudanças constantes em busca de melhores condições de vida fazem parte da trajetória familiar e individual de vinte e três das trinta mulheres entrevistadas, o que pode ser elucidado no depoimento de Andréa:

Eu nasci em Bom Jardim, no Maranhão. Ela [a mãe] mudava, porque ela nunca teve casa, aí ela foi procurando cidades maiores, lugares melhores prá ela conviver com nós. [...] Aí nessa cidade eu parei um tempo de estudar, eu fiquei dentro da mata mesmo prá trabalhar, sem estudar. P – Com sua mãe? Andréa – Com ela, com meus tio, com meus irmão, dentro da mata, mata mesmo, só cuidando da roça. [...] Muito tempo, depois minha mãe ficou doente, muito doente, a gente passou prá uma cidade pequena. Aí minha mãe doente, teve que mudar prá outra cidade, ela e meu irmão. Eu e minhas irmã menor ficamo com meu tio. Aí ele [o irmão] chegou para pegar a gente e a gente teve que pedir na rádio da cidade e a gente arrumou o dinheiro da passagem, nós quatro. Aí a gente foi [para a cidade onde a mãe se encontrava], chega lá a minha mãe tá naquela situação mais difícil, sem poder dar nada prá gente, na casa de outra mulher, do mesmo jeito. [...] Aí minha mãe arrumou um marido... [...] A gente mudou dessa casa que a mulher deu prá gente quando a gente foi prá casa desse homem. [...] Até que arrumaram uma confusão pro nosso lado, quase mata o meu irmão. A gente teve que sair dessa cidade, quase que meu irmão vai preso... (Andréa)

Um dos aspectos elucidados na pesquisa refere-se ao fato de as famílias, em sua maioria, passarem por rupturas durante o processo de criação dos filhos, como por exemplo, ausência de um ou de ambos os progenitores, além de carências tanto materiais quanto afetivas. O Quadro 3 demonstra com quem as mulheres conviveram a maior parte da infância: doze delas viveram com os pais e irmãos; cinco com pais e madrastas; cinco conviveram prioritariamente com mães, padrastos e irmãos; cinco em famílias matrifocais; uma com a tia e primos; e uma com as irmãs mais velhas²². Uma viveu somente com os pais, por ser filha única.

²² É importante destacar que essas configurações familiares não apresentavam uma linearidade por toda a infância das entrevistadas, mas representaram a maior parte desse período da vida delas.

QUADRO 3

PESSOAS COM AS QUAIS AS MULHERES COM EXPERIÊNCIA DE TRABALHO DOMÉSTICO NA INFÂNCIA E/OU ADOLESCÊNCIA RESIDIRAM A MAIOR PARTE DA INFÂNCIA

Membros da família	Nº
Pais e irmão(ãos)	12
Mãe e irmão(ãos)	08
Pai, madrasta e irmão(ãos)	05
Mãe, padrasto e irmão(ãos)	02
Outros parentes/patrões	02
Pais	01
TOTAL	30

Fonte: Pesquisa primária realizada em Goiânia, março a setembro de 2006.

Conforme afirma Sarti (2003, p. 65), “as famílias pobres dificilmente passam pelos ciclos de desenvolvimento do grupo doméstico, sobretudo pela fase de criação dos filhos, sem rupturas”, dessa forma, as alterações nas unidades domésticas são muito freqüentes. É necessário, portanto, compreender a especificidade das relações familiares e da organização doméstica em condições de pobreza.

Salem (1981), ao se referir à sua pesquisa com mulheres faveladas, revela haver um rol de razões que colaboram para o fracionamento do grupo familiar; muitas delas estão relacionadas à necessidade de sobrevivência. Uma das razões é a “doação” dos filhos para serem criados por famílias que se encontram em situações econômicas um pouco melhores do que as da família de origem. Essa prática pode determinar um afastamento temporário ou até mesmo definitivo da família²³, como no caso de Angélica que jamais voltou a conviver com a mãe e as irmãs, depois de ser deixada na casa de uma família aos oito anos:

[...] quando pequena, mas ou menos com cinco, seis anos, minha mãe sofria muito com o marido, batia, essas histórias trágicas... [...] E ela [a mãe, ela e as irmãs] teve que ir embora pro Tocantins, onde morava a mãe dela...

²³ A história de Andréa, que será relatada no Capítulo 2, também ilustra essa prática.

[...] E ela desesperada, com três filhas nas costas... era casar com aquele homem que ela nunca tinha visto até então. Casou não, juntou. Aí nós passamos na cidade chamada Cristalândia no Tocantins... [...] eu fiquei um ano com ela, a gente trabalhava... minha mãe trabalhava de doméstica mesmo na fazenda... [...]... depois de um ano ela teve que separar dele [...] aí nós fomos prá cidade. Aí essa mesma mulher onde minha irmã já trabalhava queria eu também, porque minha mãe falou que não podia ficar comigo, porque não tinha como. Aí eu fui fiquei com essa moça, prá trabalhar.[...] (Angélica)

Outra razão para o rompimento do convívio familiar é a ausência de um ou de ambos os progenitores, decorrente do falecimento, da separação ou de doenças. Esses fatores contribuíram para que situações de carências tanto no aspecto material quanto afetivo fossem evidenciadas pela maioria das entrevistadas.

Famílias reconstituídas (com um novo casamento de um dos pais), bem como a vivência em famílias monoparentais em, pelo menos, um período da vida delas foi constante nos relatos. Poucas entrevistadas relataram convivência constante com pais e irmãos da infância até a vida adulta; mesmo aquelas que viviam em famílias nucleares, a pobreza as obrigara a sair precocemente de casa a procura de trabalho, havendo sempre um distanciamento da convivência familiar.

Houve situações em que a convivência familiar foi rompida em idade muito precoce, como é o caso de Cecília que, depois do falecimento da mãe, aos sete anos, morou com a tia até os onze, quando saiu de casa do interior do Tocantins vindo sozinha para Goiânia. A partir daí, viveu a maior parte da adolescência nos locais em que trabalhava. Elisa foi criada pelas irmãs mais velhas até os quinze anos, quando saiu também para trabalhar e morar na casa de terceiros; Angélica (como anteriormente relatado) foi deixada pela mãe também na casa de terceiros e Bianca foi morar com os filhos do padrasto a partir dos onze anos.

Embora a ausência da mãe e/ou do pai durante a infância e/ou adolescência estivesse presente no relato da maioria das entrevistadas, a ausência

da mãe, mais que a do pai, foi apontada como uma das causas do sofrimento vivido nesse período da vida, principalmente quando foram viver com madrastas ou parentes. A saída das entrevistadas para o trabalho doméstico na casa de terceiros foi retratada por várias delas como consequência dos maus tratos praticados pelas madrastas e irmãs.

A ausência da mãe, devido a falecimento, fez parte do relato de quatro entrevistadas: Elisa, Cecília e Francisca perderam a mãe aos sete anos e Dalva aos seis. Destas, Francisca e Dalva conviveram com madrastas; Elisa com irmãs mais velhas; e Cecília com a tia.

Eu nasci em Itauçu [interior de Goiás]. ... com seis anos minha mãe faleceu [...] e depois a gente foi morar alguns tempos com meus avós. E ficamos assim, às vezes ficava com meu pai, meu pai acho sentia saudade, buscava a gente na casa dos meus avós, mas como era difícil prá ele trabalhar cuidando de mim e do meu irmão... às vezes levava até a gente lá prá roça. Aí depois meu pai casou. [...] ...levou a gente de volta prá casa... (Francisca nunca teve um bom relacionamento com a madrasta)

A ausência da mãe ocorreu também devido a outros fatores: Fátima foi retirada da mãe pelo pai ainda bebê indo residir com ele, a madrasta e os irmãos, conheceu a mãe “depois de grande”; Bianca foi abandonada pela mãe aos três anos, ficando inicialmente com o pai e, posteriormente, com a madrasta e irmãos.

Eu tinha três ano quando minha mãe foi embora. [...] ...ele [o pai] viajava e eu ficava com minha tia, antes dele casar, eu ficava com minha tia. [...] Minha mãe apareceu, aí ela me levou com ela pro Pará. Aí com ela eu fiquei... eu acho que três meses com ela, aí eu saí... [...]... aí passei cinco ano trabalhando numa casa. [...] Aí eu voltei prá casa do meu pai [em Imperatriz], passei uns tempo com ele e tornei voltar prá lá [Pará]. [...] ...fui prá casa do meu pai, não fui mais embora. (Bianca)

Problemas graves de saúde foram também os motivos do afastamento temporário das mães de três outras entrevistadas (Andréa e das irmãs Dora e Débora), o que as obrigou a assumir as responsabilidades da casa e a procurar trabalho na casa de terceiros precocemente, enquanto estavam na casa de parentes aguardando o tratamento das mães. A mãe de Gilda tinha doença de Chagas, o que a forçava a cuidar da casa desde pequena. Não tinha com quem dividir o trabalho, por ser filha única.

A perda ou o afastamento do pai fez parte do relato de doze das entrevistadas. Em dois deles, a ausência foi de ambos os pais, como é o caso de Fátima – cujo pai faleceu quando ela era adolescente, permanecendo ela com a madrasta – e Elisa que foi abandonada pelo pai junto às irmãs depois do falecimento da mãe. O falecimento dos pais ocorreu para Alessandra, Bárbara, Bruna e Bernadete quando elas tinham quatro, nove, três e dez anos, respectivamente. Cecília e Carolina nunca conviveram com eles, só os conheceram aos nove anos. Andréa não conhece o pai.

No caso de Aline, Angélica e Daniela, os pais se separaram quando as primeiras tinham quatro anos e a última oito, nenhuma delas conviveu com eles após as separações. Daniela se queixou da separação dos pais argumentando que se sentiu desprotegida e vulnerável, tanto na vida pessoal quanto no trabalho.

P – Elas te tratavam mal em função da sua mãe ser separada do seu pai?
Daniela – Certamente né? P – Você acha que era por isso? Daniela – Eu acho que era por isso e também porque você não tem defesa, se você tem um pai, por exemplo, se você tem um pai que te defende, as pessoa pensa duas vez antes de te ofender. Agora se você não tem ninguém que te defende, as pessoa pisa mesmo. (Daniela)

Várias entrevistadas relataram experiência de violência doméstica durante infância e/ou adolescência²⁴, embora para muitas delas esses períodos da vida já estivessem supostamente protegidos pela vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, Lei nº 8.069 de 1990). O amparo legal só foi relatado uma vez, quando Bruna, que vivia nas ruas, foi assistida por uma desconhecida que a levou ao Conselho Tutelar.

A violência não é um fenômeno singular, mas plural, ou seja, está sustentado por múltiplas raízes, algumas delas de identificação complexa e se exprime de várias formas. No caso da violência contra crianças e adolescentes, essa pluralidade se expressa por meio da: *violência social*, quando suas necessidades básicas não são atendidas; *a violência legal*, quando as disposições legais não são colocadas em prática para que seus direitos fundamentais sejam assegurados; *a violência psicológica*; *a violência sexual*, *a violência física* e *a negligência* (RODRIGUES e CARVALHO, 1998).

Ainda que qualquer conceituação de violência não possa conter toda sua complexidade, adota-se aqui aquela indicada por Rodrigues e Carvalho (1998), que a consideram como “toda ação danosa à vida e à saúde do indivíduo, caracterizada por maus-tratos ou cerceamento de liberdade ou imposição da força” (p. 64).

Azevedo e Guerra (1997) asseveram que a análise da violência doméstica contra crianças e adolescentes deve estar assentada no pressuposto de que o abuso/vitimização física, sexual e psicológica e a negligência contra eles praticados decorrem da interação entre vários grupos de fatores psicológicos, socioeconômicos

²⁴ Aqui estão retratados alguns casos de violência nas famílias de origem. Alguns daqueles que explicitam a violência na casa de terceiros serão analisados no Capítulo 2, que abordará a vivência do trabalho doméstico na infância e/ou adolescência. Ressalta-se, contudo, que, ao se considerar a situação de vulnerabilidade econômica e social vivenciada pelas famílias das entrevistadas, não se pode desconsiderar a *violência social* a que todas estiveram submetidas durante não só a infância, a adolescência, mas também a vida adulta, já que nenhuma delas deixou de ressaltar as diversas formas de carências que perpassaram toda sua existência.

e culturais da família. Embora sejam inúmeros os fatores que podem desencadear, facilitar e perpetuar a violência, no caso da criança há uma situação comum a todas as ocorrências, “que é o poder do mais forte – o adulto, contra o mais fraco – a criança” (AZEVEDO e GUERRA, 1997, p.63). As autoras destacam que uma das maiores dificuldades para o enfrentamento da violência é a *aquiescência* da própria vítima, julgando ser esta uma situação normal, como parte integrante do processo de educação das famílias²⁵.

Um dos tipos de violência apontados pelas entrevistadas é aquele que, *grosso modo*, poder-se-ia denominar de *negligência*, pois se constata a omissão da família em prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescente (AZEVEDO e GUERRA, 1997). Contudo, como mencionam as próprias autoras, os vários fatores que explicam a violência devem estar inter-relacionados, por isso as possíveis “*falhas* só podem ser consideradas abusivas quando não são devidas à carência de recursos socioeconômicos” (AZEVEDO e GUERRA, 1997, p. 65). (Grifo nosso).

O Levantamento Nacional dos Abrigos, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e analisado por Silva (2004), demonstra que mais da metade dos ingressos em abrigos foi motivado por *negligência*. Indaga-se, contudo, de quem seria a *negligência*, já que a precariedade de recursos materiais foi identificada em praticamente um quarto (24,1%) dos casos. Conforme destacou a autora, 52% dos ingressos estão relacionados à pobreza familiar, dessa forma torna-se arriscado enquadrar a conduta de algumas famílias como *negligente*. É

²⁵ Não se pretende afirmar com isso que haja uma *cumplicidade* entre agressor e vítima. Concordamos com Saffioti (1999) quando – ao analisar a violência do homem contra a mulher no âmbito familiar – afirma que não há cumplicidade entre agressor e vítima, pois esta não desfruta de igual poder. Dessa forma, ela não consente as agressões, mas cede, por temor.

importante salientar que, de acordo com o Artigo 23 do ECA, “a falta ou carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou suspensão do pátrio poder” e que “não existindo outro motivo que por si só, autorize a decretação da medida, a criança ou adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em programas oficiais de auxílio” (BRASIL, Lei nº 8069 de 1990).

Sendo assim, poder-se-ia retratar a violência sofrida por algumas entrevistadas como *violência social* e não *negligência* considerando-se que violentadas estavam também as famílias ao não contarem com condições dignas de sobrevivência, como no caso de Alice, Alessandra, Bruna e Bianca que relataram a experiência da mendicância, violência física e abandono na infância. Alice e Bruna mendigavam juntamente com suas mães e irmãos e Alessandra e Bianca em situações mais esporádicas, a primeira com uma colega e a segunda sozinha.

Devido a essas experiências, a ausência ou o afastamento da mãe não foram negativamente avaliados nos relatos de Alice e Bruna. As avaliações se restringem à responsabilização das próprias famílias pela violência sofrida, por isso consideram que foi esse afastamento que lhes possibilitou a saída das condições de miserabilidade a que estavam submetidas enquanto estavam na companhia das mães. Alice se afastou da mãe involuntariamente quando foi entregue ao pai, depois do falecimento do padrasto, que ela acreditava até aquele momento ser o pai biológico. Entre outras formas de violência, ela e o irmão conviveram com o alcoolismo da mãe, do pai e da madrasta.

Com a morte dele [o padrasto, ela tinha sete anos], minha mãe ficou no vício, deixando os filhos de lado. Aí com o tempo ela falou: ‘Olha Alice, vocês têm um pai e o pai de vocês é esse daqui’. Aí a gente foi morar com

meu pai. Eu fui morar com meu pai na fazenda...[...] Aí com doze anos a gente mudou prá cidade, aí foi quando eu arrumei meu primeiro emprego. [...] com catorze anos [...] eu fiquei com minha mãe porque eu não queria morar mais na fazenda. Quando eu fiquei com minha mãe eu tive que ir pro “bóia-fria”. [...] Aí foi péssimo, eu arrependi e falei assim: “pai, deixa eu voltar”. [...] Aí com quinze anos meu pai voltou de novo prá cidade porque ele adoeceu, aí ele conseguiu aposentar. [...] Aí eu saí de lá [aos vinte], depois disso eu não consegui arrumar serviço em lugar nenhum. Aí foi quando eu decidi vir prá Goiânia. (Alice)

Antes de ser entregue ao pai, a mãe obrigava Alice e o irmão a pedirem dinheiro e comida nas ruas, experiência que a deixa emocionada até hoje ao narrar a situação vivida, mostrando a revolta em relação à mãe.

Antes dos sete anos, depois que meu padrasto morreu, minha mãe colocava eu e meu irmão prá pedir na rua... é horrível [chora]. Eu lembro que a gente ia prá feira descalço, sujo, mal vestido, pedir pros outro um pastel prá comer, porque eu tava com fome... eu apanhava prá ir, porque eu não gostava, eu odiava, eu falava: ‘ mãe, prá que isso mãe?’ Minha mãe não tomava conta da gente direito, por isso que eu falo que minha mãe não foi uma boa mãe, porque uma mãe que coloca o filho prá pedir na rua prá mim não é considerada uma boa mãe. Minha mãe, Denise, ela falava: “meus filho, vocês fique aqui, agorinha mamãe vem”. Minha mãe chegava no outro dia bêbada, enchendo o saco e, ainda, batia na gente. Não fazia nada dentro de casa. Comia, Denise, porque os outro dava. Eu não sabia fazer comê, tinha menos que cinco anos, eu não dava conta de mexer no fogão, os outro que tomava conta, minha mãe só na cachaça e pondo a gente foi pedir na rua... não gosto nem de lembrar que eu fico com certa raiva porque... como que minha mãe fez isso com a gente? Por que ela fez isso? (Alice)

Bruna viveu grande parte da infância morando nas ruas com sua mãe, seu irmão e, posteriormente, também o padrasto. Aos doze anos, quando saiu (se afastou da família devido aos maus-tratos do padrasto, que era usuário de drogas ilícitas), foi acolhida por uma desconhecida que acionou o Conselho Tutelar que a entregou a avó que residia em Brasília.

Aí minha mãe arrumou um marido, que é meu padrasto, aí ele judiava de mim. [...] Aí ela arrumou ele e ele bebia demais, viciado em drogas né? Aí eu ficava com vergonha e com raiva porque pedia na rua, eu ganhava bastante dinheiro mesmo e aí o dinheiro ia só prá ele beber e usar drogas.

Prá mim não sobrava nada, ela marcava o tanto de dinheiro que eu tinha que levar prá casa. Aí no dia que eu não levava ela [a mãe] mandava ele me bater, aí ele me batia. (Bruna)

Outras situações de ressentimento com relação à mãe foram referidas por Andréa e Angélica. Esta, deixada pela mãe na casa de estranhos aos oito anos para trabalhar, nunca mais voltou a conviver com ela, embora vivessem na mesma cidade.

Aí eu fui crescendo, eu via minha mãe tipo uma vez no mês, depois de seis em seis meses. [...] Porque a gente vê, todo mundo tem pai... minha mãe tem dois anos que eu não vejo ela [chora]. Ela nunca ligou prá mim, tipo: 'como é que você tá? Você tá bem? (Angélica)

Andréa relata que sua mãe nunca se importou com ela.

Ela dava os filho, porque ela não tinha condições de cuidar, dar boa saúde. Então, ela dava, duas filha dela ela deu. Ela ia dar eu também, mas aí uma irmã mais velha cuidou de mim, quando eu fiquei maior, ela pegou eu de volta. [...] mas a gente nunca teve um amor... eu reclamo sempre que eu não tenho o amor da mãe, do pai. [...] Eu reclamo muito, hoje eu reclamo muito disso, porque falo que minha mãe não é a mãe que eu queria, mas, ao mesmo tempo eu paro e penso, não tenho que reclamar dela, porque ela nunca teve esse amor, então, ela não tem como passar isso prá nós. (Andréa)

Aos onze anos, Andréa teve que assumir o papel da mãe integralmente. Em tratamento de saúde ela foi viver em outra cidade, deixando Andréa e mais duas filhas pequenas praticamente sozinhas.

Aí minha mãe doente, teve que mudar prá outra cidade, ela e meu irmão. Eu e minhas irmã menor ficamos com meu tio. Eu era sozinha prá cuidar das duas irmã menor, com onze ano. Minha mãe não deixou nada, eu tinha que dar comida prá elas. [...] P – Como você fazia? Adriana – Meu tio tinha roça, aí eu ia atrás pegava aquele saco de arroz, a gente mesmo pisava no pilão, ia pescar, pegava peixe, não era muito, mas eu dava comida prá elas,

dormia, ia prá escola. Mas depois eu não tinha mais força prá ir prá escola, aí eu tornei parar de novo. [...] P – Quanto tempo você ficou sozinha com suas irmãs? Acho que foi mais ou menos um ano. Lá nesse local onde a gente morava tinha muita madeira prá fazer carvão, foi aí que eu tive que ir lá juntar muita madeira prá fazer carvão prá mim poder vender prá poder ganhar o dinheiro, só que não vendia e minhas irmã passando necessidade. Eu tava ali como se fosse minha mãe. [...] Eu ia trabalhar e dava o dinheiro pras pessoas prá eles comprar comida prá gente. Eu ia fazer carvão prá vender. (Andréa)

Das quatro que se queixaram das mães, três estão entre as mais jovens (Andréa, 17 anos, Angélica, 18 anos e Alice, 21 anos) e não constituíram ainda suas próprias famílias. Bruna, de vinte e seis anos, casada e mãe de quatro filhos, foi a única que retratou a infância sem demonstrar tanta comoção, embora sempre ressaltando a mágoa em relação à mãe. Para as três, falar sobre a *falta* cometida pelas mães ainda provoca muita dor e ressentimento, por isso elas reiteraram insistentemente o fato de as mães não terem cumprido seu papel de *protetora*, expondo-as a constrangimentos e humilhações durante a infância. Talvez a proximidade temporal dos fatos e a atual vulnerabilidade em que se encontram as mais jovens as façam analisá-los de forma mais emotiva, requisitando, ainda, das mães, o cumprimento desse papel.

Dentre as mais velhas, Elisa e Gabriela queixaram-se explicitamente dos maus-tratos sofridos na infância. Elisa atribui à violência física e psicológica das irmãs mais velhas o motivo de ter saído de casa aos quinze anos. A violência, em alguns casos, estava relacionada ao uso de drogas por algum membro da família. Fátima, entre outras formas de violência, enfrentava o alcoolismo da madrasta com conseqüente violência física. Gabriela foi uma das poucas que conviveram com ambos os pais até a idade adulta, todavia, uma convivência permeada pela violência devido ao alcoolismo do pai.

Enfim, percebe-se uma constante reclamação em relação à falta que lhes fizeram os pais “ideais” na infância e/ou adolescência, com alegações ora explícitas, ora veladas de que o sofrimento vivido se deve a essa ausência. Entretanto, é possível afirmar, como Salem (1981), “que a ausência efetiva das figuras paterna e materna favorece sua idealização de uma infância diversa. Com efeito, espancamentos, fome e sobretudo o excesso de trabalho não se configuram como características exclusivas das mulheres que foram abandonadas” (p. 72).

2.2 O TRABALHO INFANTO-JUVENIL, OS MARCOS LEGAIS E AS AÇÕES GOVERNAMENTAIS QUE VISAM COIBI-LO

Um dos elementos que emergem na história como diferenciadores para a constatação das reais condições de vida de crianças e de adolescentes é a forma como eles se relacionam com o trabalho, sobretudo na sociedade capitalista ocidental. Evidentemente essa forma de se relacionarem com o trabalho não se coloca como *uma* entre outras opções, senão como a *única*, determinada histórica e socialmente.

Nas sociedades primitivas e nas culturas não-ocidentais o trabalho de crianças e de adolescentes sempre ocorreu, sendo visto com naturalidade. Entretanto, é necessário que se distinga nessas sociedades o caráter assumido por esse trabalho. Nelas,

A família ou a tribo podem ser equiparadas a uma unidade de produção familiar, os fins da produção são coletivos, e a distribuição do trabalho obedece a uma rigorosa compatibilidade entre as competências físicas e habilidades de seus integrantes, respeitando inclusive as psico-pedagogias das idades (SANTOS, 1996, p.196).

Esta realidade não confere com as modalidades de trabalho infanto-juvenil praticadas nos países em desenvolvimento. No Brasil, desde o início da colonização crianças negras e indígenas eram incorporadas ao trabalho. Ao contrário de uma atividade que previa a subsistência familiar, à nova exigência do trabalho incorporava-se um componente explorador. Não havia a observância das capacidades da criança e o tipo de trabalho desenvolvido. Esta situação agravou-se ainda mais quando a industrialização chegou ao Brasil. As novas formas de divisão de trabalho facilitaram a inclusão da mão-de-obra infantil a custos mais baixos, particularmente na indústria têxtil.

Como reflete Rizzini (2004, p. 376),

O Brasil tem uma longa história de exploração da mão-de-obra infantil. As crianças pobres sempre trabalharam. Para quem? Para seus donos, no caso das crianças escravas da Colônia e do Império; para os “capitalistas” do início da industrialização, como ocorreu com as crianças órfãs, abandonadas ou desvalidas a partir do final do século XIX; para os grandes proprietários de terra como bóias-frias; nas unidades domésticas de produção artesanal ou agrícola; nas casas de família.

Evidentemente, as condições em que encontravam crianças e adolescentes pobres e suas famílias desde o início do Século XX redundavam em problemas de várias ordens, cuja responsabilização recaía sobre a família. O discurso moralizador da época defendia que ao Estado caberia a educação das crianças abandonadas, vítimas da negligência familiar. Por isso, era imprescindível institucionalizar o menino pobre abandonado e direcioná-lo ao trabalho, como forma de assegurar o afastamento da “marginalidade”. Segundo Rizzini (1997, p. 141)

Dois destinos estavam reservados à crianças de acordo com uma representação dicotômica da infância, atrelada à sua condição social. De um lado está a criança para a qual estava destinada a cidadania e, de outro, o pobre menino abandonado, para o qual seria aplicado o ‘trabalho regenerador’, para que atingisse, no máximo, a posição de operário.

Para se efetivar a tutela do Estado em relação à criança e ao adolescente, produziu-se um número significativo de leis, bem como a criação de várias instituições que visavam à regularização da infância. Os antigos asilos foram sendo transformados em institutos, escolas profissionais, reformatórios, escolas premunitórias e correccionais e patronatos agrícolas.

Para Rizzini, embora a tônica dos discursos fosse a defesa incondicional da criança, uma leitura mais apurada revela que havia “uma oscilação constante entre a defesa da criança e a defesa da sociedade contra essa criança que torna uma ameaça ‘à ordem pública’”. Ao Estado caberia educar ou corrigir “*os menores* [...] para que se transformassem em cidadãos úteis e produtivos para o país, assegurando a organização da sociedade” (RIZZINI, 2002, p. 18). (Grifo nosso).

Essas concepções vêm contribuindo ao longo da história para que o trabalho de crianças e adolescentes pobres seja visto com naturalidade e inclusive incentivado. Como referem Dauster e Mata, o termo trabalho é parte do vocabulário matriz do cotidiano e da experiência de “crianças e jovens que se definem como pobres e trabalhadores, numa linguagem que pouco se distancia do código do adulto” e pode abranger outros significados afora o econômico. “... o trabalho infantil, além de expressar formas de dominação e exploração no contexto de nossa sociedade, pode ser reinterpretado como escolha e decisão e, até certo ponto, é naturalizado enquanto orientação que pais e mães imprimem às suas relações com os filhos” (DAUSTER E MATA, 1993, p. 14). Para eles o trabalho seria uma forma de afastar os filhos dos *vícios* da sociedade, o que faz com que a implementação de políticas que visam ao seu combate e controle, muitas vezes, não conte com a adesão e o apoio das famílias.

Entretanto, o que os pais, em particular, e a sociedade, de forma geral, não consideram, via de regra, são as *conseqüências* acarretadas pelo trabalho, sobretudo na infância. Valentina Forastieri²⁶ (1997) afirma que os equipamentos, móveis, os utensílios e os locais de trabalho, em geral, não são projetados para serem utilizados por crianças, mas por adultos. Dessa forma, o trabalho pode contribuir para que haja comprometimentos ergonômicos, maior fadiga e riscos de acidentes. Crianças não estão cientes do perigo que envolve algumas atividades. Devido às suas peculiaridades físicas, elas são menos tolerantes ao calor, ao barulho, a produtos químicos etc. e a exposição a essas condições pode trazer problemas de saúde e danos irreversíveis.

Ademais, o trabalho infantil pode prejudicar o desenvolvimento das potencialidades da criança tomando dela o tempo que poderia ser dedicado a outras atividades condizentes com suas condições físicas e sua idade. Martins (1991, p.14) argumenta que o envolvimento precoce no trabalho *suprime a infância* provocando a supressão simultânea de “processos sociais vitais, pois submete as novas gerações a relações sociais e a uma socialização enferma que já não estão mais sob domínio do *homem* e sim da *coisa*”. (grifos do autor). Entende, então, que a liberdade gestada nessas condições é ilusória, pois antes de tudo é a liberdade da mercadoria.

Embora no decorrer do Século XX a situação tenha sofrido alterações significativas em termos de países centrais, o mesmo não ocorreu com os países periféricos. Várias declarações e convenções internacionais são firmadas em favor de se regulamentar ou tecer recomendações para assegurar direitos específicos às crianças e aos adolescentes.

²⁶ Especialista da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em Condições de Trabalho, Segurança e Saúde Ocupacional.

Em 1919, é firmada a Convenção Internacional Fixando a Idade Mínima²⁷ (catorze anos) para a Admissão de Crianças no Trabalho Industrial; em 1924, Declaração de Genebra, pela primeira vez se reconhece que as crianças precisam de uma proteção especial distinta dos adultos; em 1948, as crianças são incorporadas na Declaração Universal dos Direitos do Homem; em 1959, ganham uma declaração específica, a Declaração Universal dos Direitos da Criança.

Em 1989 é firmada a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (ONU, 1989), que estabelece os princípios da igualdade e da não-discriminação, do interesse superior da criança, da obrigação do Estado de proteção dos direitos da criança, incluindo os culturais, sociais e econômicos.

O aparato jurídico brasileiro, de um modo geral, está adequado aos padrões internacionais definidos na Convenção Internacional dos Direitos da Criança (1989) e nas Convenções da Organização Internacional do Trabalho. Embora a primeira lei para a proteção da infância tenha sido promulgada em 1891, no decorrer de cem anos não serviu efetivamente para proteção de todas as crianças e todos os adolescentes dos efeitos danosos do trabalho.

Até praticamente a metade da década de 1980, o trabalho infanto-juvenil no Brasil, embora legalmente proibido, era plenamente tolerado pelos governos e pela sociedade civil. Em 1988, sob pressão dos movimentos de defesa dos direitos

²⁷ A idade mínima para o trabalho no Brasil só foi determinada para todos os setores da economia em 1973, antes era estabelecida diferentemente por setor: Em 1919, Convenção nº 5 (indústria); 1920, Convenção nº 7 (trabalho marítimo); 1921, Convenção nº 10 (agricultura); 1921, Convenção nº 15 (paioleiro e foguistas); 1932, Convenção nº 33 (paioleiros e foguistas); 1932, Recomendação nº 41 (trabalhos não industriais); 1936, Convenção nº 58 (trabalho marítimo); 1937, Convenção nº 59 (revista-indústria); 1937, Convenção nº 60 (trabalhos não industriais); 1937, Recomendação nº 52 (trabalhos industriais-empresas familiares); 1947, Convenção nº 83 (trabalhos em territórios não-metropolitanos); 1953, Recomendação nº 96 (trabalho subterrâneo em minas); 1959, Convenção nº 112 (pescadores); 1965, Convenção nº 123 (trabalhos subterrâneos); 1965, Recomendação nº 124 (trabalhos subterrâneos nas minas); 1973, Recomendação nº 138 (todos os setores) e 1973, Recomendação nº 146 (todos os setores).

da criança e dos acordos internacionais assinados, a Constituição Federal é promulgada, proibindo o trabalho de menores de catorze anos. Com a Emenda Constitucional nº 20, aprovada em dezembro de 1998, a idade mínima de admissão no trabalho foi elevada de catorze para dezesseis anos, porém, admitindo a possibilidade de o adolescente trabalhar como aprendiz a partir dos catorze anos de idade. Aos adolescentes de dezesseis a dezoito anos fica proibida a realização de trabalhos em atividades insalubres, perigosas ou penosas, trabalho que envolva cargas pesadas, jornadas longas e, ainda, trabalhos em locais ou serviços que lhes prejudiquem o bom desenvolvimento psíquico, moral e social.

Em 1990, a partir da Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, Lei nº 8.069 de 1990) é promulgado e dedica um capítulo especial à questão do trabalho. Seus regulamentos são similares às definições da Constituição Federal no tocante à idade mínima e às regulamentações para os aprendizes. Dessa forma, dá suporte à luta pela erradicação do trabalho infanto-juvenil.

Em termos internacionais a Convenção nº 138 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, ratificada pelo Brasil em 2001, estabelece que a idade mínima para o trabalho infanto-juvenil nunca “deverá ser inferior à idade de conclusão da escolaridade compulsória ou, em todo caso, a 15 anos” (OIT, CONVENÇÃO Nº 138), e para trabalhos perigosos a idade mínima é de 18 anos.

Em junho de 1999, a Convenção nº 182 da OIT, que trata *das piores formas de trabalho infantil*, passou a classificá-lo de duas maneiras: as formas toleráveis, que têm raízes econômicas e podem exercer um papel socializante; e as formas intoleráveis, como as diversas formas de escravidão, trabalhos forçados, prostituição infantil, atividades ilícitas, e aquelas que ferem a saúde, a segurança e a

moral das crianças. A Convenção, já ratificada e vigente no Brasil, estabelece “a adoção de medidas imediatas e eficazes visando à proibição e à eliminação das piores formas do trabalho infantil com caráter de urgência” (OIT, CONVENÇÃO Nº 182).

Sabe-se que, ao se inserirem precocemente no trabalho, são negados a crianças e adolescentes direitos fundamentais, sobretudo àqueles que ocupam postos em trabalhos insalubres e penosos como nas carvoarias, nos canaviais, nas ruas e nos serviços domésticos. Em termos do trabalho doméstico, várias ações têm sido empreendidas para que ele seja coibido. Organismos internacionais como a OIT têm promovido campanhas internacionais a fim de alertar para os riscos do trabalho exercido por crianças e adolescentes no espaço doméstico. Há um empenho no sentido de que o trabalho infantil doméstico seja incluído nas *piores formas de trabalho infantil* tendo como referência a Convenção nº 182²⁸, acima mencionada.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD (IBGE, 2001) revela que 5.482.515 crianças e adolescentes com idades entre cinco e catorze anos estão trabalhando. Destas, 296.705 tinham de cinco a nove anos e 1.935.269, de 10 a 14 anos, num total de 2.231.974 crianças com menos de catorze anos. Do total, 3.570.216 são do sexo masculino e 1.912.299 são do sexo feminino e 1.081.579 trabalham e não estudam. A taxa de escolarização das crianças e adolescentes de cinco a dezessete anos que não trabalhavam era muito superior a

²⁸ Essa modalidade de trabalho não foi incluída nas *piores formas de trabalho infantil* estabelecidas pela OIT por ser um tema diretamente relacionado à mulher e ser considerado polêmico, o que poderia comprometer o acordo dos países presentes na Convenção nº 182, sobretudo os islâmicos. “Quando você analisa a Convenção 182 e a Recomendação 190, você vê que o trabalho doméstico ali está marcado em vários elementos da Convenção, mas a palavra trabalho doméstico não aparece. Justamente para ter o consenso dos países islâmicos e um consenso mundial” (Renato Mendes, Coordenador de projetos do Programa Internacional de Erradicação do Trabalho Infantil – IPEC/OIT, em entrevista realizada pela pesquisadora em 20/01/06, Brasília).

das crianças que trabalhavam, com diferença de mais de 10 pontos percentuais, respectivamente de 91,1% e 80,3%.

Entretanto, embora em queda durante catorze anos seguidos, os dados da PNAD (IBGE, 2005) demonstram que houve um crescimento nos índices de crianças inseridas no trabalho a partir de 2005, atribuído, sobretudo, à maior inserção no trabalho agrícola e em atividades informais urbanas²⁹.

No Brasil, a presença do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI teve, sem dúvida, um impacto na última década no sentido de diminuir a presença de crianças e jovens inseridas ilegalmente no trabalho, principalmente naqueles em condições de insalubridade e periculosidade. Ainda assim, é preciso melhorar o nível de intervenção das políticas públicas relacionadas à erradicação do trabalho infantil em geral, e do trabalho doméstico em particular.

2.3 A INSERÇÃO PRECOCE DAS MULHERES NO TRABALHO DOMÉSTICO

A trajetória das mulheres entrevistadas nesta pesquisa não foi alcançada por qualquer uma das prerrogativas acima descritas, ainda que um terço delas tenha vivido a infância ou adolescência já na vigência do ECA que proíbe o trabalho para menores de dezesseis anos. Sequer entre as mais jovens houve relatos de inserção no PETI. O fato de viverem em zonas rurais implicou uma dinâmica diferenciada de

²⁹ Constatou-se que 6,8 milhões de crianças e adolescentes na faixa de cinco a dezessete anos estão inseridas no mercado de trabalho. Desse total, 2,9 milhões estão em situação de trabalho ilegal (5 a 14 anos). A PNAD 2005 identificou o aumento do número de crianças trabalhando na faixa de 5 a 9 anos de idade e, principalmente, na faixa de dez a catorze anos.

trabalho com a subordinação do conjunto de membros da família envolvido em atividades que deveriam lhes assegurar a sobrevivência. Esse envolvimento com o trabalho muitas vezes teve como consequência o abandono da escola, que era considerada secundária.

Várias entrevistadas relataram ter vivido a experiência do trabalho infantil na zona rural. Nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, com a predominância de estados tipicamente agrícolas, era comum para a geração de parte dessas mulheres, hoje com mais de trinta e cinco anos, intercalar os serviços domésticos com trabalhos na roça.

E quando a gente não tinha serviço em casa, meu pai levava prá roça prá capinar, colher, fazia o que tivesse prá fazer. (Elza)

P – Em casa você já fazia o serviço doméstico? Eugênia – Mesmo na roça, minha mãe levantava a gente cinco horas da manhã, nós tinha que varrer um quintal enorme, seis horas já tinha que buscar água numa bica prá ajudar em casa, aí entrava na escola oito horas da manhã, saía meio dia, aí meio dia a gente chegava, não almoçava direito, nós colocava um pano na cabeça e corria prá roça com meu pai e trabalhava até sete horas da noite. Trabalhava de manhã em casa e à tarde na roça com meu pai. (Eugênia)

Foi aumentando e as responsabilidades cada vez mais, porque a gente vai crescendo... quando eu comecei a estudar eu tinha nove anos, eu já trabalhava... e a gente vai trabalhar na roça, fui trabalhar na roça, duro mesmo, pesado [...] A gente lava a louça, a gente lava quintal... na roça a gente não tem muita opção, não tem serviço assim mais fino, não tem. (Francisca)

Excepcionalmente, Alice foi a única entre as mais jovens (21 anos) que viveu a experiência de ser “boia-fria” no município em que vivia no interior do estado de Goiás. Aos treze anos, não queria retornar com o pai para a fazenda e preferiu morar com a mãe, com quem não vivia desde os sete anos.

Simplesmente minha mãe não me dava nada. Minha opção foi boia-fria mesmo. Ela não me dava nada, não me ajudava com nada, eu precisava de caderno ela não dava. Ela falou: “se você quiser alguma coisa, você vai ter

que ir pro 'bóia-fria'. Aí eu fui. [...] Aí foi péssimo, eu arrependi e falei assim: 'pai, deixa eu voltar'. (Alice)

Nas condições de pobreza em que se encontravam as famílias das entrevistadas, a vivência no trabalho não se restringiu apenas ao trabalho rural. Mais do que essa modalidade de trabalho (que não foi comum para todas as entrevistadas), o trabalho doméstico se apresentou como uma alternativa para a complementação da renda familiar. Agora, não mais executando o trabalho junto às famílias, as meninas *põem os pés para fora de casa* e adentram-se no trabalho doméstico.

QUADRO 6

IDADE ATUAL E IDADE EM QUE AS MULHERES COM EXPERIÊNCIA DE TRABALHO DOMÉSTICO NA INFÂNCIA E/OU ADOLESCÊNCIA O INICIARAM NA CASA DE TERCEIROS

Idade em que ingressaram no trabalho doméstico	Idade atual							Total
	De 17 a 21 anos	De 22 a 26 anos	De 27 a 31 anos	De 32 a 36 anos	De 37 a 41 anos	De 42 a 46 anos	Acima dos 46	
Aos sete anos	-					01		01
Aos oito anos	02							02
Aos nove anos			02			01		03
Aos dez anos		02		01				03
Aos onze anos		01	01	02	01		01	06
Aos doze anos	02	01	01	02	02			08
Aos treze anos		01			01		01	03
Aos catorze anos	01 ³⁰				01		01	03
Aos quinze anos						01		01
TOTAL	05	05	04	05	05	03	03	30

Fonte: Pesquisa primária realizada em Goiânia, março a setembro de 2006.

Conforme demonstra Quadro 6, o ingresso no trabalho doméstico ocorreu para mais da metade (dezessete) das mulheres entrevistadas entre os dez e os doze anos. Para seis foi entre os sete e os nove anos e para sete entre os treze e os quinze anos. Vinte e uma delas começaram a trabalhar em residências de pessoas

³⁰ Andréa, embora tenha iniciado o trabalho doméstico na casa de terceiros aos catorze anos, já trabalhava desde os onze quebrando coco de babaçu no Maranhão, junto à família.

conhecidas da família e essa entrada, algumas vezes, ocorreu de forma bastante sutil.

Foi com oito anos... com oito anos eu conheci essa mulher que eu trabalho com ela. Eu comecei visitando a casa dela. Aí eu comecei lavar vasilha prá ela, comecei a arrumar a casa dela, limpar ali, limpar ali. Então, isso foi prá ela um mau costume porque eu já comecei a... a conhecer a família dela, a envolver com ela, porque eu era criança né? Então, ela foi acostumando, aí chegou um tempo que ela perguntou se eu queria trabalhar prá ela. (Alessandra)

P – Quem arrumou esse trabalho prá você? Aline – As vizinha né? As vizinha da minha mãe, eu comecei a trabalhar pertinho de casa. Tinha menino pequeno, tinha muitas que trabalhava fora não tinha quem olhasse os menino, eu comecei a olhar menino. Aí depois a mulher começou a pagar prá mim arrumar a casa e olhar o menino, aí disso foi passando, passando, passando, tá até hoje. (Aline)

2.3.1 O trabalho doméstico na casa de terceiros – as lembranças da vulnerabilidade

Uma prática comum e institucionalizada no Brasil, desde o início do Século XX até a década de 1980, era o acolhimento de meninas retiradas dos orfanatos para serem criadas por uma família a qual se responsabilizava em vesti-la, alimentá-la e educá-la em troca de seu trabalho. Por exigência legal, a família deveria depositar uma pequena soma em uma caderneta de poupança em nome da menina. Se num primeiro momento esse processo era visto de forma positiva pelas meninas, posteriormente podia-se detectar fugas constantes devido aos maus-tratos sofridos, à exploração do seu trabalho e/ou ao abuso sexual (RIZZINI, 2004, p.384).

Sendo assim, a prática de ser criada por outra família que não a de origem está totalmente enraizada na cultura brasileira e é um dos elementos que reforçam a característica de invisibilidade do trabalho doméstico. Muitas meninas são entregues a parentes ou conhecidos com poder aquisitivo mais elevado do que os seus para

que possam assegurar-lhes as condições mínimas de sobrevivência. Ao serem incorporadas a essas famílias, passam a executar atividades domésticas para compensar o abrigo que lhes é dado, o que muitas vezes as impede inclusive de freqüentar a escola. Essas atividades comumente não são reconhecidas como trabalho doméstico.

A ida para o trabalho doméstico, então, pode estar relacionada à possibilidade de sobrevivência, como são os casos de: Diva – deixada durante um ano pela mãe na casa de uma conhecida da família, sem nunca visita-la; Daniela – que não contava com alimentação suficiente em casa e foi morar com os patrões; Angélica – que foi deixada pela mãe para ser criada no local em que trabalhava, jamais voltando para resgatá-la; Andréa – que viveu durante dois anos e meio com a patroa, no início acreditando que seria tratada como filha; e Bruna – que vivia nas ruas e só pôde ser cuidada quando foi para a casa de uma pessoa que de fato a tratava como filha. Com exceção dela, todas relataram situações de maus-tratos, por isso, ainda que estivesse em jogo a sobrevivência, preferiram não continuar se submetendo a essa situação. Então saíram, fugiram ou foram resgatadas pela mãe.

Tanto Andréa quanto Angélica só eram remuneradas com roupas, calçados e materiais escolares nos locais em que trabalhavam, em condições semelhantes àsquelas crianças retiradas dos orfanatos até a década de 1980 do século XX. Permaneceram, pois, desamparadas inclusive em relação ao aparato legal – ECA (BRASIL, Lei nº 8069 de 1990), que só admite trabalho a maiores de dezesseis anos, com remuneração e registro em carteira.

Um dos aspectos reveladores da situação de submissão e precarização em que se encontram as meninas que executam trabalho doméstico é a associação entre a execução de trabalho por crianças e adolescentes e a parca remuneração

(ou mesmo a não-remuneração) oferecida pelos empregadores, sob a justificativa da inaptidão delas para a execução de todas as tarefas que envolvem o trabalho doméstico. No caso da adolescente, considerando-se que o trabalho só poderia ser admitido àquelas maiores de dezesseis anos, essa justificativa não se aplica. No caso da criança, ela de fato não poderia receber qualquer remuneração; sequer deveria estar trabalhando. Mas o que na realidade explica a baixa ou a não-remuneração é a situação de vulnerabilidade em que se encontram as meninas que têm que se sujeitar ao trabalho doméstico, por serem menores de idade, pobres e mulheres.

Um terço das mulheres entrevistadas afirmou ter trabalhado alguma vez sem remuneração em espécie durante a infância/adolescência³¹. A *moeda de troca* mais comum no trabalho infantil doméstico são a roupa, o calçado, o alimento, o produto de higiene pessoal, os materiais escolares etc. Um terço delas mencionou a execução do trabalho doméstico somente em troca desses objetos, em algum período de suas trajetórias. As situações mais extremas nesse sentido foram as de Elizabeth (40 anos) e Andréa (17 anos). Elizabeth, que trabalhou durante doze anos para uma mesma família, admite nunca ter recebido salário. Ela relata: “Eles não me pagava, eu morava lá com eles, eles me davam as coisa, eles não me pagava. O que eu precisava eles me dava sabe? Salário eu não tinha não. Isso foi doze anos”. Já Andréa, trabalhou dos catorze aos dezessete anos também sem remuneração. Entretanto, somente Andréa se mostrou bastante revoltada pela exploração sofrida, fato que pode inicialmente ser atribuído à promessa de remuneração não cumprida pela patroa, mas que também pode estar relacionado à decepção em que se encontrava no momento da entrevista, por perceber que não foi tratada como filha,

³¹ Destas, quatro já depois da vigência do ECA.

como ilusoriamente acreditou no início (o que talvez pudesse justificar para ela a não-remuneração)³².

Para Daniela, a falta de remuneração em espécie só ocorreu na primeira casa em que trabalhou como babá aos dez anos, mas para ela, naquele momento, foi avaliado positivamente, pois era uma forma de lhe garantir a sobrevivência.

Eu achei bom porque naquela época alimentação lá em casa era 'escarsa', eu achei bom porque lá eu tinha uma alimentação melhor. Trabalhava assim, eu trabalhava no final do mês ela me dava uma roupa. Mas essa roupa vinha de três em três, de seis em seis meses. Eu acho que eu trabalhei lá um ano mais ou menos, devo ter ganhado uns três, quatro terno de roupa. Ela não me dava dinheiro, só alimentação. (Daniela)

Para aquelas que declararam ter recebido remuneração em espécie, todas foram unânimes em afirmar que o que recebiam era um valor irrisório. Eugênia chegou a referir que recebia uma nota de um cruzeiro pelo trabalho executado em um mês, Eliana disse que o que recebia só dava para comprar uma massa pronta para pastel na feira.

Na maioria das vezes a remuneração, na verdade, combinava recebimentos em espécie e doações diversas. Assim sendo, estes se tornam um poderoso instrumento de sedução para as meninas que têm pouco ou nenhum acesso aos bens tão cobiçados na adolescência, como: roupa, calçados e adereços novos, material escolar etc. A doação desses objetos é considerada ao se contabilizar o salário percebido, por isso, algumas se sentiam extremamente gratificadas.

Agora não tô me lembrando... mas era um salário. Às vez nem chegava a isso, só que às vez até passava porque eu ganhava muita coisa, sempre ela dava um dinheirinho a mais, ela dava presente, roupa, eu não comprava roupa, nem calçado. Ela dava praticamente tudo. P – Ela te ajudava por

³² A situação de Andréa será explicitada nos itens seguintes.

fora, fora o salário... Francisca – É, então, tornava mais gratificante. Eu acho assim que tem umas bondades que compensa. (Francisca)

A fragilidade da contratação do trabalho da menina se expressa também em várias circunstâncias e uma delas é quando as tarefas vão sendo sutilmente estendidas para outras, além daquela previamente combinada. Esse aspecto é mais observado nas experiências de trabalho na infância ou na adolescência. Depois de adultas puderam estabelecer com mais precisão o limite entre as tarefas combinadas e as não-combinadas no momento da contratação³³. Dezesseis mulheres diziam terem sido contratadas para serem babás em seu primeiro emprego, mas em muitos depoimentos se percebe a extensão para outras tarefas da casa, como: lavar louça, limpar a casa, lavar roupa etc., sem que isso representasse um aumento no salário. Algumas vezes, essa extensão do trabalho tampouco era percebida pela entrevistada.

P – O que você fazia? Cecília – Dava banho, comida. Só não dava remédio, mas quando eu via que ele tava doentinho se me deixasse o remédio eu dava... P – E o serviço da casa, não? Cecília – Não, só a criança. O serviço da casa que eu fazia era lavar alguma louça... (Cecília)

...fui trabalhar com a idade de nove anos de babá. [...] P – Primeiro você foi babá. Durante quanto tempo? Flora – Mais ou menos um ano, dois só. Porque logo a nenê cresceu e desse ano eu já passei a ajudar a cozinheira a cozinhar, lavar vasilha, levar comida na roça. Com onze anos, a cozinheira veio a casar, mudou e eu fiquei sendo a responsável da fazenda [pela cozinha da fazenda] junto com minha patroa. Ela fazia uma parte e eu tomava de conta de outra. (Flora)

Embora o trabalho infanto-juvenil doméstico, na maioria das vezes, seja iniciado na própria vizinhança, em que a residência da patroa não difere substancialmente da residência da própria menina, há exceções que causaram estranheza a elas. Assim, a ida para um ambiente nem sempre familiar para a

³³ Este aspecto será elucidado no Capítulo 3.

menina pode também se caracterizar como uma descontinuidade em relação à sua própria casa, o que pode ocasionar situações de constrangimentos.

Antes eu não fazia, porque a casa era uma casa simples, nós não tinha nada daquilo. Então, lá não, já era uma casa grande... ela tinha... nem tudo... então, prá mim aquilo era dificultoso, porque eu nunca tinha pegado uma casa daquela. Lá a gente lavava, passava, arrumava, cozinhava. Ela tinha paciência comigo, mas mesmo assim, prá mim que eu nunca tinha trabalhado! E naquela época era pouquinho, nós ganhava muito pouco, muito pouco mesmo. Na sua casa, você tinha costume de fazer. P – E você lavava, fazia essas coisas já em casa? Débora – Fazia, só que não era igual era lá, porque era bem diferente. É a mesma coisa de você por um ranchinho de parecia com uma casa dessa aqui, você vê que tem diferença. Portanto, na minha casa nessa época, até fornalha, nós ainda tinha fornalha, dentro de casa. E lá não, já era tudo diferente. Então, aonde eu tinha dificuldade. (Débora)

Outro fator que aponta para uma maior vulnerabilidade no trabalho, quando se é criança ou adolescente, é o fato de sofrerem maus-tratos nas formas de humilhação, violência física, verbal ou assédio sexual. A maioria das mulheres se referiu às humilhações sofridas no local de trabalho, sobretudo na infância e na adolescência. Em grande parte dos casos, essas humilhações estão presentes durante toda a vida de trabalho doméstico, mas é na infância/adolescência que elas referiram maior revolta devido à condição de vulnerabilidade em que se encontravam.

Dominique Vidal, em seu artigo *A linguagem do respeito* (2003), examina, dentre outros aspectos, a tensão existente entre hierarquia e igualdade tendo como referência o brasileiro pobre. Segundo o autor, o que mobiliza esse brasileiro, antes de tudo, é o clamor pelo seu reconhecimento como membro legítimo da sociedade. Nesse sentido, “Respeito é a palavra-chave de seu discurso sobre a injustiça social” (VIDAL, 2003, p. 267). (Grifo do autor). E essa reivindicação por respeito está vinculada à denúncia de humilhação, comumente lembrada quando se é desrespeitado pela polícia ou quando se é mal atendido no serviço público.

No caso das empregadas domésticas, essa humilhação se expressa em sua relação com os patrões, quando estes lhes dão ordens e as repreendem como se não falassem com um ser humano ou mesmo quando lhes oferecem comida de má qualidade. Nessas circunstâncias, afirma o autor, os brasileiros pobres falam em *falta de respeito*, referindo-se a não se sentirem como seres humanos, e esse sentimento de ser desumanizado guarda uma forte relação com aquele de não pertencer à sociedade (VIDAL, 2003). (Grifo do autor).

A humilhação sempre pressupõe uma relação em que haja um subordinado e outro que detenha certo poder. No trabalho infanto-juvenil doméstico há um agravante: quem humilha conta com o fato de ser um adulto em relação a uma criança ou uma adolescente, o que pressupõe uma relação ainda mais assimétrica na qual a criança se encontra em desvantagem e dificilmente consegue e pode reagir. Além disso, freqüentemente, esse adulto está econômica e culturalmente numa posição superior, de vantagem; mesmo quando a humilhação foi desferida por filhos de patrões (com idades inferiores as delas), ainda assim, a relação assimétrica permanece, pois os demais elementos estão presentes. Por isso, algumas alusões à humilhação foram a eles (filhos dos patrões) imputadas. Alice menciona que a filha dos patrões se dirigia a ela da seguinte forma: “minha mãe te paga prá isso, sua pretinha, você é obrigada a fazer isso” e também, “pretinha, você coloca meu colchão lá fora que ele tá molhado”. Nessa ocasião, Alice decidiu sair do emprego. A narração desses fatos ainda hoje a faz chorar.

Para Vidal (2003), o preconceito racial aparece às vezes de modo flagrante na medida em que se pretende estabelecer um afastamento.

As manifestações mais freqüentes, como a determinação do uso de elevadores de serviço nos prédios residenciais e a proibição de entrada em

certos estabelecimentos de diversão, servem para lembrar o estigma que persegue o negro em uma sociedade que ainda se ressentida das categorias escravagistas (p. 268).

Glória também se refere ao desrespeito dos filhos dos patrões:

... porque você é uma empregadinha, porque você é prá limpar chão, lavar e passar e fazer comida' [...] nem tanto as patroas, seriam os filhos que não têm respeito. Hoje em dia é raríssimo você encontrar filho que respeita a pessoa que tá trabalhando dentro de casa". (Gilda)

Vidal (2003) afirma que “palavras cheias de subentendidos, um gesto de desconfiança ou um olhar esquivo bastam muitas vezes para que eles se sintam profundamente humilhados pela revelação de sua inferioridade social” (VIDAL, 2003, p. 267). O próprio fato de serem apresentadas como “empregadas domésticas”, devido ao estigma que carrega a designação da profissão, já constitui para Fátima uma humilhação. Ela relata que a filha da patroa – a quem ela descreve como uma pessoa que diz: “eu tenho”, pressupondo “eu posso” – a humilhava porque a apresentava como “a empregada aqui de casa” e não como “uma amiga”.

Para Eugênia, a humilhação pode se expressar num ato aparentemente insignificante.

...eu já peguei assim, patrão que jogava o papelzinho no chão, passava e dizia assim: 'pega prá mim'. Prá mim isso era o fim, uma humilhação terrível, terrível que eu achava e eu vejo isso até hoje. Eu digo: 'nossa, o tanto que é humilhante, humilhante, a pessoa, só porque tá te pagando alguma coisa tem que humilhar desse jeito'. Esse negócio de falar: 'lava prá mim esse calçado'. Eu acho o serviço de doméstica hoje humilhante. (Eugênia)

Situação também descrita por Bianca.

Lá em Marabá mesmo, cansei de arrumar a casa, a casa tava tudo limpinha, a pessoa chegava e jogava tudo no chão prá mim limpar de novo. P – E por que jogavam tudo no chão? Bianca – Prá mim limpar de novo, porque eles achavam que não tava bom e eu tinha que limpar.

Bianca refere-se, ainda, às privações de alimentos: “Às vezes prá comer, se sobrasse, eu comia, se não sobrasse, problema meu, ficava com fome”. Viveu sob agressões de várias ordens até os dezessete anos, quando resolveu sair de casa. Ao revelar que iria sair, foi colocada para fora de casa, sem poder levar nenhum de seus pertences (roupas, objetos pessoais, nem dinheiro). Nessa ocasião, teve que pedir a conhecidos que lhe dessem trabalho e, quando lhes permitiam executar o trabalho, ganhava um prato de comida ou um pernoite. “Aí, às vezes, eu chegava nas casa que eu já conhecia as pessoas, eu chegava lá e pedia prá arrumar a casa, prá comer ou prá dormir. Aí eu arrumava a casa, eles me dava comida e eu tinha que ir embora de novo. Às vezes eles deixava eu dormir”. Quando não encontrava uma casa onde pudesse fazer a troca, dormia na praça.

A humilhação pode ser sentida por elas até no cerceamento do “ir e vir” dentro da casa em que trabalham. Gilda relata que, em seu primeiro emprego, aos onze anos, onde era babá, a patroa não a deixava entrar na sala quando tinha visitas. Ela se sentia discriminada também quando saía com os patrões e tinha que ficar olhando a criança e completa: “se ia em algum lugar, numa festa, eu só comia se ela desse, era esse tipo de coisa”. Ela relata que, quando passou a dormir na casa da patroa, com quem estava havia quatro anos, ela lhe cerceava de comer o que queria, motivo pelo qual ela não quis ficar mais no emprego. “Aí eu passei a dormir lá, pousar. Aí ela ridicava janta. Porque menino janta, come toda hora, então, a geladeira era trancada, comia na hora que ela queria. Aí eu não quis mais”.

Assim, a humilhação pode estar relacionada a privações de alimentos, como também relatou Angélica (18 anos):

o pior de tudo é porque por mais que a gente trabalhava coisa e tal, mas é aquela, a gente só comia depois que todo mundo comia [chora]. Igual eu

falo hoje e a Mônica morre de rir de mim: 'meu dinheiro é prá comer bem, comer o que eu quero'. Na infância acontece muito, você só come depois que todo mundo comer, isso é humilhante demais [chora]. Pior de tudo não é nem [não] ganhar dinheiro, mais eu acho que negar comida prá um ser humano é o pior pecado que tem.

Hoje Angélica admite ser compulsiva e, sempre que vai ao supermercado sozinha, se não se contiver, compra todo o dinheiro que tem em comida: "Porque, quando eu vejo, eu tenho que comprar, se for de comida...".

A privação de alimentos e o trabalho penoso foram relatados por Diva que, aos onze anos, foi deixada numa fazenda com pessoas com as quais não mantinha nenhum vínculo, para que trabalhasse de doméstica (como referido anteriormente). Lá ficou um ano até que a mãe a resgatasse.

O cômodo que eu dormia era lá de fora, ela não tava nem aí, quando dava de noite ela fechava a porta, não tava nem aí se eu ficasse com fome. Eu ficava lá fora no quatinho, ela só abria a porta seis hora da manhã. [...] Eu ficava com fome, eu chorava, eu queria comer. Eu ia comer escondido dela, tinha que comer escondido. Na hora que ela virava as costa, eu ia lá na geladeira pegava alguma coisa escondido e comia. Ela mal deixava eu toma café da manhã. [...] Eu comia era em pé e tinha vez que era pouquinho. Tinha que comer em pé, prá terminar de comer e ir arrumar a casa. Você sabe aqueles... tipo uma pedra dessas de mesas que eles coloca prá fazer batente, da cor da mesa, branca? Você sabe aquele tal de sapoli? Eu tinha que ficar passando na pedra prá pedra ficar branquinha, de joelho lá nas escada. (Diva)

Daniela também relata que foi humilhada quando adolescente e desloca a causa das humilhações para fora da relação patrão/empregado ao atribuí-la ao fato de os pais serem separados. Segundo ela, os patrões falavam abertamente de sua mãe. "O que mais me magoava, era ficar falando mal da minha mãe". Embora Daniela não tenha explicitado, suponho que havia acusações em relação à conduta moral da mãe, pois ela coloca nos seguintes termos esses comentários: "E mãe, pode ser a pior coisa do mundo, que é mãe. Às vez ela podia ser até mesmo o que eles falavam, mas ela era minha mãe, eles tinha que respeitar minha presença, meu sentimento". Daniela relata ter se sentido humilhada também em outras

circunstâncias como, por exemplo, quando os patrões se referiram a ela como negrinha, *nega açã* (embora ela tenha a pele branca e apenas o cabelo anelado).

Considerando as situações aqui descritas pode-se inferir, concordando com Vidal (2003): de fato, o que é solicitado pelas mulheres entrevistadas é o respeito correspondente à necessidade de o indivíduo ver reconhecido o lugar que ele julga merecer em determinada ordem social. Ou seja, em todos os pedidos de respeito, revela-se a preocupação de ver a apresentação de si ser confirmada por outrem. Entretanto, o autor avança, argumentando que as ligações da noção de respeito com o princípio hierárquico e a ética de igualdade não se mostram estáveis. Segundo os contextos de interação, o autor aponta três configurações distintas dentro da subjetividade dos indivíduos.

A primeira afirma que a solicitação do respeito nem sempre representa a idéia de igualdade, sendo assim, numa relação em que o indivíduo esteja numa situação de inferioridade, muitas vezes, o sentimento de pertencer a uma determinada sociedade depende da proteção do dominador, como é o caso da relação entre empregada e patrões. O comportamento paternalista do empregador em relação ao empregado é um exemplo dessa expectativa.

Tipo de relação herdado do mundo rural, a vassalagem ao patrão como contrapartida a um lugar garantido permite ao subalterno construir sua identidade pessoal em um universo no qual a ameaça de rejeição social nunca o deixa. Nessa configuração, a relação paternalista, forma de dominação e relação de dependência pessoal, chega a ser preferida à ausência de vínculo com os dominantes (VIDAL, 2003, p. 272).

A segunda se refere à requisição de que todos são humanos e, por isso, rejeita-se tudo o que evoca a condição de escravo, o que pressupõe certa forma de igualdade entre os indivíduos sem que se abandone uma visão hierárquica da

estrutura social. Para o autor, a reivindicação do respeito expressa mais uma concepção de igualdade embasada no princípio cristão da dignidade da pessoa humana – “que aliás organiza muitas denúncias do destino injusto que cabe aos mais desfavorecidos” (VIDAL, 2003, p. 272) – do que de fato na acepção moderna do termo.

Na terceira configuração, a exigência do respeito está relacionada à recusa de uma sociedade hierárquica, na qual os lugares estão demarcados de antemão. Nessa configuração, os indivíduos se consideram membros de uma sociedade que permite a mobilidade social, aproximando-se assim do sentido moderno do termo.

As humilhações também extrapolam atos verbais e alcançam a agressão física. Uma das razões pelas quais o trabalho infanto-juvenil doméstico é combatido está baseada na violência a que meninas e adolescentes são submetidas dentro das quatro paredes, praticamente intransponíveis, dos lares que as empregam³⁴. Andréa, de dezessete anos, relata que a patroa, com quem foi morar aos catorze anos, por várias vezes a ofendeu com gritos e palavras – “ela me xingou, me xingou de prostituta, que eu tinha mais era que ir pro Maranhão, pra aqueles caboclo me

³⁴ Recentemente foi noticiada em âmbito internacional a situação de Lucélia, 12 anos, deixada pela mãe na casa de Sílvia Calabresi Lima, de 42 anos, empresária em Goiânia, para que fosse cuidada e estudasse. Diferentemente das promessas, a adolescente era mantida sob cárcere privado e torturada tanto pela empresária quanto pela sua empregada que justificaram que essas atitudes visavam educá-la. Após denúncia de vizinhos a menina foi encontrada pela polícia presa pelos braços com várias marcas das torturas sofridas. As acusadas estão presas. Posteriormente soube-se que a mãe recebeu recompensas financeiras de Sílvia ao deixar a filha. Depois da divulgação e repercussão desse fato, as denúncias de outros casos cresceram 42,4%, segundo dados estatísticos da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), divulgados pela mídia local. A ocorrência dos fatos indica que situações como as de Lucélia ainda se perpetuam, em detrimento de todo aparato legal de amparo a essa faixa etária. Sendo assim, não se pode minimizar o problema do trabalho infantil doméstico desagregando-o da desigualdade social e tampouco das influências culturais que justificam a naturalidade com que crianças pobres são “doadas” a famílias com maior poder aquisitivo para que sejam mais *bem cuidadas*. Não se deve camuflar o fato de que, na grande maioria das vezes, se tornam empregadas da família, sem qualquer amparo legal. Desse modo, acredita-se que minimizar a situação de violência de várias ordens a que estão expostas essas meninas, é contribuir para que situações como estas se mantenham.

comer e me dar cinco reais e falar assim: ‘sai, sua vagabunda’” –, mas, algumas vezes, as agressões foram físicas com puxões de cabelo ou lhe machucando o braço com as unhas.

A humilhação no caso de Cecília também esteve relacionada à violência física. Ao viajar com a família com quem trabalhava aos dezesseis anos, Cecília quase foi agredida por uma pessoa com deficiência mental que teria tentado bater nela com um pau, a mando da filha da patroa que não gostava dela. Cecília revidou e foi agredida pelos membros da família da patroa. Foi retirada e protegida por dois peões da fazenda onde estava. Ao ser aconselhada a ir à delegacia para denunciar o fato, Cecília argumentou: “como é que eu vou? Não tenho um documento, depois, esse povo tem dinheiro, vai é mandar me matar, não vou não”, com medo. Cecília teve que deixar o emprego.

Bernadete também relatou agressões físicas em seu primeiro trabalho, aos onze anos.

Então, ela me maltratava muito, muito ruim, gritava comigo, fazia eu acordar cinco horas todo dia. Acordava cinco horas prá comprar pão pros filhos dela que estudavam de manhã. Às vezes, quando acontecia de não dar tempo, que eu não acordava, aí ela brigava comigo, me colocava de castigo, me colocava dentro do quarto. Ela já me beliscou, me empurrou, já me agrediu. Então, prá mim foi muito difícil lá. (Bernadete)

Gilda, logo depois de se casar, aos dezesseis anos, foi trabalhar na casa de uma família tradicional de Goiás e revela que a patroa era uma pessoa muito má e que embora ela (Gilda) tentasse, não conseguia agradá-la.

Olha, o nervoso dela era assim... porque muita das vez, a gente não faz, mesmo que tenta fazer, não faz da maneira que a pessoa quer. Então, no que dava aquilo, daquela maneira, aí ela jogava as coisa no chão... eu ainda tava muito nova ainda, passar roupa, eu ainda não tinha muita experiência de passar roupa... eu me lembro, parece que foi dois mês e

pouco que eu fiquei lá, eu saí por causa de uma blusa, porque eu fui passar e queimei a blusa. E ela me tacou essa blusa nas costas, ela era terrível. (Gilda)

Entre outros aspectos, o assédio sexual constitui uma das maiores preocupações das organizações do Estado e da sociedade civil que lutam contra o trabalho infanto-juvenil doméstico, pois consideram ser este um dos pontos de maior vulnerabilidade das meninas inseridas nessa modalidade de trabalho. Mais de um terço (11) das mulheres revelou ter sido assediada no trabalho, quase todas quando eram adolescentes. A solução, na maioria dos casos, foi sair do emprego. Nas poucas vezes que recorreram a um adulto para denunciar, foram repreendidas ou desacreditadas.

Aí eu fui, chegou lá, na primeira semana que eu tava trabalhando lá, o homem, o marido dela, levantou cedo, puxando minha coberta, aquela coisa mais esquisita, comecei a gritar. Aí eu vim embora, nunca mais eu voltei. Ele não chegou a fazer nada comigo não, sabe por quê? Porque a mulher dele tava dormindo... [...] ...o homem chegou puxando a coberta com os órgãos de fora e eu assustei demais eu não tinha nem informação pra isso. É igual eu tava te falando, as pessoas eram muito ignorantes, não explicava as coisas pra gente e eu saí e falei pra mulher porque eu tava saindo, fiquei de mentirosa, de inimiga da família. P – Você contou pra esposa e ela não acreditou? Daniela – Não acreditou, falou que eu tava inventando, ficou do lado dele, falou que eu tava era doida. (Daniela)

Em outra ocasião relata:

Eu cheguei na patroa e falei... a mulher foi trabalhar e deixou o marido dormindo e o marido levantou e foi pra cozinha e ficou me agarrando lá na cozinha, aí eu fui embora, larguei o serviço dela lá, não voltei nem pra receber. [...] ...fiquei com tanta vergonha. Olha o tanto que eu era idiota, quem tinha que ficar com vergonha era ele, mas eu fiquei com tanta vergonha que não fui nem receber. (Daniela)

...nessa terceira casa que eu saí, foi por causa disso. Meu patrão era... eu era novinha, eu era da idade da filha dele, a filha dele segunda, eu acho que eu tinha quinze pra dezesseis anos. [...] Aí ele era muito boa pessoa e eu sou muito desconfiada, e ele começou a me dar presente, ele trazia presente pra mim, pras filhas dele que eram três e pra esposa, mas o meu sempre era o melhor. Aí começou a me dar medo. [...] Aí quando foi uma época, a minha patroa tinha saído e as meninas também e ele chegou em

casa e ele disse que queria sair comigo. Foi o último dia que eu fiquei naquela casa. Tomei ódio, ódio, ódio daquele homem. [...] Eu tinha três anos e pouco lá trabalhando. [...] Saí, não recebi nada, nada, nem o meu salário eu fui atrás. (Eugênia)

Elisa foi assediada em três ocasiões. Em uma delas ela relata:

O único problema que depois o marido dela Sr. José, que é gerente de uma Joalheria, queria ficar pegando em mim. E ela, sabe aquela mulher apaixonada, louca, era assim fascinada, já era assim de idade os dois, mas ela era apaixonada nele. Aí eu contei pro filho dela mais velho, eu falei assim: “como que eu vou fazer?” Aí ela saía... porque eu estudava à noite, ela dava aula todo dia à noite, eu vinha com ela. Quando ela tinha um compromisso, que ela não ia [para a escola], aí ficava eu, ele e esse filho dele. Aí o rapaz ia deitar e eu também. Ele entrava no quarto dizendo que ia matar barata... aí eu falei: ‘eu vou contar prá Diva’. Ele falou: ‘você não tem coragem não’. Ela dava prá ser mais que meu pai, meu avô [devido à idade]. Ele pegava as pegava jóias e falava prá mim que ia me dar anel, não sei o que. Eu falava: ‘eu não quero, não quero essas coisa não, eu gosto tanto do senhor, gosto tanto da Diva’. Aí eu fiquei lá dois anos. P – Você tinha que idade? Elisa – Dezesete anos. Aí que que eu fiz, um dia, depois de um ano esse tormento, peguei contei, contei prá ela. Ela não acreditou. Eu tive que sair da casa dela no mesmo dia, ela não acreditou em mim. [...] Falou que eu tava mentindo, deu um rolo danado. Ele negou. Daí eu saí da casa dela, ela era minha professora no colégio, ela não conversava comigo. Achei ruim, porque eu gostava demais da Diva, de todas as pessoas foi a que tratou melhor foi ela, das casa que eu trabalhei. (Elisa)

Só prá você ter noção, eu lembro até hoje, o primeiro tapa... igual eu falo: “quer bater bate, mas nunca bate no meu rosto”, porque eu me lembro que eu até apanhei dessa senhora. O genro dela me segurou e queria me beijar por tudo e eu menina de tudo ainda, eu tinha meus treze anos, e eu saí correndo, mordi ele e saí correndo. Quando eu fui contar isso prá ela, ela foi e me bateu e disse que se eu falasse isso de novo... eu geralmente eu não gosto de falar isso, porque eu acho chato (chora). Aí ela falou se eu falasse isso de novo ela ia me colocar prá fora e eu não tinha onde ficar e a gente, com medo, não contava. (Angélica)

Fátima também relata que foi assediada em mais de um emprego

... eu tava com doze, numa casa, a mulher... eu tava trabalhando... ela era doente e ficava no quarto e o marido dela... como eu ficava prá olhar ela, eu dormia no emprego, uma vez eu fiquei trancada no banheiro até alguém chegar. Eu corria em redor do sofá e o homem querendo pegar em mim. Esperava o filho dele chegar. Prá mim ter um pouco de paz, eu trancava dentro do banheiro. [...] ... a mulher internou, aí eu já não quis ficar mais, eu já queria sair. Pensei, ele vai fazer é me estuprar aqui dentro dessa casa. Aí eu saí. Aí eu fui trabalhar noutra casa, também era a mesma coisa. O marido da mulher me assediando, só que eu não era boba, sempre fui assim, não fui assim uma menina de achar que... os outros tá pegando em mim, nadinha, eu não deixava mesmo. Eu tinha medo. O medo fazia eu

correr. Graças a Deus em nenhum desses assim aconteceu nada. Quando eu via uma situação, eu já queria sair do emprego. [...] ele me viu peladinha, ele abriu a porta e me viu pelada e eu não sabia se eu pegava a toalha, não sabia... ficava parada. Foi quando ele me despediu. Eu falei, gente eu encabulo com umas coisa dessa, uma pessoa vê você nua, não ter coragem de bater na porta... eu falei não, esse trem não é certo prá mim. Mesmo com a esposa muito boa, mas não serve. E toda vez que acontecia isso eu tinha que sair. Eu já não aceitava. (Fátima)

Muitas vezes o assédio não é reconhecido pela entrevistada. Quando perguntei a Gabriela se ela havia vivenciado alguma situação de assédio, ela me disse que não, mas ao justificar que aquilo nunca havia acontecido relatou um caso de assédio, não enquanto era doméstica, mas balconista.

Algumas mulheres que não sofreram assédio avaliaram que a responsabilidade pela ocorrência é, em grande parte, das próprias empregadas que não estabelecem limites e *não se dão ao respeito*.

2.3.2 A relação ambígua estabelecida no trabalho doméstico – patroa, mãe ou amiga?

Outro aspecto relacionado à família que contribui para que as meninas sejam deslocadas para o trabalho doméstico diz respeito ao ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico. Esse fator desencadeia novos arranjos para viabilizar a sobrevivência da família que podem se restringir à rede de parentesco ou, muitas vezes, se estendem para não-parentes do ciclo de referência dos pais ou, até mesmo, pessoas desconhecidas.

Demonstra-se, dessa forma, uma articulação íntima entre gênero, idade e organização simbólica da família nos grupos populares. Assim, posições diferenciadas e hierarquicamente localizadas conforme a idade e o sexo, aliadas à

necessidade de deslocarem os filhos para serem criados por outras famílias, podem ser determinantes para a inserção de meninas no trabalho doméstico.

Nos estudos de Salem (1980), evidencia-se o não-reconhecimento das entrevistadas no que diz respeito a terem sido domésticas na infância ou adolescência. A autora afirma que esse não reconhecimento pode ser encontrado especialmente no caso daquelas que foram entregues a parentes, pois elas apenas continuaram reproduzindo o papel que lhes era imputado na casa dos pais, o cuidado com crianças menores. Entretanto, nem mesmo aquelas que foram efetivamente alocadas como domésticas reconheciam essa atribuição, antes, identificavam-se como “uma filha”.

Para Preuss, ser *filha* supõe receber cuidados e proteção, o que reforça a ideologia paternalista que reveste o trabalho doméstico. “O recurso à categoria ‘filha’ ‘apaga’ a condição de doméstica” que, assim, deixa de ser subalterna porque passa a fazer parte da “mesma gente”, do mesmo sangue (PREUSS, 2000).

A metade das entrevistadas afirmou ter vivido nos locais de trabalho durante a infância e/ou adolescência, o que ocorreu, em geral, por períodos superiores a dois anos³⁵. Dalva e Bárbara trabalharam e moraram durante dois anos com a mesma família; Bernadete, Cecília, Francisca, Daniela e Andréa, três anos; Gilda, quatro anos; Cláudia, cinco anos; Bianca, seis anos; Angélica e Bruna, sete anos; Flora, onze anos; Elizabeth, doze anos; e Gabriela, que trabalha há vinte e dois anos com a mesma família.

No trabalho infanto-juvenil doméstico, um dos aspectos que o torna de difícil detecção é o fato de se entrelaçarem relações nas quais se confundem apadrinhamento e relação empregada/patroa, o que é favorecido quando se mora

³⁵ Foram considerados apenas os empregos em que elas permaneceram por mais tempo.

com a família que a contrata. Muitas entrevistadas referiram sentir-se *como se fossem da família*, muitas como filhas, um eufemismo respaldado pela própria família empregadora. Essa nebulosidade se instala no momento em que a contratação da menina ocorre de maneira absolutamente informal, em que há o *casamento* entre as precárias condições das famílias de origem das meninas e a necessidade de se ter um serviçal que atenda às necessidades da casa dos contratantes, sem, contudo, haver a intenção da contratação formal. Estabelecer o limiar entre relações de apadrinhamento e relações trabalhistas não é tarefa fácil. Muitas vezes, viver com as famílias que as acolhem se torna a única possibilidade de sobrevivência ou a possibilidade de seguirem nos estudos.

Entretanto, em razão de não haver um contrato em que as devidas regras estivessem esclarecidas, algumas entrevistadas foram acolhidas na infância ou na adolescência com a ilusão de que fariam parte da família, expectativa que, em determinados aspectos era atendida, contribuindo, assim, para que a ilusão fosse alimentada. Ocorre, porém, que, em todos os casos o ato de acolher pressupôs a execução de todo ou de parte dos afazeres domésticos, o que para muitas foi motivo de frustração. Mesmo referindo-se à situação em que a criança é explicitamente deixada num lar substituto para ser *criada*, pode-se valer das reflexões de Fonseca sobre essa terminologia (RIZZINI, 1993, p. 123).

Outrora, empregados domésticos eram chamados com freqüência de 'criados', sem dúvida pelo fato de muitos deles chegarem à casa do empregador em tenra idade, usufruindo durante alguns anos de um status um tanto ambíguo que variava entre o de criança engraçadinha e o de serviçal.

Um aspecto a ser analisado para que se possa compreender como essa relação se configura é perceber se a execução dos afazeres domésticos é dividida

equitativamente entre os membros da casa, incluindo-se a menina. No que tange às entrevistadas, ao serem questionadas se a presença de outras pessoas da mesma idade delas que moravam na casa em que trabalhavam pressupunha uma divisão equitativa de tarefas domésticas, as respostas foram sempre negativas. As exceções foram Bruna e Dalva – que relataram que as filhas da patroa as ajudavam na execução dos serviços domésticos. “... porque ela tinha... ela tem duas filha e a filha dela mais novinha me ajudava muito, me ajudava muito mesmo”. (Dalva)

Bruna foi a única que afirmou ser o serviço da casa dividido igualmente entre ela e a patroa e que a patroa realmente a tratava como se fosse filha, como se pode constatar no relato que se segue:

P – Ela antes [dos dezenove anos] não deixava você namorar? Bruna – Ela não deixava. Igual, lá em Brasília tem essas boate matinê que é só prá adolescente. Às vez eu queria ir ela falava: ‘não, não’. Às vez eu insistia ela me levava de carro lá, aí ela falava: ‘tal hora eu venho aqui e te busco, não vai passar dessa hora’. Aí quando dava tal hora ela ia lá e me buscava. P – E em relação ao serviço da casa. Era só você quem fazia ou ela te ajudava? Bruna – Não, ela me ajudava, me ajudava bastante. Dividia tudo eu e ela, eu fazia uma coisa, ela outra, era assim. Às vez a gente fazia o serviço até de tardezinha, prá no outro dia a gente tá tomando sol, eu e ela. Ela me chamava prá eu tomar sol com ela, aí a gente ia e tomava sol. Depois ia e começava a cuidar dos trem. (Bruna)

Outro aspecto observado em relação às razões de as entrevistadas se sentirem como se fossem filhas foi o fato de as patroas tentarem protegê-las aconselhando-as ou tentando impedir que realizassem algumas ações, principalmente no que diz respeito aos relacionamentos pessoais, numa conduta tipicamente maternal. Bruna relata que hoje se arrepende muito por ter saído da casa da patroa (que de fato a tratava como uma filha) para morar com o namorado.

Ela me deu conselho, ela me alertou, ela não escondia as coisa de mim, ela falava o que era certo, o que era errado, então, ela me ensinou a andar no caminho reto, certo. Aí eu fiquei com vergonha, eu conversava com ela

só por telefone. Às vezes eu ficava numa vontade de pedir pra ela deixar eu voltar né? Mas eu ficava com vergonha. (risos). (Bruna)

Ela reconhece na antiga patroa a figura da mãe.

Nossa... eu já trabalhei bastante em outros lugares, mas eu nunca arrumei patroa igual ela, porque eu falo pra todo mundo assim: 'ela não era patroa, ela era uma mãe'. Tanto que nós saía, ela não falava que eu era empregada dela, ela falava que eu era filha dela. Ela tinha muita vontade de ter uma filha e tinha só um menino. Ela me dava de tudo. [...] P – E ela te pagava pelo seu trabalho? Bruna – Pagava. Naquele tempo não era o real ainda, ela me pagava um pouquinho, ela me dava roupa, calçado, tudo. Ela me pagava até colégio particular pra mim. [...] Na hora do almoço, comia tudo junto, não tinha esse negócio, empregada vinha comer por último. [...] eu arrumei um namorado, daí ele ficou botando na minha cabeça pra mim sair, porque ela não deixava eu sair com ele, era igual uma filha mesmo sabe? Ela não deixava, ficava preocupada, aí eu comecei a ficar com raiva. Aí eu saí e pronto. Aí fui logo arrumando filho também. (Bruna)

Cecília, que desde os onze anos morou nas casas em que trabalhava, relata que em seu primeiro emprego em Goiânia não recebia remuneração em dinheiro, mas sim em roupas, calçados e material escolar. Revela que se sentia como se fosse da família. O fato de ganhar objetos em troca do trabalho executado, ao invés de salário, pode contribuir para que elas se sintam como se fosse da família, camuflando-se, mais uma vez, a exploração do trabalho infanto-juvenil doméstico.

Em outra ocasião, mesmo sendo remunerada com salário, Cecília identificava na patroa uma mãe.

Aí eu morei com ela três... quatro anos, uma coisa assim. Ela também era muito boa pra mim, me pôs no colégio, eu estudava direitinho, me buscava no colégio, passei a freqüentar a igreja, tornei evangélica... aí depois eu não quis, eu não sou evangélica não, eu sou católica mesmo. Mas ela não foi contra, continuou comigo, me ajudava em tudo que eu precisava, me pagava meu salário certinho. Aí eu cuidava da casa e do filho dela, eu era como se fosse filha dela. Nós viajava junto, nós saía de férias, quando ela ia passear de férias eu ia junto também. Era como se eu fosse da família. Aí quando eu tava com dezesseis a dezessete anos aí eu danei a namorar. Queria namorar, queria viver a vida. Quando eu tava morando lá eu tava juntando dinheiro. Aí eu saí da casa dela, ela foi morar no Setor Bueno, ela morava aqui em Campinas. (Cecília)

Alessandra sentia-se como se fosse da família, embora nunca tenha morado com a patroa. "... eu já conheço a casa, conheço todo mundo, eu já sei o ritmo, é como se eu fosse da família, então, todo mundo me conhece...". Assim como afirma Dalva: "Eles era assim... parece que eles me tinha como uma pessoa da família mesmo, sempre eu viajava com eles, de vez em quando eu ia prá casa do meu pai". Para ela, as filhas dos patrões eram suas amigas: "Então, era uma coisa... um serviço que eu fazia, trabalhando, um trabalho divertido, porque elas era minha amiga entende? As duas filha dela, principalmente a mais nova." (Dalva)

Diva se sentia valorizada pela patroa, tanto no que se refere ao tratamento a ela dispensado, como pelo fato de a patroa não permitir que a chamassem de empregada.

Ela [a patroa] era muito boa, ela mexia com salão, ela era cabeleireira. Quando era no sábado, ela arrumava meu cabelo também, ela saía, ela me levava junto, ela não me tratava igual empregada. Eu parecia uma filha prá ela. Os outro me chamava de empregada ela ficava braba com os outro, [e falava] 'ela não é empregada minha, ela só é uma pessoa que me ajuda no que ela pode'. [Diva]

Elizabeth, que trabalhou durante doze anos para a mesma família sem jamais ter recebido salário, acabou tornando-se comadre da patroa, quando ela (Elizabeth) batizou uma de suas filhas.

Às vez eu pensava... mas a relação minha mais dela era boa demais mesmo, acho que ela gostava de mim, me considerava como que eu fosse da família, porque ela saía eu cuidava dos menino, da casa. Aliás eu sou até madrinha de uma das menina dela, da caçula, eu batizei a menina dela. (Elizabeth)

Cláudia foi repetidamente aconselhada pela patroa, com quem viveu dos onze aos dezesseis anos, de não se unir ao namorado, na época. "É, ela não queria que eu saísse, mas aí eu saí, vivi com o pai dos meus filho, tive três filho, aí nós

separou de novo, não deu certo”. Ela considerava justo quando a patroa reclamava de algo, pois estava no direito dela reclamar. Cláudia foi a entrevistada que se mostrou mais passiva com sua condição, sem demonstrar em nenhum momento qualquer descontentamento com o fato de ter saído da casa da família aos onze anos para morar com os patrões em outro estado.

Andréa saiu do Maranhão aos catorze anos vindo para Goiânia para trabalhar. Não foi aceita pela pessoa que lhe custeou a vinda, por ela ser menor de idade, fato desconhecido da contratante. Diante disso, Andréa iria retornar ao Maranhão, mas recebeu uma proposta de uma conterrânea de continuar em Goiânia e morar com ela e a filha, o que foi compreendido por Andréa como a oferta de um lar para viver. Sabia que iria executar serviços domésticos e que receberia um salário cujo valor não fora mencionado. Contava com isso para ajudar a mãe doente que havia ficado no Maranhão. Andréa foi morar com a patroa e relata ter chegado a se sentir como filha, pois obtinha algumas regalias que ela jamais havia tido antes. Entretanto, a relação foi se tornando muito conflituosa e o encanto inicial foi se dismantando diante de constantes agressões da patroa, inclusive físicas. O salário prometido nunca chegou a ser pago. Dessa forma Andréa ficou por dois anos e meio, quando resolveu sair (então com dezessete anos) e buscar ajuda. A situação de Andréa é uma exemplo daquela em que se confundem os papéis de mãe e patroa.

No começo eu fui achando que eu era da família por ela me falar que eu era da família, que eu era uma filha, que eu era a família dela, eu achava. [...] Mas do meio pro fim não foi mais bom, foi ruim. Ela me chamava de sem vergonha, mas eu sempre lá dentro, eu falava: ‘eu vou conseguir um dia sair daqui’, mas nunca imaginava sair da casa dela, nunca [...]. E outra, eu preciso de dinheiro, porque eu trabalhava, se eu não trabalhasse não fizesse nada, tudo bem, eu aceitava. Mas eu trabalhava, fazia comida, tudo dentro de casa. Mas ela nunca me deu o meu dinheiro que eu precisava. Eu precisava sair com meus colega, comprar coisas prá mim, o que todo adolescente precisa, mas eu não tinha dinheiro, eu não tinha minhas coisas,

tinha o que ela me dava dela usado. Eu achava que eu não tinha direito nenhum, achava que eu sempre tava errada em tudo, mas eu fui descobrindo que eu não tô.[...]. (Andréa)

A condição inicial de deslumbramento em que Andréa se encontrava – sendo acolhida como se fosse da família, passeando, freqüentando escola regularmente, enfim vivendo a vida “urbana” de conforto com a qual sempre sonhou – aliada à falta de um responsável que pudesse aconselhá-la ou protegê-la, a colocava numa situação de vulnerabilidade. A situação só foi superada quando Andréa, por si só, com mais maturidade, conseguiu sair e procurar ajuda.

Analisando a relação entre empregadas domésticas e patroas, Kofes (2001) relata que encontrou apenas nas falas das empregadas a noção de amiga quando se referiam às patroas, o contrário não ocorreu. Ao lançarem a noção de amiga notou que “as empregadas remetiam a uma possível igualdade, à proximidade social, a uma estratégia de troca, à tolerância com os efeitos de sua vida pessoal no trabalho e a uma identidade entre mulheres” (KOFES, 2001, p. 34), ao passo que as patroas agenciavam mais os mecanismos de diferenciação.

Essa demarcação das diferenças é acionada para que não haja uma confusão entre os papéis sociais exercidos por elas. O fato de o trabalho doméstico ser exercido na ordem doméstica, por meio do exercício de funções que preferencialmente estão relacionadas a mulheres, poderia favorecer uma troca de papéis que seria ameaçadora para as patroas. Sendo assim, espera-se que as funções sejam executadas apenas em seu âmbito técnico, sem que dimensões como a afetividade e a sexualidade estejam envolvidas. “*Separação difícil*”, conclui a autora.

2.3.3 Quando o trabalho não subverte a infância

Moura (2004), ao analisar as condições de trabalho das crianças e dos adolescentes nas indústrias paulistas do início do Século XX, relata que, mesmo sob as agruras de uma rígida disciplina, havia espaço para as brincadeiras, fazendo, muitas vezes, das próprias ferramentas seus brinquedos. “Acima de tudo, porque o mundo do trabalho não subvertia a infância e a adolescência a ponto de excluir o lúdico de suas vidas. As brincadeiras dos menores teimosamente resistiam à racionalidade imposta pelo ambiente de trabalho [...]” (MOURA, 2004, p. 268).

Na trajetória de Dalva, pode-se identificar um episódio em que *o trabalho não conseguiu subverter a infância*. Aos onze anos, em seu primeiro emprego, no qual trabalhava como *aprendiz*, relata que um dia a patroa lhe informou que iria ensiná-la a passar roupa, mas ela estava mais inclinada a ir para a casa da colega brincar. Assim, de forma bastante ingênua, sugeriu à patroa que deixasse para o dia seguinte. Com a insistência para patroa em manter a tarefa para aquele dia, disse que não iria trabalhar mais com ela, numa atitude típica da infância quando, contrariado, se diz ao colega: “então, não quero brincar mais!” Dalva mais uma vez na sua ingenuidade imaginou que o problema estaria assim resolvido e relata:

Só que eu não imaginei que ela fosse na casa do meu pai contar pro meu pai que eu não queria aprender a passar roupa. Aí eu fui prá minha colega e fiquei o dia inteirinho, ela já correu lá em casa e contou pro papai. Quando eu cheguei à tarde meu pai perguntou: “E aí Dalva, você trabalhou muito hoje?” Eu falei: “Nossa pai, mas eu trabalhei tanto!”, mentindo, porque eu não queria fazer o que ela mandou. Aí ele pegou e falou: “A Ivana teve aqui e ela me contou que ela queria que você passasse roupa e você falou que não ia passar. Você vai voltar amanhã, pedir desculpas prá ela e vai continuar no serviço, porque eu coloquei você lá prá você aprender, vai ser uma coisa boa prá você”. Aí eu voltei no outro dia com a cara grande, pedir desculpa... ela ainda falou assim: “Dalva, mas você tá voltando porque você tá com vontade ou porque você tá sendo obrigada”. Eu falei: “Não, é porque

eu tô com vontade”. Mas era porque eu tava sendo obrigada, porque meu pai tava fazendo eu ir, entendeu? (Dalva)

Conforme afirma Moura (2004, p. 269), as atitudes podem não estar adequadas ao ambiente de trabalho, mas estão adequadas à idade, o que permite inferir que, negando-se a obedecer as regras impostas, demonstravam como suas condições de crianças e de adolescentes se sobrepunham às de trabalhadora.

Silva, ao analisar a realidade das *meninas-mulheres* trabalhadoras da Zona da Mata canavieira de Pernambuco, ressalta os aspectos relacionados à transgressão e resistência expressos pelo lazer/lúdico. Apoiado na idéias de Michelle Perrot, o autor considera que, no “Ocidente contemporâneo, as mulheres têm poderes e, por conseguinte, não são apenas excluídas perenes, nem coitadinhas”. Assim, investigar a cultura do trabalho e a ludicidade das meninas e mulheres da região açucareira pernambucana significou “levar em conta que estas se encontram nas teias urdidas da alteridade compreendida aqui como um duplo movimento opressivo de classe e gênero” (SILVA, 2002, p. 27). Ainda que considerem todas as arbitrariedades no dispêndio do tempo destinado ao lazer/lúdico diferenciado para meninos e meninas, afirma que “nem tudo está perdido, pois na teia das relações alienadas do mundo do trabalho infantil ainda sobrevive o sinal de resistência e de subversão da ordem” (SILVA, 2002, p. 43).

2.4 A ADOLESCÊNCIA E A CONSTITUIÇÃO DA FAMÍLIA

Tentar morar sozinha (ou com amigas) durante a adolescência foi uma empreitada de quatro das entrevistadas: Elisa, Bruna, Cecília e Camila. A tentativa

de morar sozinha pode caracterizar uma forma de fugir das condições precárias em que se encontravam quando residiam nos locais de trabalho. Todas elas referem-se a *um cantinho só seu*, onde pudessem ter suas próprias coisas para serem cuidadas, diferente da situação de cuidar somente das *coisas dos outros*. Um lugar de refúgio onde pudessem viver uma tão almejada privacidade, um *luxo* para quem tinha essa privacidade constantemente invadida quando residiam na casa dos patrões. A empreitada foi frustrada para todas elas, pois com os poucos recebimentos não puderam bancar as despesas, mesmo no caso de serem divididas com uma amiga.

... eu fui tendo vontade de ter a minha casa própria, entendeu? Ter meu cantinho. Aí eu, através dessas colega minha, arrumaram um serviço prá mim ganhar um salário, na época era cento e vinte parece, uma coisa assim. Aí eu fui morar com uma colega minha, até eu conseguir adquirir minhas coisa prá mim poder morar sozinha. P – Você tinha quantos anos? Cecília – Nessa época eu já tinha dezesseis ano, mais ou menos. Eu fiquei só uns cinco mês nesse serviço de um salário. P – E morando com a colega? Cecília – É morando com a colega. Era serviço demais, eu não dei conta não. Era muito serviço, a casa era muito grande, eu não dei conta não. Aí eu peguei arrumei outro [serviço] prá morar. (Cecília)

As tentativas de conquistarem um espaço próprio e também melhorarem de vida podem ser identificadas por meio do casamento/união e/ou gravidez. Não por acaso, das vinte e três mulheres que tiveram experiências de uniões ou gravidezes sem união, esses eventos ocorreram antes dos vinte anos, para quinze delas, quase todas entre as mais velhas. Aline (17 anos e grávida) e Carolina casaram-se aos catorze anos, Bárbara aos quinze e Débora, Cláudia e Gilda aos dezesseis. Eliana engravidou pela primeira vez aos catorze anos e Elisa aos dezesseis, esta fez um aborto. Hoje, catorze são casadas ou amasiadas; dez são solteiras, sendo que, destas, três são mães. Cinco estão divorciadas ou separadas, todas têm filhos. Uma é viúva e tem dois filhos. (Quadro 4) Das catorze

entrevistadas casadas ou unidas, dez o fizeram uma única vez. Francisca, Cláudia e Bruna estão na segunda união, destas somente a última tem filhos, frutos dessa união.

QUADRO 4

ESTADO CIVIL DAS MULHERES COM EXPERIÊNCIA DE TRABALHO DOMÉSTICO NA INFÂNCIA E/OU ADOLESCÊNCIA

Estado civil	Nº
Casadas/amasiadas	14
Solteiras	10
Divorciadas/separadas	05
Viúva	01
TOTAL	30

Fonte: Pesquisa primária realizada em Goiânia, março a setembro de 2006

Na experiência dessas mulheres, a alternativa da união/casamento não pode ser considerada apenas um “mística feminina” (SALEM, 1981), mais do que isso, elas são pensadas “para recuperar a infância e adolescência em todos os sentidos. [...] o fato é que o casamento vem sempre associado à idéia de ‘melhorar de vida’ – o que recobre diferentes significados não excludentes entre si” (SALEM, 1981, p.73). Um deles seria o anseio de diminuir a intensidade do trabalho ou, pelo menos, restringi-lo às atividades em seu próprio domicílio.

Esse é um projeto que faz parte primordialmente da realidade de mulheres que estão exercendo o trabalho doméstico, mas ele alcança também aquelas que executam tarefas domésticas dentro do domicílio de origem. Como refere Salem (1981, p. 74), “o casamento implicaria efetuar a transferência de ‘trabalhar para a mãe’ [ou para a patroa] para ‘trabalhar para si’, deslocando, nessa mesma medida, a figura dos irmãos e substituindo-a pela de seus próprios filhos.” Enfim, “o casamento

se configura como uma estratégia, mais ou menos consciente, com vista a um maior controle sobre sua existência” (SALEM, 1981, p.74/75).

Embora a união ou gravidez pareça constituir uma *estratégia* para verem concretizado um projeto de terem suas próprias casas e, quem sabe, fugirem das condições precárias em que viviam trabalhando como domésticas³⁶, para a maioria esse projeto também foi frustrado; algumas das entrevistadas mostram-se arrependidas por terem se casado muito jovens: “Aí fiz a maior besteira da minha vida, casei.” (Gilda) A decepção por constatar que o casamento não serviu para libertá-las do trabalho, como estava previsto em seu imaginário, está expressa na fala de Dalva:

... você pensa assim que você vai casar, vai mudar, e não mudou, muito pelo contrário, acrescentou, minhas tarefa acrescentou, porque além de arrumar a casa dos outros, eu tenho que chegar e arrumar tudo aqui.
(Dalva)

Mesmo assim, para algumas delas, o casamento ou união interrompeu, ainda que temporariamente, a trajetória do trabalho *nas casas dos outros*, para que pudessem se dedicar à criação dos filhos.

Quando eu amiguei com ele eu parei de trabalhar. P – Daí você ficou sem trabalhar fora até ter todos os filhos? Cláudia – Foi, porque ele falou não, não precisa trabalhar mais não, eu dou conta, aí bom. Aí eu vivi com ele [desde os] dezesseis ano. (Cláudia)

Depois que eu casei passei alguns anos sem trabalhar fora. Esperei as criança crescer, eu não trabalhei com criança pequena. Até que nessa época foi bom, porque não vivia bem, mas o marido dava conta de colocar as coisa direitinho em casa, eu não trabalhava fora. (Francisca)

... quando eu casei, fui embora prá Rio Verde. Lá foi o único lugar que eu não trabalhei, porque eu tinha minha menininha pequena ainda, então, foi o único lugar mesmo que eu não trabalhei. Quando minha menininha pegou um certo tamanho aí eu já voltei de novo, trabalhar de novo. (Dalva)

³⁶ Este aspecto será melhor abordado nos itens seguintes.

É importante ressaltar que, embora declarassem num primeiro momento que não trabalharam depois do casamento, no decorrer da entrevista pôde-se constatar que “parar de trabalhar” significava “parar de trabalhar fora de casa durante toda a semana”. Os trabalhos de diarista, de vendedora ou “fazendo bicos”, foram realizados por grande parte das que declararam não ter trabalhado depois do casamento. Para a maioria, contudo, foi a partir do casamento que não puderam nunca mais interromper suas labutas, como esporadicamente podia ocorrer enquanto eram solteiras.

Quando eu casei, parei de estudar e fui trabalhar [continuar a trabalhar, pois já trabalhava antes do casamento]. (Gilda)

P – E depois que você se casou, você nunca voltou a trabalhar de doméstica? Elza – Não, nunca mais trabalhei de doméstica. Aí eu casei e vim direto prá Goiânia, aqui em Goiânia eu trabalhei muito tempo de faxina. Aí trabalhava segunda, quarta e sexta. (Elza)

Aí depois que eu panhei os catorze ano – porque eu casei novinha, eu casei com catorze passando pros quinze também – aí depois que eu casei, eu parei de estudar e voltei a trabalhar. (Carolina)

Vinte e duas mulheres declararam ter filhos e uma está grávida do primeiro filho. Das sete que não têm filhos, cinco delas têm menos de vinte e um anos. Apenas Gabriela, dentre as mais velhas, não possui filhos. Para algumas mulheres, os filhos foram frutos de diferentes relacionamentos que se demonstraram extremamente frágeis. Fátima tem três filhos, cada um de um relacionamento diferente e nunca chegou a viver maritalmente com nenhum dos companheiros; Cecília, que tem dois filhos e está grávida do terceiro, viveu por curtos períodos com cada um dos três companheiros; Camila viveu três anos com o pai de seu único filho, vindo a se separar seis meses depois do nascimento da criança; Diva, que tem

dois filhos, também viveu por um curto período com cada um dos pais de seus filhos, sendo que o do mais novo morreu enquanto viviam juntos.

2.5 O PERCURSO ESCOLAR, AS DIFICULDADES ENFRENTADAS E AS TENTATIVAS DE SUPERAÇÃO

Não é novidade que a escolarização das classes mais pauperizadas da população, de forma geral, tem se caracterizado pela baixa qualidade e que grande parte dela sequer cumpre os oito anos de estudo obrigatórios preconizado na Constituição de 1988. Poder-se-ia, numa análise superficial, considerar que esse contingente faz parte daqueles que fracassaram nos estudos e, por isso, não alcançaram postos de trabalho mais bem remunerados. Essa análise permeou os discursos de várias das entrevistadas nesta pesquisa. Muitas delas impuseram-se situações extenuantes a fim de concluírem um grau de estudo que lhes possibilitasse exercer profissões menos desvalorizadas. A auto-responsabilização pelo fracasso foi uma constante.

Todas as entrevistadas relataram ter freqüentado a escola durante a infância e/ou adolescência: seis delas iniciaram a vida escolar aos seis anos; onze aos sete anos; duas aos oito anos; três aos nove anos; uma aos onze anos e uma aos treze anos; quatro não souberam informar de forma precisa. Mas para a maioria, a trajetória escolar se encerrou ainda nessas fases da vida, apesar de o direito ao Ensino Fundamental estar reconhecido desde a Constituição de 1934 e ser instituído como obrigatório e dever do Estado desde a Constituição de 1988.

Vinte e seis entrevistadas não estão estudando atualmente, dessas apenas Dora concluiu um curso universitário (Letras). Cinco terminaram o Ensino

Médio; três interromperam no 2º ano do Ensino Médio; três cursaram até a 7ª série do Ensino Fundamental; quatro até a 6ª série; duas até a 5ª série; quatro até a 4ª série; uma até a 3ª série; e duas até a 2ª série; uma é analfabeta. Observa-se, dessa forma, que, daquelas que não estudam, dezesseis ficaram retidas no Ensino Fundamental, destas, apenas uma tem perspectiva de retomar os estudos (Angélica, 18 anos). (Quadro 5)

Ainda permanecem estudando: Alice (21 anos), que cursa a 1ª série do Ensino Médio; Alessandra (19 anos), que cursa o supletivo da 7ª e 8ª séries; Andréa (17 anos), que cursa a 8ª série; e Francisca (45 anos), que cursa a 6ª série. (Quadro 5).

QUADRO 5

GRAU DE ESCOLARIDADE DAS MULHERES COM EXPERIÊNCIA DE TRABALHO DOMÉSTICO NA INFÂNCIA E/OU ADOLESCÊNCIA

Grau de escolaridade	Nº
Analfabeta	01
1ª a 4ª série do Ensino Fundamental	07
5ª a 8ª série do Ensino Fundamental	12
Ensino Médio incompleto	04
Ensino Médio completo	05
Concluiu curso superior	01
TOTAL	30

Fonte: Pesquisa primária realizada em Goiânia, março a setembro de 2006.

A repetência, a interrupção temporária ou definitiva dos estudos fizeram parte de quase todos os relatos³⁷, dezesseis delas atribuindo ao trabalho a ocorrência de tais eventos. A interrupção, para muitas, estava relacionada ao cansaço resultante do trabalho doméstico. Oito delas, apesar das incessantes interrupções advindas das dificuldades enfrentadas, conseguiram chegar ao Ensino

³⁷ Somente Glória concluiu o Ensino Médio aos dezoito anos, sem interrupção.

Médio e uma ao curso superior, a maioria está entre as mais velhas. Somente Alice (21) e Bernadete (24), entre as mais jovens, conseguiram chegar ao Ensino Médio.

Seis entrevistadas referiram espontaneamente gostar muito de estudar, cinco delas alcançaram o Ensino Médio. O estudo é visto por catorze delas como a única forma de ascensão social, o que pode explicar o fato de muitas terem interrompido os estudos e depois retornado aos bancos escolares, numa tentativa de alcançarem postos de trabalhos diferentes do que exercem ou exerceram. Esse objetivo, contudo, só foi alcançado por Dora – que é concursada e trabalha como secretária numa escola pública, embora tenha concluído o curso de Letras – e por Angélica, que trabalha como atendente em *call center*.

A idealização da ascensão social por meio da escolarização não foi alcançada por nenhuma das entrevistadas. Estão entre as mais velhas os relatos das incessantes tentativas de buscar outros postos de trabalho. Gabriela, Eugênia e Fátima, todas com Ensino Médio concluído, relatam percursos semelhantes no que se refere a essas empreitadas. Gabriela cursou Contabilidade, mas nunca conseguiu emprego na área. Ela relata que “*portas sempre se fechavam*” por não cumprir o requisito “*experiência anterior*” exigido.

Eu nunca tive mesmo foi uma chance de trabalhar, porque na época, mesmo, eu e uma colega [...] a gente saía prá essa Goiânia inteira procurando trabalho, aí eles falava: ‘tem que ter experiência’. Eu falava: ‘como que a gente vai ter uma experiência se não der oportunidade?’ Eu pedia, eu falava: ‘gente, eu tenho certeza que com uma semana eu garanto que eu dou conta do serviço.’ Mas só que as porta sempre fechava, nunca dava oportunidade e, ainda, não dão porque essa questão das pessoa exigir experiência, às vezes, você perde a oportunidade de um grande profissional e de fazer uma pessoa um grande profissional. Porque se eu pegasse uma empresa boa e com interesse eu tenho certeza que eu era uma grande contadora hoje. E até em outro ramo também, que, às vezes, não era só nisso que eu ia parar. Mas eu vi que prá mim aqui foi muito fechada as porta, não deu oportunidade. Porque nessa época mesmo, esse professor deu um curso de aula prática, na época ele ainda falou que quem interessasse ele ia cobrar trinta reais, trinta cruzeiro, na época do curso prático. Aí eu fiquei doidinha prá fazer, mas aí não dava prá mim fazer,

porque eu tinha que passar o dinheiro prá casa. Porque lá em casa, toda vida a gente teve que dar 'tanto' prá manter a despesa. Aí eu não tive condição de dar o dinheiro, não fiz o curso. Foi essa oportunidade tanto financeira como na área profissional mesmo que eu vejo que as pessoas não dão oportunidade prá gente. [...] A gente tinha a preocupação porque precisava ajudar a mamãe também. [...] Eu não podia ficar parada porque tinha gente que podia ficar parada, aí um ano e consegue, mas aí a oportunidade de ficar parada ficar esperando arrumar um emprego, tava fazendo falta dinheiro em casa, até prá gente se manter. (Gabriela)

Eugênia cursou o Magistério e relata várias tentativas de mudar de profissão, mas sempre esbarrou também na exigência da “experiência anterior”.

P – Mesmo você já tendo feito o magistério, você continuou trabalhando de doméstica? Eugênia – Continuei. P – Por quê? Eugênia – Porque na época que eu tava fazendo magistério, eu corria em escola pública, aí só se fosse concursada, eu corria em escola particular, só se tivesse dois anos de experiência. Aí eu desanimei, ninguém dá uma oportunidade prá ninguém pegar um serviço. Vou continuar, vou embolar meu diploma, jogar debaixo do colchão e vou continuar trabalhando de doméstica. Aí continuei trabalhando de doméstica. (Eugênia)

Fátima concluiu o Ensino Médio há três anos, aos quarenta anos e, mesmo tentando buscar outros postos de trabalho, relata não ter obtido êxito.

P – Você chegou a buscar outras coisas além do serviço doméstico? Fátima – Busquei. P – O que? Fátima – Eu fui atrás de muito emprego, pus meu currículo em muitos lugares, mas como eu não tinha experiência de nada, eu acho que devido a isso eu não consegui um emprego. Depois dos trinta e poucos anos, eu fiz o concurso do Estado, mas, de certo eu não passei, porque eles não me chamaram. Então, tentar eu tentei, mas depois que eu vi que não tinha jeito, eu parei, fiquei parada. Mas hoje, se eu pudesse, eu queria uma coisa melhor prá trabalhar (Fátima)

Glória³⁸ foi a única que terminou o Ensino Médio na idade regulamentar, aos dezoito anos, e, embora tivesse o desejo de fazer um curso universitário, na época não contou com o apoio do pai que julgava que mulher não precisava estudar.

³⁸ Glória, que não interrompeu os estudos até concluir o Ensino Médio, é gaúcha e viveu a maior parte da infância e adolescência em estados da região sul do país, onde os índices positivos referentes à escolarização sempre estiveram acima da média nacional.

Depois, a gravidez aos vinte e um anos também a impediu de dar continuidade aos estudos. Glória relata que já exerceu outras atividades, mas atualmente não consegue postos de trabalho diferentes de trabalhos domésticos e atribui essa limitação à idade.

Dentre as mais jovens que chegaram ao Ensino Médio, Bernadete trabalha hoje de babá e não se referiu à tentativa de busca de outras oportunidades de trabalhos. Alice ainda cursa o Ensino Médio e almeja fazer vestibular para o curso de História e sair do trabalho doméstico.

Francisca (45 anos) cursa a 6ª série e sonha concluir o curso de Enfermagem, agora que alguns dos empecilhos não existem mais, como filhos pequenos.

Como a gente não tem muito dinheiro, tem que trabalhar prá estudar, tem que trabalhar e estudar, não pode parar, se não, não consegue ir pro colégio... eu penso não parar de estudar, continuar, porque agora não tem nada que me atrapalha, não tem criança... eu arrumei um marido que é bonzinho, não me atrapalha...(Francisca)

Daquelas que não estudam, muitas argumentaram que hoje se sentem “velhas” para retornarem aos bancos escolares. A presença de filhos pequenos, do marido que não apóia, além do trabalho doméstico, também foram justificativas apontadas para que a volta à escola não fosse recobrada. Poucas demonstraram, com veemência, interesse de voltar a estudar, como Daniela. Depois de casada, ela retomou os estudos e parou no 2º ano do Ensino Médio devido a uma queda no desempenho escolar dos filhos, fato que o marido atribuiu à falta de atenção da mãe por estar *estudando*, embora ela também estivesse *trabalhando*. Faz questão de ressaltar, no entanto, que a interrupção é temporária. “Eu ainda quero voltar a

estudar, ainda quero fazer [o curso de] História, porque minha paixão é História, ainda quero fazer História, ainda". (Daniela)

Embora muitas entrevistadas tenham origem rural, o processo migratório fez parte da história da maioria delas, determinando assim que os percursos escolares se iniciassem no meio urbano. Foram constantes as queixas das difíceis condições enfrentadas, não só para se inserirem na escola como para permanecerem nela. A distância da escola, a falta de material escolar, a falta de professores, a precariedade do ensino, a falta de condições adequadas das salas de aula etc. foram aspectos apontados por elas para retratarem essas dificuldades.

A gente levantava quatro horas, andava três quilômetros a pé... não, de manhã era a cavalo, à tarde que era a pé, na hora de vir embora e estudava o dia todo. Nossa escola era o dia todo, a quarta série lá era o dia todinho. Era uma escola que eles fizeram um programa pras crianças da fazenda ficar a parte da manhã com reforço e à tarde aula normal. E a gente almoçava na escola mesmo, lanchava, tinha merenda.. (Alice)

Eu não lembro, mas eu fui muito pouco [à escola] lá nesse interior onde minha mãe morava, porque lá não tinha professora, não tinha uma escola, não tinha muitos alunos, não tinha carteira, então, eu ia pouco, porque eu não podia ir, eu tinha que ajudar minha mãe, comprar roupa prá mim. (Andréa)

[...] Só que antigamente as coisa era muito difícil, porque nossa vida foi muito sofrida, muito sofrida mesmo. A mochila era uma saquinho de arroz, o caderno era aqueles da prefeitura, uniforme, eu só chegava a usar uniforme quando ele já tinha sido surrado, três, quatro ano por alguém que doava prá nós. (Dalva)

Para Francisca, mesmo que estudar representasse um sacrifício, ainda era considerado mais agradável do que permanecer em casa executando o serviço doméstico sob as ordens da madrasta.

... quando eu comecei a estudar eu tinha nove anos, eu já trabalhava... e a gente vai trabalhar na roça, fui trabalhar na roça, duro mesmo, pesado. P – A escola era perto? Francisca – Não, a escola era longe. A gente ia prá escola, voltava da escola e ainda trabalhava na fazenda. Sempre tem muita obrigação com serviço de casa. Pesq – E como era na escola? Francisca –

Na escola era bom, na escola era bom. Só de sair de casa já era muito bom. (Francisca)

As queixas mais contundentes relativas às dificuldades impostas pelo trabalho e que contribuíram para o abandono escolar (temporário ou definitivo) foram mencionadas pelas entrevistadas mais jovens.

Repeti, não sei se foi na sexta série que eu repeti. Acho que foi na sexta série que eu repeti. Aí eu parei porque eu comecei trabalhar, depois eu comecei a trabalhar à noite e era muito difícil eu trabalhar o dia todo e de noite ir prá escola, nossa!" [...] P – Você parou em que série? Aline – Eu parei na sétima. P – Faz muito tempo? Aline – Faz, o ano passado eu tava estudando, aí eu estudei, parei, não deu mais prá ir eu parei. P – Por que você parou? Aline – Tava cansada, trabalhando de dia prá estudar de noite, é difícil demais, nossa! Você levanta cedo prá ir pro serviço, aí vai pras casa dos outro, trabalha o dia todinho, faz de tudo, tudo, tudo, você trabalha mais do que você dá conta, do seu limite, você chega em casa já tá morto, só aquela vontade de banhar e deitar e pronto. Aí chega ainda tem que ir pro colégio ainda. Não 'assesti' aula nenhuma, você tá vendo o que tá passando lá, você não tá entendendo nada de tanto cansada que você fica. Trabalhar e estudar é canseira". (Aline)

P – E na escola, como está seu desempenho? Tem se saído bem nas provas, tem boas notas? Alessandra – Não, não tô porque, como eu tô te falando eu trabalho, dou faxina, então prá mim fica difícil porque o dia que eu vou dar faxina, todos os dias tá tendo prova, então, não tenho tempo de estudar, não tenho tempo prá mim, então, fica difícil, porque na hora H lá das prova eu não sei de nada porque eu não estudei. Não tenho tempo suficiente prá estudar. (Alessandra)

P – Por que você acha que repetiu? Bernadete – Porque eu acho que não... assim, eu não tinha muito tempo de estudar. A série que eu achava mais difícil, eu precisava de mais tempo prá estudar e eu não tinha tempo. Porque eu chegava da escola, eu ia trabalhar. Eu tinha que arrumar a mesa de janta, tirar, essas coisas. Às vezes dava prá mim fazer minhas tarefas e, às vezes, não. (Bernadete)

A gravidez também foi apontada como um fator que motivou a desistência dos estudos, como é o caso de Fátima – que interrompeu aos dezoito anos, mas depois os retomou – Elisa, que fez um aborto aos dezesseis anos, interrompeu e depois também retomou os estudos – e Beatriz que engravidou aos vinte e um anos, interrompeu os estudos na 7ª série e não os retomou mais.

Situações de cerceamento dos estudos não foram raras nos depoimentos. Bianca, quando vivia com os filhos do padrasto trabalhando como doméstica, – aonde foi morar depois de se desentender com a mãe com quem conviveu apenas antes dos três anos de idade e durante três meses naquela ocasião, com onze anos – relata que, por várias vezes, teve que dormir na calçada ou no alpendre da casa, pois os supostos *irmãos* não lhe abriam a porta de casa à noite, depois que chegava do colégio, afirmando que ela não havia ido à escola. “Às vezes eu tinha que pular o muro prá não dormir na calçada, pulava o muro e deitava na areazinha que tinha no quintal, não foi só uma vez não”. Para não se submeter a dormir na rua, abandonou a escola.

Em alguns casos, embora houvesse a tentativa da patroa de impedir a continuidade dos estudos, foi possível, com o apoio da família, não interrompê-lo, como foi a experiência de Bernadete.

P – E como você saiu de lá? Bernadete – Eu falei que não queria mais ficar, aí ela falou que eu só podia morar lá com ela se fosse prá eu não estudar, aí eu falei que não queria. Aí eu falei que não, que eu ia embora. Aí eu saí. P – E por que ela não queria que você estudasse? Bernadete – Acho que era prá trabalhar mais. (Bernadete)

Situações de constrangimento foram relatadas pelas entrevistadas por estarem fora da idade correspondente à série cursada no período da infância ou na adolescência.

Eu achava assim que eu tava muito atrasada. A gente mudou prá cidadezinha e as outras menina tava tudo já [na] quinta série e eu lá na terceira, quarta série, aí eu desisti. P – E por que você estava atrasada? Você chegou a repetir? Divina – Reprovava demais. Porque tinha que trabalhar e estudar... e eu já não era muito esforçada, eu nunca fui muito esforçada prá estudar. Aí reprovei muito, aí foi indo eu desisti. P – Você ficava constrangida porque as outras meninas estavam mais adiantadas? Divina – É, porque já tinha vindo de fazenda já muito reprimida e as menina esperta já... (Divina)

Aí eu comecei estudar, eu lembro até hoje, eu cheguei na quinta série, minhas amigas tinha roupa, sandália bonita e eu não tinha e eu não queria mais aquilo prá mim e eu sempre era a mais velha da sala. (Angélica)

Cinco entrevistadas declararam espontaneamente ter trabalhado com professoras, raramente outras profissões de patroas foram lembradas. E mesmo tendo tido, como patroas, educadoras, quatro delas não saíram do Ensino Fundamental, ao contrário do que se possa imaginar, em alguns casos, as *patroas professoras* as impediram de estudar.

P – Você estudou até que série? Cláudia – Até a segunda. P – Depois que você foi prá casa dessa professora não conseguiu avançar nos estudos? Cláudia – Não consegui não. P – Por quê? Cláudia – Porque o serviço era demais, a gente cansava muito e não dava conta dos estudos. (Cláudia)

P – Mesmo assim, você não voltou prá escola? Ela não te incentivava a volta a estudar? Elizabeth – Não, nunca. Não tinha como, ela trabalhava no colégio quase os três horário, então, não tinha como eu estudar³⁹. (Elizabeth)

P – E ela [a patroa] ajudava a senhora no dever de casa? Gilda – Não, ela me dava aula. Ela passava tarefa. P – Então, a senhora não estava mais na escola? Gilda – Não. Aí eu já não tava mais na escola. [...] P – Por que ela dava aula para a senhora em casa? Gilda – Prá mim não ir prá escola, prá ficar diretamente com o menino. Aí ela combinou com minha mãe que ia fazer um salário, uma coisa assim prá mim. (Gilda)

A necessidade de contribuir com a família também foi determinante para que Gabriela não alçasse vôos mais arriscados, sempre temendo ficar desempregada e não poder ajudar a mãe, embora não fosse a mais velha, era a *filha eleita*⁴⁰.

³⁹ Além de não estudar, Elizabeth também nunca recebeu pelos trabalhos prestados. Este aspecto será melhor abordado no item referente ao Trabalho Infantil Doméstico.

⁴⁰ A expressão *filho-eleito* é emprestada das reflexões realizadas por Salem (1981). Embora a autora afirme que em sua pesquisa o *filho eleito* recaía mais sobre o filho mais velho do sexo masculino, desenharam-se na história de Gabriela, as características destacadas pela autora para designar o filho sob o qual a mãe deposita o encargo de sua assistência tanto econômica quanto afetiva. Dessa forma, consideramos adequada a utilização do termo, ainda que no feminino.

Condições precárias dos bairros que não ofereciam segurança para estudantes do período noturno com travessias escuras, risco de estupro, dentre outros, rondaram os percursos de algumas entrevistadas, determinando sacrifícios para que o projeto de estudo fosse levado adiante.

Eu só parei mesmo acho que em 79, 80. Foi um ano que eu estudei no Gonçalves Ledo, eu trabalhava com um pessoal na Vila São José. Aí tava tendo muito perigo né? Tinha uma menina na escola que a vida dela era contar os dramas que acontecia nas noites, aí eu fui criando um certo medo de ter que ir embora da escola todo dia, foi indo eu resolvi parar esse ano. Eu fiquei mesmo com trauma, porque a vida dela era contar questão de estupro que aconteceu em tal lugar, pessoas que tavam indo embora da escola, do trabalho, eu fui criando aquele medo dentro de mim, foi indo eu desisti. [...] Até nessa época mamãe mudou aqui pro Urias, quando eu tinha quinze anos aí ela tinha dificuldade prá manter o ônibus. [No Urias] As escolas não deixava estudar à noite [devido à idade]. Eu estudava no Olga Mansur, lá na Nova Vila, a gente morava lá perto, no Criméia Leste. Aí eu não queria parar de estudar, minha irmã teve dificuldade, preferiu parar e eu sempre gostei muito de estudar, aí eu não quis parar não, peguei fiquei morando na casa de uma mulher lá. Era uma conhecida da minha mãe, era enfermeira, fazia parto. Aí eu fui morar na casa dela. [...] Aí eu falei: 'não vou ficar na casa dos outros não', porque eu não queria ficar longe da minha mãe. Aí eu vim cá prá casa, mas daí eu fiz um sacrifício que todo mundo achava que era doidura, porque eu saía de lá [da escola] atravessava aquele Criméia Leste e Oeste e vinha pro Urias a pé. Ia e voltava, prá não parar de estudar, prá mim não parar de estudar, eu não queria era parar de estudar.[...] Eu terminei nesses dois anos que eu pejejei e estudei no Olga Mansur, andando de a pé, eu terminei o ginásio. (Gabriela)

E era muito perigoso também, agora que tá claro prá lá, agora eu penso de voltar porque tá claro. Se você vê, quando eu continuei estudando à noite, era perigoso demais prá mim vir, tinha vez que eu vinha sozinha no escuro, porque não tinha... agora que eles tá resolvendo colocar lâmpada aí à vontade. [...] ...aí depois que eu passei prá noite, logo eu desisti, porque não tinha companhia, quase não tinha companhia e também tava muito escuro prá mim vim embora sozinha, eu morria de medo. (Beatriz)

As dificuldades as acompanhavam mesmo quando chegavam ao tão almejado Ensino Médio. O depoimento de Eugênia revela as dificuldades para concluir o Magistério.

Aí depois, quando eu tava cursando magistério, tinha que fazer estágio, aí eu trabalhava só meio período, trabalhava em casa [de doméstica], aí dentro de meio período eu tinha que lavar, limpar a casa e fazer almoço. Eu estudava à noite, fazia o estágio à tarde e trabalhava de manhã. Aí eu tinha que sair meio dia, porque eu tinha que entrar na escola uma hora, uma e cinco, no máximo né? Então, eu corria. Aí depois, em 94 eu casei, em 95 eu

tive meu primeiro filho, aí em 95 também eu parei de estudar, fiz o magistério completo, aí nunca mais voltei prá escola. (Eugênia)

Apesar das adversidades, algumas entrevistadas afirmaram espontaneamente ter recebido apoio para estudar, a maioria das vezes das próprias famílias, em algumas, das patroas. O caso de Gabriela foi exemplar nesse sentido. Relatou que sempre recebeu incentivo da mãe e que em casa todos eram alfabetizados por ela antes de irem para escola formal.

A mamãe sempre a primeira alfabetização ela dava em casa, aí quando eu fui pra escola eu chorei muito no primeiro dia de aula, porque tudo o que a professora ensinava no prezinho, tudo o que ela ia ensinar era o que minha mãe já tinha ensinado em casa, eu sabia de tudo. Aí eles me mudaram de sala de aula e eu chorei até porque eu achava que tava no meio dos meninos grande, já era primeiro ano, nós já entrou com sete anos de idade, mas sempre alfabetizado. (Gabriela)

Posteriormente Gabriela também pôde contar com o apoio da patroa.

...quando foi mês de abril desse ano, ela [a patroa] conversou comigo, ficou com muita dó d'eu perder o ano, já ia concluir o último ano. Aí ela falou: "Vou arrumar prá você assim mesmo". Aí ela foi naquele colégio "Santa Mônica", aí arrumou prá mim lá, eu já entrei no mês de abril, no terceiro ano. Aí fiz o terceiro ano lá, do segundo grau, de contabilidade, concluí meu segundo grau lá. (Gabriela)

Elisa atribuiu à irmã mais velha e madrinha o incentivo que recebeu na infância para estudar.

P – E como era seu desempenho na escola? Elisa – Era bom, porque minha irmã mais velha sempre exigia muito, a madrinha, nesse ponto de colégio... assim, não tinha as coisa prá levar prá escola, era só o caderno, lápis e borracha. Mas ela sempre ia no colégio, participava das reunião, ela sempre foi. (Elisa)

Alice afirma que só pôde estudar de fato quando o pai, com quem ela morou depois dos sete anos, se casou e a madrastra se encarregou de acompanhá-los (ela e o irmão) nos estudos. "Aí eu não parei mais de estudar, porque minha

madrasta, em matéria de estudo, ela era muito rígida. Ela não deixava, ela não... se tem que estudar, vamos estudar, ela não facilitava". (Alice)

Dalva, mesmo depois da morte da mãe, sempre contou com o apoio e incentivo do pai nos estudos, mas foi a única que declarou não gostar de estudar e que, por isso, abandonou cedo a escola (cursou até a 5ª série), mesmo se considerando inteligente e nunca tendo repetido e nem interrompido os estudos até ali. Responsabiliza-se pelo desinteresse dos estudos não recuperando da memória as condições adversas que vivenciou depois do falecimento da mãe e das dificuldades enfrentadas quando ainda freqüentava a escola, como relatou no item anterior.

Relataram as entrevistadas que o apoio, em alguns casos, veio das patroas com quem trabalharam de doméstica durante a infância ou a adolescência, como é o caso de Cecília – que viveu depois dos onze anos nas casas onde trabalhava, diz ter recebido apoio da patroa e atribui a ela o fato de ter conseguido estudar até a 6ª série – Bruna e Bárbara:

Aí eu estudei, o pouquinho que eu estudei foi por causa delas, porque se não fosse, também, eu não tinha estudado. Depois, quando eu fui morar sozinha, eu não tive mais tempo de estudar. (Cecília)

...ela [a patroa] me dava roupa, calçado, tudo. Ela me pagava até colégio particular prá mim. P – Daí você voltou a estudar? Bruna – Voltei a estudar, voltei a estudar e aprendi alguma coisa, se não, não tinha aprendido nada. P – Você fez até que série? Bruna – Eu fiz até a quinta.[...] Foi o tempo que eu estudei, aprendi a ler e fiz algumas coisa. (Bruna)

P – Enquanto você trabalhava prá eles, eles não te incentivaram a ir prá escola? Bárbara – Incentivaram muito, queria pagar escola prá mim, eu não me interessei não. Quando a gente não quer, não quer. (Bárbara)

Diva (que é analfabeta) também afirma ter recebido apoio da patroa na adolescência para iniciar os estudos, mas ela, que julgava estar *muito velha* para freqüentar a sala de aula, não quis estudar.

As trajetórias escolares da maioria das mulheres pesquisadas não se diferenciam daquelas vivenciadas por uma imensa maioria da população adulta brasileira que, embora entrando na escola em idade regular, se deparam com problemas, como: repetências, dificuldades de permanência das mais diversas ordens e abandonos temporários ou definitivos. Enfim, o que se pode afirmar é que essas trajetórias são marcadas por *fracassos*, em geral, atribuídos a elas próprias. A busca de sua superação não seria outra senão por vias individuais e com extrema *labuta*, na mais justa conexão com a apologia neoliberal de que cabe ao indivíduo fazer as escolhas certas e se esforçar para atingir seus objetivos.

Ao contrário, acredita-se que a compreensão desse *fracasso* deve estar associada não só à condição de pobreza em que vive grande parcela da população brasileira, mas também e, sobretudo, à exclusão social a que está submetida.

A fim de compreender a relação existente entre o fracasso escolar e exclusão social recorre-se às análises de Sposati (1998), que se propõe a pensar a antinomia fracasso/sucesso escolar tendo no horizonte o não-fracasso, o que não significa necessariamente o sucesso, mas sim a possibilidade de atingir as condições de inclusão social. Mas, de fato, que elementos indicariam o não-fracasso ou a inclusão, argúi a autora. No caso do fracasso escolar, seria a não-conclusão das séries que compõem o Ensino Fundamental por incapacidade ou abandono do aluno? Para ela essa seria uma análise restrita a um *raciocínio contábil*, o qual considera apenas os indicadores quantitativos para se estabelecer o fracasso ou o não-fracasso. Se assim fosse, bastaria que se aumentassem as vagas para a

inclusão de todos no sistema escolar, se cumprisse a lei que obriga os pais a matricularem e manterem seus filhos na escola, se estabelecesse a não-repetência e se extinguissem as avaliações, dentre outras medidas com esse caráter para que se assegurasse o não fracasso e a inclusão.

Questiona Sposati (1998, p. 23), “Afiml, o que é o não-fracasso escolar? Será o alcance de certo grau de desenvolvimento humano? Será a condição de autonomia? A de qualidade de vida? Será a condição de civilidade que permita valores e práticas como a da equidade?” Alega então que, se todos esses aspectos são condições para o não-fracasso, ele pressuporia a inclusão social. Para que isso se efetive, ela aponta uma série de variáveis que contribuiriam para delinear o fracasso escolar.

Numa primeira direção, a autora indica algumas pré-condições⁴¹ para o não-fracasso: inicialmente seria diminuir a distância instrucional entre pais e filhos; a segunda, assegurar que todas as crianças tivessem registro ao nascer; a terceira, que a criança e a mãe contassem com assistência à saúde e condições nutricionais para que a primeira pudesse sobreviver até chegar à idade escolar; a quarta implicaria a existência de vagas na educação infantil ou creches para atender a todas elas a fim de lhes garantir uma adequada condição de desenvolvimento ao chegar à escola.

Na segunda direção da análise, a autora enfoca um conjunto de tensões na relação fracasso/exclusão⁴² e não-fracasso/inclusão social, sistematizando-a em quatro tópicos:

⁴¹ Embora Sposati (1998) apresente vários índices e discussões para analisar essas pré-condições para o não-fracasso (não necessariamente na ordem que as exponho aqui), restringi-me apenas a citá-las objetivando ilustrar a concepção que adoto para a análise do fracasso escolar.

⁴² É importante salientar a definição feita pela autora do que é exclusão social. “... a exclusão social não se define pela ‘linha da pobreza’ que separa os cidadãos entre miseráveis, pobres, remediados,

- o padrão de não-fracasso – atingir os oito anos de estudo seria um padrão básico de sobrevivência instrucional, o que corresponderia a um padrão pobre de não-fracasso escolar, que não asseguraria o sucesso;
- a acessibilidade à escola e as adequadas condições para o atendimento de todas as crianças e jovens (portadores de deficiência, jovens fora da idade escolar, crianças e adolescentes de rua ou em liberdade assistida etc.);
- a permanência da criança/jovem na escola, fazendo desta um espaço de um processo cultural, quer do ponto de vista da síntese da cultura existente, quer da possibilidade da difusão da cultura da cidadania.
- a educação como possibilidade de acesso à cidadania, estrategicamente vinculada aos princípios da equidade, no sentido de romper com a apartação do acesso das classes populares à riqueza social.

Considerando-se a realidade das mulheres aqui referidas, pode-se assegurar que o fracasso escolar por elas vivenciado está inteiramente relacionado à situação de exclusão social em que se encontram. As condições de precariedade socioeconômica vivenciadas nas famílias de origem, dificuldades de acesso e permanência à/na escola, inadequação das escolas em considerar seus cotidianos permeados pelo trabalho e marcados pela antecipação da condição de adultas,

etc., com base em salário, renda, capacidade de consumo e assim por diante. A exclusão social supõe ter por referência um padrão de vida de inclusão de costumes, de valores, de qualidade de vida, de desenvolvimento humano, de autonomia, de equidade. Assim, pobre é o que não tem renda, enquanto excluído pode ser o que tem sexo feminino, cor negra, opção homossexual, é idoso, é gordo, é magro, etc. A exclusão social refere-se a toda uma gama de características e valores culturais, resultando em abandono, perda de vínculos, esgarçamento das relações de convívio - que não necessariamente passam pela pobreza” (Sposati, 1998, p. 31). (Grifo da autora)

enfim, toda a gama de limitações a elas imposta não respalda a análise que atribui somente a elas próprias a responsabilidade pelos seus destinos. Antes, pode-se afirmar que nem mesmo àquelas que chegaram ao Ensino Médio, ainda que atendam à condição de não-fracassadas na escola, está facultada a inclusão social, senão por outras razões, pelo fato de continuarem pertencendo a uma classe social cujos direitos básicos de cidadania estão distantes de serem amplamente assegurados.

3 TRABALHO DOMÉSTICO E RELAÇÕES DE GÊNERO, CONTINUIDADES E RUPTURAS

O trabalho doméstico é umas das mais antigas formas de trabalho assalariado exercido pelas mulheres nos últimos dois séculos (MELO, PESSANHA e PARREIRAS, 2002) e, desde que foi instituído como um trabalho remunerado,

reveste-se de uma nebulosidade sob a qual têm se escondido situações extremamente perversas, o que tem reforçado sua precarização. Como as demais atividades realizadas preponderantemente por mulheres, o trabalho doméstico traz as marcas das relações de gênero construídas nas sociedades modernas e da inferiorização vinculada a essas atividades, conforme afirmam os autores.

As relações de gênero que alicerçam e reforçam a domesticidade e a subalternidade presentes no trabalho doméstico são engendradas dentro do próprio domicílio de origem das mulheres que o executam, encontrando eco em outras instâncias de socialização como, por exemplo, na escola. Serão aqui analisadas as formas de socialização das meninas das classes subalternas e as dimensões culturais que as envolvem.

Na inter-relação de categorias como o trabalho infanto-juvenil, classe e gênero, outros elementos emergem para explicar a forma de socialização de meninas pobres e a contribuição na condução delas ao trabalho doméstico: a concepção de infância, de família, posição etária na hierarquia familiar, dentre outros.

3.1 A REPRESENTAÇÃO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO TRABALHO DOMÉSTICO

As sociedades contemporâneas estão organizadas de acordo com uma diferenciação de gênero, o que significa a vivência de experiências muito diversificadas para homens e mulheres, conforme a classe social a que pertencem. Essa forma de dispor as tarefas de acordo com o sexo, aliada ao pertencimento à

classe social e à etnia, acaba por determinar a trajetória de mulheres e homens na sociedade. Sendo assim, o comportamento esperado de uma pessoa de determinado sexo é condicionado por convenções sociais acerca do gênero em um contexto social específico.

A naturalização dos afazeres domésticos como atribuição feminina tem nas relações assimétricas de gênero sua base de sustentação. No trabalho doméstico, mais que em outra atividade condicionada socialmente à mulher, os traços da subserviência e da dominação se explicitam, tornando-se de difícil superação.

As construções simbólicas originárias dessa determinação de papéis indicam uma suposta inferioridade feminina devido à sua capacidade reprodutiva. Essa capacidade corporal feminina relacionada à reprodução da espécie humana não só delimita o espaço da mulher na vida em sociedade como também determina as tarefas mais adequadas a serem por elas desempenhadas. Desse modo, entende Durham (1983) que as peculiaridades biológicas e culturais do processo reprodutivo dos seres humanos acabam representando condicionantes para a elaboração da divisão sexual do trabalho.

A distribuição de tarefas entre os sexos é realizada, então, de acordo com as diferenças anatômicas, cabendo à mulher uma série de atividades associada à sua função no processo de procriação. Por isso, a ela ficou reservado o espaço da casa, do doméstico, da reprodução, secundarizada em relação à esfera produtiva tida como prioritária no capitalismo. Nele, as atividades realizadas na esfera da reprodução não são consideradas trabalho e, por isso, desvalorizadas.

Para a compreensão desses condicionantes na determinação dos papéis sexuais na sociedade e, em especial, a associação de mulheres ao trabalho

doméstico, buscou-se suporte nos estudos de gênero. Essa categoria emerge como uma categoria sociocultural e histórica relacionada à construção das identidades feminina e masculina, que podem ser interpretadas e internalizadas conforme as características da sociedade específica em que vivem homens e mulheres e conforme seu pertencimento a uma raça/etnia e a uma classe social.

Destarte, gênero não é aqui concebido como uma categoria analítica isolada, mas imbricada à raça/etnia e classe. Conforme assinalam Saffioti, Almeida e Cançado (1992), as três categorias não compõem processos paralelos, excludentes, mas processos que se complementam, que se interpenetram, potencializam-se mutuamente e delineiam as relações sociais. As identidades sociais de homens e mulheres são tramadas com base na interface dessas categorias, que podem ou não estar em conflito ou hierarquizadas. Dessa forma, não se deve priorizar uma das categorias em detrimento da outra como forma de interpretação da realidade, considerando-se que nenhuma delas pode ser analisada isoladamente. Entretanto, dentro de um determinado contexto, cada uma delas terá maior ou menor visibilidade.

As relações de gênero constituem, então, “um conjunto de imagens e lugares competitivos e/ou complementares que serão disputados estrategicamente, por homens e mulheres que integram diferentes frações de classe e raça/etnia, em cada contexto histórico” (ALMEIDA, 1998, p. 15).

A noção de gênero aqui adotada define a mulher como ser histórico, gerado pelas relações sociais e, portanto, ligada à questão da desigualdade e do poder, como o entende Scott (1995). A historiadora define gênero por uma dupla proposição: como elemento constitutivo das relações sociais, baseado em diferenças percebidas entre os sexos e, também, como “uma primeira maneira de

dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 16), ainda que não seja a única, é um fator significante nas trocas sociais, no jogo de forças e de simbolismos que dão sentido a essas relações.

A divisão entre os gêneros está, assim, perpassada por valores morais, destinando o masculino a uma maior exterioridade, associando-o com o público, dimensões mais relacionadas à esfera do trabalho. Ao feminino está destinado o domínio privado, do interior da casa e, neste âmbito, dos filhos. Referindo-se dentre outros ao trabalho de Salem (1981), Heilborn (1999, p. 14) afirma:

Se o domínio da casa é feminino, significando que sua ordem e funcionamento são atributos designáveis às mulheres e, por extensão, às meninas, é aos homens que cabe provê-lo [...], configurando-se aí a verdadeira dimensão moral do gênero masculino”.

Consoante com a idéia de família, constrói-se o papel da mulher associado ao de mãe e de esposa. Ao homem cabe a obrigação de prover, por meio de seu trabalho, as necessidades básicas da família. Assim, o trabalho doméstico realizado pela mulher constitui uma atividade privada, separada da ocupação econômica.

Entretanto, esses são valores cujas condições de vida de famílias pobres não permitem que sejam vivenciados. Nelas exige-se o trabalho de todos os membros, por isso relações entre mulheres e homens se diferiam daquelas propagadas pela modernidade. As mulheres, além de realizar os afazeres domésticos, historicamente estiveram vinculadas ao trabalho fora de casa, ainda que correndo o risco de terem sua moral abalada por estarem se relacionando com o mundo público, quando essa prática ainda não estava difundida entre as mulheres das classes médias. Os valores atribuídos à virgindade e à castidade ainda fundamentavam as restrições impostas às mulheres das classes trabalhadoras.

Até a primeira metade do Século XX, as ocupações mais adequadas – do ponto de vista moral – às mulheres pobres foram aquelas que mais se aproximavam das tarefas exercidas dentro do ambiente doméstico. Por isso, uma das modalidades mais toleradas era o trabalho doméstico na casa de terceiros, pois poderia significar a preservação da mulher no “protegido” espaço doméstico, afinal, estavam trabalhando num ambiente que se assemelhava ao seu local de origem, uma “casa de família”.

O que se conclui é que, embora relacionada ao aspecto material, a divisão do trabalho baseada nas diferenças sexuais instaurada pelo capitalismo guarda uma profunda fundamentação moral. Sob a justificativa de que a mulher deveria manter-se mais protegida para o exercício da sua “vocação” maternal, a presença dela no espaço público foi sendo cada vez mais rechaçada e sua identidade feminina cada vez mais relacionada ao mundo doméstico.

Compreende-se que as relações de gênero não se reduzem às vivências internas no grupo doméstico, mas são constitutivas dos espaços públicos em que se divide e representa a sociedade sexuada. Entretanto, o existir subjetivo de gênero de meninos e meninas de classes, raças e etnias diferentes origina-se e reafirma-se no espaço privado ou naqueles que são pensados como sua extensão, como é o caso da escola. Sendo assim, é importante que se reconheça a escola como um espaço significativo da formação dos papéis sexuais e da manutenção das assimetrias de gênero.

Abramowicz, ao analisar a repetência, identifica a escola como um espaço de reforço das assimetrias de gênero. Evidentemente, esse movimento não começou na escola, mas é atualizado por ela.

A escola exige uma maneira de ser menina para que se cumpra um certo ‘padrão’ social. [...] As professoras atuam no limite estrito da estereotipia do que é ser menina ou menino. Fazem crer que determinados afazeres e

modos de ser são inatos à menina, quase como se fossem hereditários (ABRAMOWICZ, 1991, p. 54).

A escola reproduz o imaginário social, reafirmando que a repetência para o menino é “coisa de moleque”, “coisa da idade”, rebeldia; para a menina é expressão de incompetência, “não dá para a coisa”. Dessa forma, fica destinado a ela um lugar do *não-saber*, o trabalho doméstico, que é reproduzido inclusive na própria sala de aula quando às repetentes são atribuídas tarefas como: limpar e arrumar. Para a autora “a repetência passa a ser ‘um castigo’ também em sua condição de mulher: a menina [repetente] fica aprisionada no trabalho doméstico” (ABRAMOWICZ, 1991, p. 58).

Esta foi a interpretação da mãe de Diva que justificou sua ida para o trabalho doméstico pela *inaptidão*, a mãe a julgava incapaz de se alfabetizar, pois apresentava repetidos fracassos na escola⁴³. Sendo assim, restava-lhe o trabalho doméstico. Foi deixada numa fazenda com uma conhecida da família durante um ano, sendo submetida a privações, sobretudo de alimentos.

Dessa forma, a escola não parece ter uma influência muito significativa na transformação das representações de gênero de alunos e alunas, ou mesmo de professores e professoras. Ao contrário, nela se reproduz o cotidiano sexuado de meninos e meninas e as relações de gênero instituídas não são questionadas. “A presença feminina na escola não tem levado, ainda, a mudança nas relações de gênero que incidam na transformação e reorganização da sociedade sexuada e de classe” (DUQUE-ARRAZOLA, 1997, p. 396).

Entretanto, a escola não pode ser vista como um espaço homogêneo no qual as relações de gênero não respondam a uma especificidade conforme a classe social. Os estudos de Lavinias (1997) afirmam que as adolescentes de alto poder

⁴³ É a única analfabeta do grupo de entrevistadas.

aquisitivo envolvidas em sua pesquisa não tinham como expectativa se tornarem “dona-de-casa” em caso de fracasso escolar, “ameaça que, por analogia, pesa sobre as meninas pobres para quem a escola é a possibilidade de escapar à condição de empregada doméstica” (LAVINAS, 1997, p. 32). A domesticidade, ressalta a autora,

reaprisiona a menina pobre no papel da empregada e desqualifica o sentido de sua atividade. A possibilidade de individuação pela inserção no mercado de trabalho [valor associado às sociedades modernas] parece, portanto, para as mulheres bastante tributária do lugar social (LAVINAS, 1997, p.32).

3.1.1 Nos afazeres domésticos⁴⁴, os primeiros aprendizados

As desigualdades em relação aos papéis sociais exercidos por homens e por mulheres são iniciadas na infância por meio da socialização empreendida pelas diferentes instituições familiares, educacionais, legais etc. Essa socialização ensina o que cada cultura considera a maneira correta de pensar, de se comportar, de falar, de sentir, de se relacionar com os semelhantes e de lidar com situações (ROCHA-COUTINHO, 1994).

Heilborn (1999), ao analisar o trabalho de meninas e de adolescentes que realizam trabalho doméstico, afirma que a conjugação entre classe social e o gênero apresenta-se como fator relevante na marcação diferencial das trajetórias sociais para crianças de cada um dos sexos. Sendo assim,

identificar os condicionamentos simbólicos e materiais relacionados à organização familiar e às relações de gênero servem de pista para explicar

⁴⁴ Os **afazeres domésticos**, neste trabalho, compreendem as atividades domésticas executadas no âmbito da própria família e o **trabalho doméstico**, as atividades domésticas executadas pelas mulheres na casa de terceiros.

as possíveis razões que podem levar à 'adesão' do emprego doméstico entre meninas de grupos populares (HEILBORN, 1999, p. 9).

Para a autora, esses condicionamentos (materiais e simbólicos) atuam de modo conjugado, reforçando-se mutuamente. “Eles se expressam na organização e dinâmica familiares para dar conta do perfil da inserção feminina no emprego doméstico” (HEILBORN, 1999, p. 10).

A divisão de tarefas de casa, obedecendo a uma lógica de gênero, integra, então, o leque de obrigações dos filhos para com os pais, fechando um ciclo de reciprocidade no qual se arma a lógica do trabalho doméstico da família pobre.

Segundo Heilborn (1999, p. 17), “Duas categorias ordenam idealmente o universo das relações familiares quando este é avaliado pelo ângulo do(a) filho(a) nos grupos trabalhadores: *obrigação* e *ajuda*” (Grifo da autora). A primeira encarna os elos e os deveres que soldam os membros de um grupo doméstico, dando conta do princípio da reciprocidade – “troca engendrada pela interqualificação de gênero, idade e papel social de seus elementos” (HEILBORN, 1999, p. 17). Tal noção engloba a segunda categoria que é a *ajuda*, devendo ser compreendida em termos dos contextos situacionais em que é acionada.

As meninas são socializadas para lidarem com os cuidados da casa, como se esse fosse um “serviço de mulher”, que se imbui de um caráter de *obrigação*, diferente do trabalho do menino que se caracteriza pela *ajuda*. O trabalho doméstico nesse sentido reveste-se de um conteúdo de *obrigação* para as meninas e para os meninos ele se configura como *ajuda*, é mais eventual e está condicionado à vontade deles.

Assim, para a menina, o aprendizado dos afazeres domésticos se apresenta como algo naturalizado e é incorporado à sua rotina muito precocemente.

Na situação das mulheres aqui analisada, os primeiros aprendizados, na maioria das vezes, ocorreram nas próprias residências das entrevistadas junto às mães, irmãs ou madrastas, com o caráter de ajuda. As exceções foram: Dalva – que só passou a executar trabalhos domésticos aos onze anos, quando seu pai a colocou na casa de terceiros para que aprendesse o serviço, pois enquanto sua mãe era viva ela não os executava; Bruna – que morou nas ruas praticamente durante toda a infância e começou a realizar os *afazeres domésticos* já como *trabalho doméstico* na primeira casa em que trabalhou dos doze aos dezenove anos (“Não, eu não sabia, ela [a patroa] me ensinou tudo. Falar a verdade, eu não sabia nem abrir... aquele abridor de lata, eu não sabia usar. Tudo o que eu sei hoje, ela que me ensinou”). Fátima – que começou a trabalhar na casa de terceiros aos sete anos a mando da madrasta, sem que o pai soubesse e lá aprendeu a executar as *tarefas domésticas*, também podendo já ser denominadas como *trabalho doméstico*.

Todas as demais afirmaram ter aprendido os afazeres domésticos em casa, mesmo que depois esse aprendizado fosse se aprimorando na medida em que trabalhavam na casa de terceiros. A entrada de adolescentes no mundo do trabalho, via emprego doméstico, está vinculada a um processo de *treinamento especial* na infância, geralmente, fornecido pela mãe, avó, tia e, na falta destas, por outra figura feminina próxima (BELOTTI, 1979).

É que em casa minha mãe ensinava muito nós, ensinava como que era, como que não era, e eu fui chegando lá [na casa da patroa] pela primeira vez, ela foi me ensinando aos pouquinho até eu pegar o jeito do serviço. (Cláudia)

P – Na sua própria casa você já tinha ajudado sua mãe? Bárbara – Já, já desde pequena. P – Com quantos anos? Bárbara – Eu me lembro que era pequenininha, cada um tinha suas função lá em casa. Uma varria a casa, outra limpava fogão, a outra lavava vasilha. A minha função era limpar o fogão. (Bárbara)

O aprendizado, algumas vezes, ocorreu quando elas acompanhavam as mães nas casas em que trabalhavam como domésticas, lavadeiras ou passadeiras.

P – Quem te ensinou o serviço de casa? Alessandra – Minha mãe, porque sempre quando ela trabalhava aqui em Campinas eu vinha com minha mãe, porque, às vezes, não tinha com quem eu ficar, minha avó tinha que sair, na época também minha avó bebia, aí eu vinha com minha mãe, aí eu ficava com dó da minha mãe e ajudava ela. (Alessandra)

Minha mãe nessa época ela deu uma melhorada boa aí ela arrumou uma lavação de roupa e meu pai trabalhando nesse posto. Aí nessa casa tinha uma criança lá, aí minha mãe me levava junto prá não deixar sozinha em casa, aí eu comecei a brincar, a cuidar, a dar banho. (Gilda)

Na ausência da dona da casa, atividades como tomar conta da casa (limpar, lavar, passar, cozinhar etc.) e das crianças menores são exercidas por meninas, por isso a inserção de meninas pobres no trabalho doméstico não se dá por acaso, mas faz parte de uma divisão já cristalizada na família em que cabem a elas as tarefas domésticas. Há uma expectativa tanto da sociedade quanto das famílias no sentido de que as meninas antes de tudo devam saber realizar essas tarefas. Segundo Heilborn (1997), elas “são socializadas para lidarem com as tarefas envolvidas no cuidado com o lar e, sobretudo, repreendidas se não responderem positivamente a tais demandas”. Aos meninos cabem trabalhos que exigem a força física, pois “são socializados segundo as regras de uma saída do grupo doméstico, que privilegia o trabalho exterior” (HEILBORN, 1997, p. 311).

Nos casos de Aline, Andréa, Gilda, Débora e Dora foram elas que substituíram as mães quando estavam enfermas. Para aquelas cujo aprendizado das tarefas domésticas ainda não estava completo, foi nessas circunstâncias que ele teve que ser aprimorado.

P – Quando você ainda morava na sua casa, quem fazia o serviço da casa? Aline – Eu fazia o serviço da casa, eu fazia de tudo né? Logo também a minha mãe adoeceu, ela ficou doente, eu aprendi... foi quando minha mãe

adoeceu que eu aprendi fazer as coisa, eu tinha uns sete ano de idade. Ela adoeceu, aí tava faltando um pouquinho só prá ela ficar louca. Era dia e noite ela tinha que ficar deitada. O cabelo dela caiu, ela ficou muito ruim, aí ela deitava na cama e mandava eu fazer as coisa do jeito que eu tinha que fazer, lavar arroz prá fazer... aí disso eu fui aprendendo. Aí depois que eu aprendi..." (Aline)

O abandono ou falecimento da mãe foram apontados como fatores decisivos para o início do aprendizado dos afazeres domésticos por algumas mulheres. Alice, aos sete anos, foi morar com o pai e teve que **realizá-los** sem praticamente nenhum acompanhamento.

[...] com minha mãe, minha mãe sempre que fazia tudo. Nossa, é totalmente diferente você largar a mãe prá morar com o pai. Mas tudo bem, cada um foi se acostumando com a idéia de cada um ir fazer suas coisa. Por exemplo, eu achava um absurdo eu ter que levantar e ter que arrumar minha cama, porque minha mãe, por mais bêbada que ela chegasse em casa, ela sempre que fazia isso. Aí meu pai: 'olha aqui meus filho, vocês têm que levantar cedo, arrumar a cama de vocês, você tem que lavar a sua roupa, porque eu não tenho tempo prá lavar'. Então, era muito raro meu pai falar assim: 'hoje eu vou lavar a roupa de vocês'. E eu nem tinha idade direito prá lavar a roupa e... lavava. Tava limpa ou não tinha que usar aquela. (Alice)

Foi necessária a entrada de outra mulher na casa (a madrasta) para que Alice começasse a ter instruções sobre as tarefas domésticas.

Aí foi mudando, mas o serviço da casa depois eu aprendi fazer direito, a passar minha própria roupa, com doze anos eu já passava meu uniforme, que era uma saínda toda de babadinho, aí eu tinha que passar ela todo santo dia. Então, a gente foi aprendendo a fazer minhas próprias coisas, só que eu comecei a fazer melhor, melhor porque minha madrasta... 'olha, é assim que se faz, não é assim'. Então, o serviço da casa eu já comecei a praticamente fazer sozinha, fazer almoço, essas coisa. Quando minha madrasta tomava um 'melzinho' eu ficava com o serviço todo da casa, olhava os outros filhos dela.... (Alice)

Na análise de Francisca foi o falecimento da mãe que a conduziu precocemente aos afazeres domésticos.

Na infância, no tempo da minha mãe, eu não fazia exatamente nada, brincava como criança. [...] Até seis anos, porque com seis anos minha mãe faleceu (se emociona e chora). [...] Meu pai cuidava de mim e do meu irmão. [...] Foi, nesse momento [que] eu já comecei a lavar minhas roupinhas, do meu irmão". (Francisca)

A sobrevivência da família muitas vezes depende da colaboração de vários de seus membros, como foi referido, mas também do reordenamento de papéis. Na experiência vivenciada por praticamente um terço das entrevistadas, a saída da mãe para exercer um trabalho fora de casa só foi possível quando puderam transferir suas atribuições para a filha mais velha. Para Jelin (1980, p. 24), "los primeros hijos suele estar mucho más cargada de responsabilidad que la de los últimos, representando también diferentes vivencias y experiencias en relación a los demás miembros da la familia".

Por isso, a posição ocupada pela menina na hierarquia etária também determina fortemente seu destino. São as mais velhas que, em geral, mais cedo são incumbidas de realizar as tarefas que envolvem os cuidados com a casa e com os irmãos menores. Assim, conclui Heilborn (1999, p. 20):

não é apenas a socialização de gênero que pode ser acionada como explicativa para escolha do emprego doméstico. Arranjos peculiares à organização da família, tais como posição no grupo *sibling* [conjunto de irmãos e irmãs], recasamentos dos genitores, ou ser criado em domínios que não os dos seus pais podem ser os elementos significativos para uma trajetória feminina de trabalho.

Pode-se constatar, por meio dos depoimentos, que as entrevistadas se sentiam ou se sentem ainda responsáveis pelos irmãos menores e que, desde pequenas, assumiram tal incumbência. Para Salem (1981, p. 86), "a figura do filho-eleito desenha-se de modo mais perceptível no discurso daquelas mulheres que

tiveram a vida marcada pela provisoriedade das relações maritais”, como é o caso da maioria das mães das mulheres aqui incluídas. Mas também, afirma a autora, é “necessário que a mãe vislumbre na prole um depositário potencial e adequado para que a eleição assuma concretude”. Embora para a autora o filho-eleito esteja sempre mais centrado no filho primogênito e do sexo masculino, pôde-se identificar na maioria dos depoimentos situações em que elas se vêem depositárias de prerrogativas de “filhas-eleitas”, mesmo sendo do sexo feminino e nem sempre sendo as mais velhas, como são os casos de Andréa e de Gabriela.

Sendo assim, as atividades antes executadas pelas mães e posteriormente pelas filhas são aquelas por meio das quais as meninas adentrarão no trabalho doméstico, rompendo a sutil linha divisória que separa as atividades que já realizavam na própria casa, daquelas que irão realizar na casa de terceiros.

P – Você, quando pequena, ajudava sua mãe em casa? Glória – Ajudava, eu sempre ajudava minha mãe. Eu sou a mais velha e eu sempre cuidava dos mais novos. Isso já é de costume, os mais velhos sempre têm que cuidar dos mais novos né? P – Com quantos anos você se lembra que começou a fazer isso? Glória – Desde novinha, desde que eu comecei a entender das coisas eu sempre ajudei minha mãe. (Glória)

Eu sou a mais velha, então, eu comecei a trabalhar muito cedo ajudando a minha mãe em casa. A gente morou aqui em Goiânia também. Quando minha mãe foi ter os menino a gente veio prá cá, ficou aqui muito tempo. Uns seis a oito anos nós moramos aqui. Aí eu cuidava dos menino prá ela trabalhar, meus irmão. Era três, era um atrás do outro, já tinha as duas menina. Aí quem sempre ficava com a responsabilidade da casa era eu. Foi desde os seis, sete anos eu já cuidava deles. (Carolina)

Para a explicitação desses condicionamentos é importante salientar que os valores introduzidos pela modernidade numa sociedade complexa, onde coexistem diferentes classes sociais, são absorvidos de forma peculiar e estruturam práticas e valores próprios. Assim, “as formas de organização familiar não são

uniformes e tampouco o são os valores que a modernidade entronizou em relação a ela” (HEILBORN, 1999, p. 11).

Ainda que na história recente haja uma tendência em pautar as relações de gênero num caráter mais igualitário, nos grupos populares, elas tendem a permanecer baseadas numa concepção hierárquica ou tradicional, nas quais não se percebe uma simetria de poder entre os sexos (HEILBORN, 1999), como mostram os depoimentos analisados.

Nas classes de maior poder aquisitivo, por exemplo, a realização das tarefas domésticas pelos meninos pode significar uma mudança no papel masculino pela própria organização da vida urbana. No entanto, para os meninos da classe trabalhadora pobre, essa participação não implica mudanças nas relações de gênero, pode significar inclusive uma identificação com “trabalho de mulher” e, por isso, imbuído de inferioridade (HEILBORN, 1999).

Para Jelin (1980), a impossibilidade da eleição pelas próprias meninas das tarefas a serem por elas executadas faz parte da naturalização que as responsabilidades domésticas assumem para as mulheres. Na verdade, não são percebidas como tarefas impostas por uma força externa, mas sim como parte da essência do ser mulher. “Esto significa, sin embargo, la aceptación ciega de esas tareas” (JELIN, 1980, p. 79), embora não sejam assumidas sem queixas.

O trabalho da menina se reveste, então, de um caráter de inferioridade, não só por estar inscrito na sociedade capitalista como um trabalho “não-produtivo”, mas também porque há uma confirmação da “natureza” de seu corpo e do seu “ser mulher”, respaldada pela maternidade. Por isso, constitui-se num corpo que deve ser sempre doado, entregue aos outros (DUQUE-ARRAZOLA, 1997).

O cotidiano doméstico da casa marca para meninos e meninas “uma nova temporalidade sexuada, não só cronológica, mas de práticas-tempos-responsabilidades-liberdades” que significam para eles a instituição de relações “naturalmente desiguais”. “No caso das meninas, trata-se de uma cotidianidade repetitiva, sem inovações, sustentáculo da ‘imanência’ da mulher” (DUQUE-ARRAZOLA, 1997, p. 368).

É importante ressaltar aqui a posição da autora que considera que as atividades realizadas dentro do próprio domicílio acabam tendo para as meninas um caráter paradoxal, pois, ao mesmo tempo em que as condiciona a renunciar a si mesmas e a se dar aos outros no processo de maternagem, possibilita que se reconheçam mais capazes (do que os meninos) de realizar essas tarefas por serem mais “zelosas, cuidadosas e ajeitadas”.

Para Duque-Arrazola (1997), nesse processo sexuado de socialização há um jogo duplo na escolha ou construção do seu gênero, pois se constitui numa das primeiras manifestações concretas de suas resistências, contestações e subversões infantis contra aquilo que é imposto como feminino, e também em um aspecto de sua auto-valorização pessoal, graças ao desempenho nesse trabalho. “Isto faz com que se percebam diferentes dos homens (crianças, adolescentes e adultos) e, até certo ponto, melhores que eles, pelo menos nisso”. Assim, os afazeres domésticos constituem-se “numa referência que afirma um sentimento de auto-estima e de crítica à bagunça, desmazelo e desordem das crianças masculinas, rapazes e homens adultos” (DUQUE-ARRAZOLA, 1997, p. 372). A casa torna-se, então, um espaço no qual, ao mesmo tempo, sofrem o domínio e o controle por serem mulheres, mas que elas também controlam, nele exercendo um certo poder por seu

trabalho doméstico, do qual outros(as) dependem (DUQUE-ARRAZOLA, 1997, p. 394).

Ainda no que se refere à socialização, Heilborn (1999) aponta outros aspectos que a desenham. Os meninos, comparativamente às meninas, gozam de mais liberdade, tanto no que diz respeito a um tempo maior de lazer quanto ao alargamento dos espaços nos quais podem realizá-lo, o que é confirmado pela pesquisa realizada por Machado e Carvalho (2002) em Porto Alegre com crianças de classes populares. Foi verificado que na distinção que marca os investimentos e constrangimentos para meninos e meninas nas atividades realizadas fora do horário escolar estão presentes as marcas de gênero e de classe social. “Os simbolismos de gênero estão presentes para as famílias e seus efeitos se fazem notar no tempo maior que as meninas estão envolvidas com os cuidados da casa e do grupo doméstico” (MACHADO E CARVALHO, 2002, p. 6). A proporção maior de envolvimento das meninas com as tarefas domésticas está na razão menor de utilização do tempo para o lazer e o descanso. Para os meninos, ao contrário, o menor envolvimento com essas tarefas lhes proporciona mais tempo de sono e lazer.

Às meninas e adolescentes, em geral, os espaços de lazer são restritos, sendo elas objeto de maior controle. “Mesmo que elas possam eventualmente transgredir as fronteiras de gênero em que estão sendo socializadas, tais possibilidades de insurreição contra as normas estão mais fortemente demarcadas” (MACHADO E CARVALHO, 2002, p. 21).

Dessa forma, a saída do grupo doméstico para realizar um trabalho que lhe é familiar, além de ser uma forma de obter algum ganho, “reveste-se também de um atributo suplementar – meio de fuga da monotonia doméstica e do controle”

(MACHADO E CARVALHO, 2002, p. 22). Embora inicialmente rejeitado, o trabalho doméstico é aceito como uma possibilidade de se afastar, ainda que de forma relativa, do controle exercido pelos pais.

3.1.2 A saída da família de origem – expectativa de melhores condições de vida

As situações de meninas pobres que migram para as grandes cidades em busca de melhores condições de vida evidenciam, à primeira vista, o aspecto econômico, mas também estão relacionadas ao aspecto cultural. Essas buscas estão, muitas vezes, alimentadas por representações do imaginário popular no sentido de que, na cidade grande, haveria mais oportunidade de se alcançarem condições de vida dignas. Para a efetivação desse objetivo, a estratégia comumente inclui o ingresso na educação formal, muitas vezes, sacrificada pelas condições impostas pelo trabalho que ocorre de forma precarizada, sem horário definido e composto de uma rotina estafante.

A pesquisa realizada por Stengel (2002, p. 128) confirma esta afirmativa, já que todas as adolescentes por ela entrevistadas haviam se inserido no trabalho doméstico por vontade própria, “ainda que premidas pelas necessidades econômicas de suas famílias de origem” e impossibilitadas de outras opções pela falta de qualificação. Uma importante motivação encontrada para essa inserção foi a busca da aquisição de um *status* e de uma identidade adulta, mesmo que o salário fosse dado integral ou parcialmente para a família e pouco lhes sobrasse para aquisição de objetos de uso pessoal.

Para Jacquet (2003), o emprego doméstico só pode ser analisado como uma estratégia para garantir a renda familiar quando os pais inserem as meninas ainda muito jovens nesse universo. Quando essa inserção ocorre mais tardiamente, pode ser movida por outras motivações. A pesquisa realizada por essa autora em Fortaleza, visando estudar as lógicas que presidem a emigração das domésticas em direção às cidades, constatou que o emprego doméstico é visto pelas jovens como uma estratégia de se obter maior autonomia, pois, dessa forma, estão menos subordinadas à família, inclusive ao seu controle financeiro:

o emprego doméstico em Fortaleza, em virtude da separação residencial, liberta as moças da obrigação de participar na economia familiar. Assim, apesar de dois terços das domésticas afirmarem ajudar seus pais, elas participam, na realidade, de maneira irregular na economia familiar com o envio de dinheiro ou de bens materiais como roupas e remédios, e isto independentemente de sua idade no momento da pesquisa ou do início da atividade doméstica, ou ainda, do tempo de serviço (JACQUET, 2003, p. 177).

A pesquisa realizada por Rizzini e Fonseca (2002) em regiões interioranas do Pará e do Maranhão, caracterizadas pela extrema pobreza, demonstra o quanto o emprego doméstico é encarado com ambivalência.

Ao mesmo tempo que as jovens alegam em geral viver melhor na presente situação de trabalhadora doméstica (“pelo menos aqui estou comendo”), e, em particular, ter acesso mais fácil à escola, elas se queixam das saudades que sentem da própria família (todas moram no lugar de emprego), das longas horas de serviço e, em certos casos, do assédio sexual exercido pelo patrão (RIZZINI E FONSECA, 2002, p.33). (grifo das autoras).

Por isso, considera-se que, ao se tratar o trabalho infanto-juvenil doméstico como uma “opção” das meninas para a busca de melhores condições de vida, vendo-a isolada das influências econômicas e culturais, como comumente apregoa o senso comum, relativizam-se suas conseqüências e desconsideram-se os

riscos aos quais estão expostas. Entre outros podem ser citados: os riscos de saúde, que muitas vezes se expressam na execução de tarefas consideradas insalubres ou perigosas, na vulnerabilidade a acidentes e, ainda, não raras vezes, no abuso de autoridade por parte dos patrões, o que se configura pela violência física e moral, incluindo o abuso sexual, como referem as autoras. Não por acaso, as mulheres entrevistadas por Preuss (1995, p. 18) afirmaram: “Ninguém é empregada porque escolheu.”

Considerando-se as condições de vida de todas as entrevistadas, pautadas sempre nas dificuldades financeiras da família e na limitação inclusive de provimento da alimentação básica, não há dúvida que as razões para a entrada delas no trabalho doméstico estejam diretamente relacionadas a essas condições. Entretanto, elas podem estar expressas em diferentes motivações, dentre elas a necessidade da compra de objetos pessoais, vez que estão inseridas numa sociedade na qual o consumo se faz imprescindível e seu apelo atinge todas as classes sociais.

E sempre nós arrumava algum servicinho, aí nós foi ficando mocinha, aí nós tinha nossas vaidade, queria comprar nossas coisinha e como nós era bem fraquinho de situação, aí aparecia as casa prá nós arrumar, aí nós ia.
(Débora)

P – Por que você começou a trabalhar lá? Eles [os pais] que pediram? Elza – Não, é porque eu queria comprar uma roupa, um batom, alguma coisa assim, e meu pai não dava essas coisas, ele falou: ‘você vai trabalhar que você compra suas coisas’. Aí foi onde eu fui trabalhar. (Elza)

Mas, o motivo pode estar também relacionado às desavenças na família (sobretudo delas com as madrastas) e maus-tratos como é o caso de Fátima – que começou a trabalhar aos sete anos por exigência da madrasta, de quem ela

declarou apanhar muito –, de Francisca, de Bianca e de Elisa (esta devido às brigas constantes com as irmãs mais velhas). Nessas circunstâncias (de desavenças em casa), o trabalho doméstico passa a ser visto como uma “válvula de escape”, não lhes restando outra opção.

De volta prá casa e enfrentar a vida com uma pessoa estranha dentro de casa, a gente não conhecia a mulher. Eu achei muito difícil minha vida e até hoje parece que a gente cresce fica aquela revolta, eu nunca aceitei. P – Como era o relacionamento de vocês? Francisca – Ela não era legal prá gente, o certo era isso, que ela não foi boa prá gente, diz que bom é a mãe da gente, ninguém mais substitui a mãe. Isso aí deve ser muito difícil. P – E ela exigia o que de vocês? Francisca – Aí a gente começa a trabalhar em casa, tem que ajudar. Realmente é bom trabalhar, porque aprende, mas não foi fácil. [...] Aos quinze anos eu comecei a trabalhar fora. Aí arrumei um emprego, de doméstica mesmo, trabalhava, eu ganhava meu dinheirinho. Era bom, eu cuidava de criança. (Francisca)

Para Dalva, a entrada no trabalho doméstico ocorreu aos onze anos, quando o pai viúvo se casou e considerou oportuno que a filha, que até então não sabia realizar os afazeres domésticos, deveria aprendê-lo. Para isso, contou com a colaboração de uma amiga da família que *se dispôs* a ensiná-la. Dalva, na verdade, iniciou aí sua trajetória no trabalho doméstico.

Aí, depois que minha mãe morreu nós voltamo prá Santa Helena de novo. Aí meu pai casou de novo e eu na idade de onze anos... por eu ser a caçula minha mãe me poupou sempre de serviço, não me ensinou trabalhar assim fora. Aí meu pai pegou e me colocou na casa de um pessoal prá trabalhar sem ganhar nada, só prá me ensinar mesmo.

Ainda que algumas entrevistadas tenham revelado a discordância da mãe, a maioria revelou que foi trabalhar pela primeira vez com a aquiescência da família e, em alguns casos, sob sua exigência. Fátima foi obrigada a trabalhar na vizinhança desde os sete anos sob ordem da madrasta. Segundo ela, a madrasta era violenta e a ameaçava, por isso não podia revelar ao pai que estava

trabalhando. Além disso, tinha que entregar a ela o pouco dinheiro que recebia pelo trabalho realizado.

Se em alguns casos as mães protegiam as filhas dos afazeres domésticos na infância (como relatam Francisca e Dalva), sobretudo as caçulas, em outros, elas se sentiam na responsabilidade de prepará-las para esse tipo de trabalho, como se constata na fala de Eugênia: “Aí minha mãe falava assim: ‘ela já trabalhou... na minha casa eu ensinei minhas filha a fazer de tudo, então, na casa dos outro eu tenho uma responsabilidade de entregar elas’”. (Eugênia)

Para Andréa, estar apta aos afazeres domésticos e, depois, ao trabalho fora de casa, foi um requisito para poder permanecer junto à mãe e ao irmão. Segundo ela, a mãe costumava dar os filhos quando pequenos, por não poder cuidar deles, pois além de viver na extrema pobreza, era muito doente. Ela própria não foi dada à outra família porque a irmã mais velha se comprometeu em cuidar dela. Quando ficou maior e já podia ajudar, a mãe a resgatou.

Camila foi a única que relatou a explícita discordância do pai em relação à ida dela para o trabalho doméstico, por isso fugiu de casa indo para outro estado, aos quinze anos, com um namorado, com o intuito de poder trabalhar fora.

P – E você morava com ele? Camila – Não, eu fugi com ele e fiquei só uns dois dia com ele, larguei ele de novo e vim embora. Eu queria sair da casa do meu pai prá trabalhar. P – E por que você tinha que sair fugida? Camila – É porque meu pai era ciumento (risos), não deixava a gente sair prá trabalhar assim, ele não gostava que a gente trabalhava nas casa dos outro. Aí eu fugi lá do Pará com o rapaz, não deu certo, eu fui pro Tocantins. P – Então, você estava mais interessada em trabalhar, não era tanto no namorado? Camila – É, mais era prá trabalhar. Aí eu fui pro Tocantins, trabalhei, aí meu tio, ele mora aqui, foi lá e me trouxe, aí eu continuei trabalhar.

3.2 NA VIDA ADULTA – CONTINUIDADES E RUPTURAS

A situação de vulnerabilidade marcada pelas condições de pobreza vividas na infância, associadas às relações assimétricas de gênero, muitas vezes permaneceu na idade adulta. **A permanência no trabalho doméstico contribuiu para que muitas das entrevistadas revisitassem as humilhações a que tinham sido submetidas na infância/adolescência.** A humilhação pode estar relacionada a acusações infundadas de roubo ou na forma como as patroas *sutilmente testam* a honestidade das empregadas. Eliana e Gilda fizeram menção a este teste utilizado pelas patroas.

Comigo mesmo já aconteceu d'eu ir limpar a casa e ter dinheiro debaixo das cama, nos móveis, nas roupa que vai lavar, passar, roupa que, muita das vezes, enfiava a mão no bolso tinha dinheiro, jóia. Então, isso é uma coisa que choca as pessoa que não tem esses mau pensamento, esse mau costume. P – A senhora acha que eles colocavam de propósito? Gilda – Muita das vezes é de propósito mesmo, prá testar a pessoa. Tem muitos que cai por causa disso, não presta a atenção e... pensa que isso aqui tá é perdido. Não tá. (Gilda)

Eliana relata que nos primeiros dias de trabalho a patroa também a *testou* deixando dinheiro em cima da mesa, folhas de cheque destacadas expostas em locais bem visíveis. Era comum, também, que ao sair pela manhã a patroa trancasse todas as portas dos quartos, só deixando a sala e a cozinha abertas. Eliana relata que se sentiu muito humilhada com todas essas situações. Quando ela resolveu sair do emprego, não comunicou com antecedência que não iria mais, de certa forma recorrendo a um mecanismo de revide devido às humilhações sofridas. No dia em que arrumou outro trabalho foi direto ao estabelecimento comercial da patroa para lhe comunicar a saída e fazer o acerto. Foi surpreendida, então, com a acusação de roubo. Segundo ela,

prá não pagar, ela mentiu na loja pros funcionário que eu tinha roubado um anel dela de ouro. Coisa que os quarto dela ficava só trancado, entendeu? Diz que eu roubei um anel dela de ouro, que ia me pagar só depois que eu aparecesse com esse anel. Eu como boba, ingênua, eu peguei não fui longe com o caso não, larguei prá lá a mixaria que eu tinha que receber dela e não puxei o assunto não, entreguei prá Deus, que Deus sabe o que faz. Aí até que... ela tem dinheiro e eu não sou nada na frente de um rico né? (Eliana)

Mais uma vez a condição de subalternidade não lhe permitiu entrar na justiça porque, segundo ela, “não sabia mexer com isso aí”. Mas, para a maioria das entrevistadas, o amadurecimento devido à idade fez com que muitas delas se afastassem da condição de vulnerabilidade na qual se encontravam. Consideraram que, com a chegada da idade adulta, puderam se *defender* das arbitrariedades cometidas pelas famílias empregadoras. Pelo menos sete delas explicitaram esse aspecto.

Eu fiquei dois anos lá. Daí eu saí, o menino já tava grandão já. Aí eu não quis mais porque, uma, como diz o outro, eu já tava sabida. Então, eu sentia discriminada... (Gilda)

P – Então, você ficou muitos anos trabalhando sem carteira de trabalho assinada? Bernadete – Muitos anos. P – E antes de assinarem sua carteira, você sabia que tinha direitos, que você podia exigir a carteira assinada? Ou na época você não sabia? Bernadete – Na época eu não sabia não. P – Quando você começou a perceber que você tinha direitos em relação ao trabalho? Bernadete – Com os meus dezoito anos que eu fui perceber isso. Aí já tinha sido tarde demais, porque eu já tinha trabalhado. (Bernadete)

P – Mas chegou a ser um salário mínimo? Flora – Na época eu não entendia o que era um salário mínimo, que era o salário. Ela determinava um total lá e pagava prá gente, aquilo ali era o salário da gente. Nessa época eu não conhecia esses detalhe que hoje eu conheço, salário... essas coisa assim. (Flora)

Aí ela perguntou: ‘você arrumaria minha casa prá mim por cem reais?’ Aí na época que eu era bobinha, que um salário acho que era trezentos reais, acho que não era nem trezentos... [...] P – E ela tava pagando quanto? Alessandra – Cem reais, se fosse prá mim ir todos os dias, então, ela queria fazer eu de boba né? ...ficava um mês, saía, porque ela já relaxava, aí eu entrava e saía, porque [estava] precisando, porque não arrumava serviço em lugar nenhum, porque eu era *de menor*, aí agora ela não passa eu prá trás mais não. (Alessandra)

3.2.1 O reconhecimento dos direitos, mas a não-superação da precarização

Todas as entrevistadas afirmaram conhecer os direitos conquistados pelos trabalhadores domésticos nas últimas décadas, embora se possa perceber que o nível de conhecimento variou muito entre elas. Em grande parte dos relatos, as informações se mostraram superficiais e, em outros, até incorretas. Sendo assim, embora todas as mulheres tenham demonstrado conhecimento acerca dos seus direitos, esse reconhecimento, frequentemente, não significou recorrer ao amparo legal quando eles foram violados. Esta postura foi identificada, sobretudo, entre as mais velhas.

Um dos direitos mais espontaneamente citados é o de ter carteira de trabalho assinada e o de receber pelo menos um salário mínimo estabelecido por lei. Ficou demonstrado na pesquisa que esses direitos foram, contudo, mais claramente identificados pelas mais velhas somente na última década, ainda que a profissão esteja regulamentada há trinta e seis anos⁴⁵.

Foi também entre as mais velhas que a expressão “sujar” a Carteira de Trabalho foi referida em algum momento do exercício da profissão. Este é um aspecto recorrente quando se aborda o trabalho doméstico. “Sujar” corresponde ao registro na Carteira de Trabalho do exercício de uma profissão estigmatizada – empregada doméstica – o que poderia lhes prejudicar em trabalhos posteriormente postulados, acreditam elas.

⁴⁵ Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972.

... eu não gosto muito de assinar de doméstica não. P – Por que? Glória – Ah, eu acho assim, rebaixa muito na carteira. P – Você prefere que não? Mesmo que tenha algumas vantagens, você acha que é ruim? Glória – Antes a gente não tinha, como tá começando agora a ter as leis, de doméstica ter os mesmos direitos de qualquer outro funcionário, então, agora, quem sabe, eu poderia até deixar assinar, trabalhar novamente de doméstica de carteira assinada. P – Você chegou a recusar alguma vez? A patroa quer assinar e você não deixar? Glória – Já, assim, se eu quisesse a pessoa assinaria, mas se não quisesse também não tinha importância. P – E você preferiu que não? Glória – Eu preferi que não. (Glória)

Fátima nunca teve a Carteira de Trabalho assinada e relata que a patroa, com quem trabalha há vinte e dois anos, sempre lhe atrasa o pagamento. Quando perguntada se ela já havia solicitado a regularização de sua situação, respondeu positivamente, mas afirmou que a patroa argumentou que seria desvantajoso para ela (empregada), pois teria que lhe descontar o INSS e que, assim, seu salário seria menor. Esse argumento serviu para que Fátima desistisse de exigir tal regulamentação, sem saber, de fato, quanto lhe seria descontado do salário. Ela só começou a gozar férias e receber 13º salário (mesmo sem a carteira assinada) há onze anos quando solicitou da patroa que fizessem um “acerto”.

... eu falei: ‘não tem condição, acerta comigo prá nós começar tudo de novo’. Aí foi que eu falei... ela falou que era pouco dinheiro e eu falei, mas tem as férias, ela nunca me deu férias. Aí o rapaz [do Sindicato] fez as contas dos cinco anos [últimos cinco anos, na época] e falou, deu mil e poucos reais, acho que deu mil e seiscentos na época. Aí ela me deu o dinheiro. (Fátima)

Para ela, o fato de a patroa ter feito um “acerto” há mais de dez anos lhe bastou para que não regularizasse sua situação, não reconhecendo a importância, por exemplo, de ter a carteira assinada para assegurar sua futura aposentadoria. Mesmo sabendo que hoje ela receberia apenas o correspondente aos últimos cinco anos (pois o restante prescreve), deixou passar mais de onze anos para solicitar que outro “acerto” fosse feito.

Agora eu falei prá ela acertar comigo, prá nós começar tudo de novo. Porque ela acertou em 95, aí nós começa tudo de novo. Aí ela falou: 'eu sei que eu tenho que acertar com você'. Agora eu não preciso falar com ela prá ela acertar, porque ela já sabe. (Fátima)

A forma como se estabelecem as relações patroa e empregada no trabalho doméstico favorece também a aceitação de condições extremamente aviltantes no que se refere à violação dos direitos por se sentirem gratas às patroas que as acolheram em momentos em que se encontravam em situações de extrema vulnerabilidade na infância ou na adolescência. Vinte e uma das trinta entrevistadas se referiram a patroas *generosas*, reconhecendo nelas a figura materna que muitas vezes lhes faltou num período que necessitavam de proteção.

Muitas afirmaram que a sobrevivência delas, em algum momento, dependeu da benevolência de pessoas que não conheciam ou que conheciam superficialmente. A história de Fátima é mais uma vez emblemática. Embora trabalhe há vinte e dois anos com a mesma família que a acolheu quando estava grávida, aos dezoito anos, relata que viveu várias situações de humilhação, mas que ainda assim é grata à patroa. Quando sua filha era pequena, a patroa lhe proibia de acender a luz do quarto por longos períodos à noite, motivo pelo qual ela utilizava uma vela no quarto.

Um dia eu queimei... ela me chamou lá dentro e eu fui prá lá, minha menina foi mexeu na vela e queimou os trem de plástico, eu fui correndo doída, queimei minha roupa tudo, ela me levou para o hospital, por causa da vela. Aí eu falei, eu não vou por vela mais. Hora de dormir já apago a luz. E assim foi indo, minhas menina hoje elas não gosta daqui. Ela não gosta de vir porque eu acho elas presenciou muito... porque nós duas brigava por causa das menina, brigava muito mesmo. Mas ao mesmo tempo ela foi boa, porque eu não tinha lugar de ficar com as criança, ela me deu apoio, porque minha mãe não tinha me dado e ela me deu apoio. Então, eu achei que eu devia alguma obrigação prá ela. (Fátima)

Fátima relatou também que, quando morava com suas duas filhas no local em que trabalha, a patroa cerceava o uso do banheiro por suas filhas, pois a casa não contava com banheiro de empregada. Quando suas atividades eram estendidas para o restaurante da patroa e ela não se encontrava em casa, a patroa, algumas vezes, batia em suas filhas, obrigando-a a sair momentaneamente do trabalho para acudi-las.

No que se refere à remuneração, as entrevistadas relatam que o mais comum era que o pagamento pelo trabalho realizado fosse irrisório, principalmente na infância e na adolescência, e que na idade adulta, mesmo que esse valor fosse maior, variava de acordo com um contrato verbal estabelecido entre a patroa e a empregada. O valor acertado oscilava de acordo com as diferentes circunstâncias: da região do país em que residiam na infância/adolescência; de estar na capital ou no interior; da idade da doméstica; do tipo de serviço a ser executado; da carga-horária combinada e, principalmente, da demonstração da capacidade de execução do trabalho. Ainda assim, o valor a ser pago dificilmente atingia um salário mínimo, mesmo quando já estavam em idade legal para entrada no mercado de trabalho, aptas a serem registradas. Glória, que chegou a trabalhar antes da regulamentação do trabalho de empregada doméstica relata:

Naquele tempo as coisa era totalmente diferente de hoje, não era assim tão... não tinha tanta influência nas coisa, o tanto que pagavam prá pessoa, a pessoa ficava satisfeita. Não era um salário "x", era pouco, mas eu não lembro mais quanto era não. (Glória)

Somente Gabriela refere ter recebido dois salários mínimos durante sua vida como empregada doméstica.

Elizabeth demonstrou um extremo conformismo, mesmo depois de adulta, com a situação que vivera dos catorze aos vinte e seis anos quando trabalhou para uma família nunca tendo recebido salário. Embora afirme que, quando se é jovem, não se importa com o salário, não percebe que também depois de adulta continuou a viver a mesma situação. A relação de apadrinhamento e depois de compadrio jamais foi *quebrada*, inclusive na vida adulta. Saiu daquela condição apenas quando foi se casar.

...quando a gente é mais nova não importa, não importava com nada não. P – Você ficou até os vinte seis? Elizabeth – Fiquei. P – E até essa idade, você já era adulta e nunca achou que você deveria ter um salário? Elizabeth – Não, não importava com isso. P – Você achava que era justo ela não te pagar e te dar o que você precisava? Elizabeth – Eu achava, achava que era certo né? Não importava. Ela foi uma pessoa boa prá mim, não tenho nada o que reclamar dela não. (Elizabeth)

Cláudia também foi uma das que se mostraram menos exigente em relação aos seus direitos; limitou-se a dizer que “tendo precisão prá mim é bom, porque a gente tem que viver do que ganha. É justo a gente trabalhar”. Cláudia veio do interior da Bahia recentemente em busca de emprego, cursou até a 2ª série, embora tenha vivido dos onze aos dezesseis anos com uma professora em Minas Gerais. Foi a única que se mostrou indiferente quanto aos direitos das empregadas domésticas, demonstrando inclusive desconhecê-los. Relata que, enquanto vivia no interior da Bahia, não conheceu nenhuma empregada doméstica que tivesse a carteira de trabalho assinada, por isso acha que não faz diferença.

Prá mim eu acho que não faz diferença não, porque na carteira assinada igualmente eles fala... como é que eles fala meu Deus... que a gente recebe seguro desemprego isso e aquilo, mas prá mim a gente tá recebendo o que a gente tá trabalhando, o que é justo, não precisa... prá mim é assim. (Cláudia)

3.2.2 Quando o reconhecimento dos direitos se transforma numa forma de resistência

Ainda que a maioria das entrevistadas permaneça com seus direitos não assegurados, percebe-se a ascensão de uma postura diferente em relação a este aspecto, inclusive daquelas que antes se recusaram a ter a Carteira assinada. A maioria daquelas que ainda não tem, afirmou desejar ter a Carteira de Trabalho assinada, reconhecendo aí a conquista de um direito e a segurança de uma posterior aposentadoria.

O reconhecimento dos direitos para as mais jovens se deu mais precocemente do que para as mais velhas. Estas, em geral, só viriam a perceber que tinham direitos na idade adulta, por meio de informações da mídia, de algum parente ou mesmo da patroa.

Foi nessa casa, foi ela que falou assim: 'você tem direito que você nem imagina que você tem', ela é uma pessoa muito justa. Ela falou assim: 'você tem direito a isso, a isso...' eu não sabia. Ela é bancária, o esposo dela jornalista, o filho também. Então, eles nunca me esconderam nada, os direitos que eu tinha. (Eugênia)

Evidentemente a recorrente divulgação desses direitos por meio da mídia, das escolas, das associações, das Igrejas etc. vem favorecendo o seu conhecimento de forma cada vez mais precoce a cada geração. Angélica, por exemplo, relata que, aos catorze anos, começou a perceber que a cozinheira da casa onde fora criada (e também trabalhava) recebia pelo seu trabalho e ela não, e que assim não poderia comprar os objetos que desejava.

Aí eu sempre escutava ela falar que ganhava não sei quanto, na época parece que era cento e cinqüenta, uma coisa assim, e eu não ganhava. E eu queria ter as coisa que ela tinha e eu não tinha. Aí eu fui vendo que aquilo ali não tava certo. Aí na escola também, eu sempre ouvia falar que trabalho infantil era crime, essas coisa. (Angélica)

Somente Elisa chegou a pedir para que a carteira fosse assinada quando ainda era menor de idade o que foi recusado pela patroa.

P – Você nunca chegou a pedir prá alguém assinar sua carteira? Elisa – Uma vez eu pedi, ela falou que não porque eu era menor... mas eles não assina não. Quando você fala prá assinar elas fala: “então procura outro serviço”.

Algumas entrevistadas relataram ter levado a patroa à justiça, o que também pode ser apontado como um reconhecimento dos direitos.

Igual prá cá, quando eu vim do Tocantins prá cá, eu comecei a trabalhar aqui com a Luciana, ela tinha duas criança, ela era exigente, mas enjoada... aí eu trabalhei lá seis mês, seis mês e vinte dias. Aí eu saí da casa dela, aí esses vinte dias ela não ia pagar não, era prá mim procurar meus direito e eu procurei. Aí eu fui lá arrumei um advogado, aí ele arrumou prá mim receber o dinheiro que faltava, aí eu consegui, ela pagou. Tem muito tempo isso, eu ficava com raiva porque os vinte dia ela não me pagava. (Camila)

... eu já levei patroa minha na justiça, porque ela não queria me pagar. [...] ...não trabalhei nem um mês, ela não quis me pagar. Eu saí de lá porque eu tava esgotava dela já. Minha menina deu pneumonia, ela era novinha e eu sozinha. Eu liguei prá falar prá ela que eu tava pro hospital. Aí ela virou prá mim falou prá mim no telefone: ‘você não me serve mais’. Aí eu falei prá ela: “emprego eu arrumo em qualquer lugar, agora, a vida da minha filha e saúde dela, nem seu dinheiro não compra. Então você acerta comigo o que tem prá acertar e eu vou buscar”. Aí ela falou: ‘não, o seu acerto tá feito, as passagem de você vir todo dia’. Aí eu falei: ‘você acha que eu ia trabalhar prá você em troca de passagem? Se eu quiser trabalhar prá fazer favor pros outro eu trabalhava pros meus vizinho aqui’. “ah, não vou dá...” Aí eu fiquei ligando, nada. Aí fui no Ministério do Trabalho lá em Brasília e denunciei ela. Aí não foi nem ela que foi lá me pagar, foi o esposo dela que foi lá e pagou. Quando o esposo dela ia saindo, era uma Juíza, ela falou bem assim prá ele: ‘quando você sair, você passa na recepção e pega uma cartilha, lá você vai ver os direito da empregada, porque hoje em dia a empregada tá tendo quase mais direito que o patrão. Não era igual antigamente não, que parecia um tapete que a pessoa pisava em pronto’. Aí ele ficou com vergonha e saiu, mas ele pagou. (Bruna)

Angélica (18 anos), ao ser perguntada se conhecia o ECA, afirmou que esse conhecimento se deu recentemente.

Eu fui descobrir isso agora, depois de velha, porque eu nem sabia o que que era isso, nem sabia que existia isso. Essas programa que você ganha dinheiro que hoje em dia tem, eu nem sabia também que existia. Tudo foi muito assim... porque a gente não teve orientação de pai, nem de uma pessoa bondosa, porque se for uma pessoa que tem um coração bom, ela não vai fazer isso que fizeram comigo. Primeiro lugar os estudo, depois o trabalho e lá onde eu trabalhava não, primeiro era o serviço... (Angélica)

Angélica atualmente participa de um Programa direcionado a adolescentes no qual ela recebe uma bolsa para trabalhar na condição de aprendiz numa empresa de telefonia. Só pôde alcançar essa possibilidade devido a um contato fortuito com a última patroa com quem trabalhou. Por ser auditora fiscal da Delegacia Regional do Trabalho, a patroa a encaminhou a esse Programa⁴⁶.

Na história de Alice (21 anos), vinda do interior há um ano, pode-se identificar que o reconhecimento dos direitos redundou na não-aceitação de situações que considera exploradoras. Foi demitida de um trabalho de doméstica por não aceitar trabalhar no domingo sem remuneração extra, porque não havia sido combinado.

Aí eu fui morar com a dona Ana, mas todo final de semana eu ia embora prá minha casa, no domingo cedo eu podia ir embora. E, igual eu comentei com você, ela falou assim prá mim: 'domingo você não precisa de ficar aqui, domingo cedo você pode ir embora'. Aí ela começou a falar prá mim: 'Ana eu quero que você fica prá mim prá você cozinhar esse domingo, o pessoal vem prá cá'. Aí eu falei prá ela assim: 'mas isso não tava combinado'. Ela falou assim: 'mas você é obrigada a cozinhar prá mim dia de domingo, eu te pago prá isso'. Eu falei: 'vai pagar separado?' Ela falou que não, então eu falei: 'pode me mandar embora, porque eu não venho trabalhar de domingo, se for pagar separado eu venho, agora se não for pagar separado eu não venho, porque esse não foi o nosso combinado. (Alice)

Em outra ocasião, solicitou que a patroa lhe assinasse a carteira.

Eu tinha uma patroa que eu trabalhei com ela quase uns três ano [dos dezoito aos vinte anos], durante esses quase três anos eu falava: "Marta

⁴⁶ O Programa oferece Plano de Saúde e Plano Odontológico além da remuneração mensal. Angélica pode contar inclusive com o atendimento psicológico da empresa.

assina minha carteira. Ela falava assim: “não Alice, você ganha tão pouco, só cem reais prá mim assinar sua carteira!” Eu falei: “já é alguma coisa, e se eu cair e quebrar o pé aqui, aí o que você vai fazer?” “Aí você fica uns dias descansando, depois você volta” [disse a patroa].

Ela teve a carteira assinada pela primeira vez quando trabalhava numa fábrica de bolsa aos dezessete anos.

Alice foi contratada para trabalhar numa confecção, mas gradativamente o trabalho foi sendo estendido para outras atividades, como: babá, cozinheira etc. na casa da dona da confecção, que lhe pagava extra pelos acréscimos. Para executar todas as tarefas, a patroa lhe propôs que trabalhasse nos finais de semana mantendo folgas às segundas e terças-feiras. Por fim, a patroa argumentou que *uma menina jovem como ela* não precisava de duas folgas semanais e lhe propôs que tirasse apenas um dia de folga. Alice acabou saindo do emprego alegando não só esse motivo, mas também por ter sido chamada a atenção por uma causa que considerou injusta.

Algumas entrevistadas reconhecem hoje a situação de exploração à qual foram submetidas na infância e/ou na adolescência.

Com onze anos nessa fazenda, eu lavava, eu passava, eu cozinhava e, ainda, levava comida na roça, que era o insuportável que eu achava. Achava o cúmulo do absurdo era eu por uma panela enorme na cabeça e levar na roça”. (Flora)

Aí lá eu dormia, não tinha criança não, era prá mulher economizar o transporte, não pagar o transporte prá mim eu tinha que dormir lá, já pensou? Aí eu dormia e trabalhava dia e noite. Tinha dia... ela tinha máquina de lavar e máquina de secar naquele tempo... eu tinha que fazer comida prá muita gente – acho que eu tinha catorze anos – era muita gente prá uma menina de... eu acho que é menina, hoje eu acho que é menina, hoje eu acho que uma menina de catorze anos não tem capacidade prá isso não. Era seis pessoas... sete adulto, eu fazia comida, lavava, passava e arrumava a casa. Tinha dia que ela chegava em mim e falava: ‘olha, amanhã eu quero essas roupa aqui limpa’. Eu tinha que lavar, secar e passar. Tinha dia que eu ficava até duas hora da manhã trabalhando e cedinho ela me acordava, porque ela trabalhava de manhã, ela trabalhava na parte da manhã e da tarde...” (Daniela)

3.2.3 A não-aceitação do trabalho doméstico para os filhos – outra forma de resistência?

Enquanto a maior parte das jovens e solteiras considera que o trabalho doméstico seja para elas uma atividade provisória e que certamente irão se capacitar para terem a chance de exercer futuramente outra profissão, as mais velhas e com filhos tenderam a deslocar essas esperanças para eles, já que em sua própria trajetória essa possibilidade é cada vez mais remota. Por isso, uma fala recorrente das entrevistadas é o desejo de que os filhos e as filhas não repitam suas trajetórias de trabalho, almejando para eles/elas postos mais bem qualificados nos quais possam trabalhar *limpinhos*. Daniela, que só tem filhos, se esforça muito (inclusive se sujeitando ao trabalho doméstico), segundo ela, para que estudem em escola particular. “Eu quero que eles sejam tudo o que eu não fui”.

Bernardes e Scarparo (1997) revelam que na pesquisa realizada numa vila na região metropolitana de Porto Alegre com mulheres que exerciam atividades remuneradas extra-lar em serviços de limpeza, faxina etc. o trabalho doméstico das filhas só era tolerado pelas mães quando se esgotavam todas alternativas de sobrevivência da família. Consideram-no, desse modo, como uma decorrência da situação de pobreza da família e das dificuldades encontradas para suprir as necessidades básicas.

Dalva foi uma das poucas que relatou que a filha de treze anos também trabalha de diarista, mas acredita ser essa uma experiência provisória, pretende que a filha se capacite para exercer outra profissão: “Então, o que eu passo prá minha filha é assim, ela tem que estudar, diferente de mim que não estudei. Porque eu não quero isso prá ela toda vida”.

Carolina também relata que uma de suas filhas trabalha esporadicamente em casa de parentes realizando pequenas tarefas domésticas, mas que ela só vai quando quer, não é uma exigência sua. Considera um trabalho que expõe a menina a situações que não compensam o ganho obtido (por exemplo, assédio sexual), por isso quando a filha não quer, ela não insiste.

Débora tem duas filhas casadas ainda na adolescência e relata com orgulho que “elas nunca lavou um prato prá ninguém”, pois considera o trabalho doméstico muito humilhante, sobretudo quando se é criança ou adolescente (conforme seu depoimento em item anterior).

Elizabeth, também refere não querer que a filha trabalhe como doméstica.

Jamais eu quero que meus filho trabalha de doméstica, não quero não. Eu converso muito com eles, prá eles estudar, prá nunca precisar desses trabalho mais humilde. Porque o trabalho doméstico é só prá quem não tem estudo. Prá quem tem estudo não precisa do trabalho doméstico não, só se for uma emergência. (Elizabeth)

Embora haja na sociedade brasileira uma predominância da opinião de que o trabalho da criança e do adolescente pobres tenha um caráter disciplinador, essa regra não se aplica ao trabalho infanto-juvenil doméstico, pelo menos na opinião da maioria das mulheres entrevistadas. As trajetórias marcadas pela humilhação, pelo abandono e pelo desamparo vividos na família e no trabalho parecem mobilizar suas opiniões no sentido de refutarem a possibilidade de que seus filhos possam vir a trilhar um caminho similar. Não há uma rejeição explícita em relação a outras profissões, pois reconhecem a necessidade do trabalho de todos os membros para o sustento da família, a rejeição veemente esteve sempre centrada no trabalho doméstico.

De acordo com Vaitsman (1997), as expectativas de melhoria de vida das mulheres de baixa renda se centram nos filhos, via educação, logo não é difícil

concluir que o trabalho doméstico seja visto por elas como um obstáculo a essa possibilidade e, por isso, muitas vezes rejeitado.

3.2.4 A avaliação do trabalho doméstico

Algumas das entrevistadas iniciaram suas avaliações ressaltando aspectos positivos do trabalho doméstico, avaliando-o como um trabalho digno como outro qualquer. Afirmaram que gostariam que a sociedade assim o reconhecesse, assegurando-lhes os direitos como a qualquer outro trabalhador. Entretanto, reconhecem que falta muito para esse reconhecimento pleno.

O bom porque é um serviço digno, mas infelizmente não é reconhecido, as pessoas não sabe valorizar uma doméstica, a maioria não. Porque você aprende muito, porque cuidar de um lar não é só trabalhar, mas você tem que ter confiança na pessoa, porque colocar dentro da sua casa...
(Angélica)

Eliana também vê o trabalho doméstico como outro qualquer, mas acha que deveria ser mais respeitado. Entretanto, não consegue desvincular o trabalho que realiza na casa de terceiros daquele realizado em sua própria casa. Considera que, quando está desempenhando suas funções de empregada doméstica, é como se estivesse numa extensão de sua própria casa.

É um serviço normal, que cada um tá ali ganhando seu pão, faz prá ganhar o seu pão. É um serviço que a gente tem que respeitar. É um serviço normal que a gente faz dentro de casa também, porque dentro de casa a gente é uma doméstica né? Então, eu considero aquilo como se fosse a minha casa. (Eliana)

Eliana consegue visualizar um ganho de *status* das empregadas domésticas atualmente ressaltando algumas *vantagens* se comparado a outros trabalhos precarizados.

Antes, de primeiro, dentro dos ônibus o pessoal não falava do que que trabalhava né? Se era doméstica, você tinha vergonha. Agora hoje não, hoje tá normal. Hoje, muita gente prefere trabalhar de doméstica do que trabalhar em firma. P – Por que? Eliana – Deve ser por causa do almoço quentinho na hora, tem a hora de sair, a hora de entrar. Às vez sai até mais cedo. (Eliana)

Na tentativa de reafirmar sua importância, algumas entrevistadas destacam a dependência da classe média em relação ao trabalho doméstico.

Eu acho que tinha que ser mais bem visto pelo povo, porque é muito útil, porque se não fosse nós doméstica como é que o povo ia trabalhar fora? Quem ia cuidar da sua casa prá você trabalhar? Depois você ia chegar cansada, estressada... então, do mesmo jeito que as pessoa cansa no serviço dele, a gente cansa fazendo aquilo ali também. [...] Eu acho que a pessoa tinha que valorizar mais, porque se não fosse nós, ai de vocês também. (Cecília)

Carolina, embora hesite, inicia a sua avaliação acerca do trabalho doméstico dizendo-o abençoado, e justifica “porque, tipo assim, se não fosse nós como que as mulheres que saem prá trabalhar ia viver?” Refere-se às *mulheres* como se ela própria não fosse uma que também sai para trabalhar fora deixando para trás seus próprios afazeres domésticos. Em seguida, contudo, reconhece a pouca valorização da doméstica, “tipo assim, eu sou doméstica. Ainda tem aquele preconceito”. Ela aborda também o fato de o trabalho doméstico, de certa forma, estar *impregnado* na mulher, pois avalia que desde pequena se sujeitou aos serviços domésticos e, por isso, não consegue romper com essa *sina*.

Uma coisa que eu poderia ter vindo desde o começo... [...] A minha menina de dez anos detesta serviço de casa, ela é muito moderninha, muito fresquinha. Eu tenho certeza que uma criança dessa, já começou assim, vai ser alguém. Eu tenho uma irmã que ela nunca gostou de ir prá roça se sujeitar a serviço doméstico, essas coisa. Ela cresceu um pouquinho. A outra irmã minha, toda vida se sujeitou, tudo que mandava fazer ia fazer, não é bem assim. Se você começar desde pequena com espírito fraco, você vai até morrer com aquele espírito. Parece que você acha que não é capaz de fazer outra coisa, e olha que é, às vez até é. Se você começar a ser doméstica, aí você cresce com aquela profissão nas costa e parece que... tipo assim, eu tô em casa no final de semana, vou no salão arrumo cabelo e tal... eu chego em casa, se eu vejo um tanque cheio de vasilha já tô lá lavando, estrago minha unha, parece que não tem aquela coisa... agora tem mulher que nossa, é intocável. Eu não tenho disso não. É ruim, é muito ruim, você já ser doméstica desde que você nasceu, praticamente. Não é uma profissão ruim, não é uma coisa do outro mundo, mas é ruim. Não é valorizado, não é, e eu acho que nunca vai ser. [...] Se tivesse jeito d'eu mudar eu mudava. (Carolina)

Dalva também faz referência ao trabalho doméstico como algo que desde cedo é *impregnado* na menina.

E nessa casa [onde trabalhou dos onze aos treze anos de graça, só para aprender o serviço] como a mulher era muito rigorosa com serviço de casa, tudo, aí ela me ensinou as coisa tão bem feita que eu fui pegando aquele ritmo dela, então... sempre doméstica, sempre doméstica. Tanto é que hoje eu adoro lavar roupa pros outro e passar, arrumar a casa, é que eu faço até hoje, até hoje eu trabalho disso... (Em outro momento se contradiz e se refere ao extremo cansaço que sente ao realizar estes trabalhos). (Dalva)

Algumas entrevistadas avaliaram o trabalho doméstico descrevendo-o como *gostariam* que ele fosse, idealizando um trabalho no qual o poder econômico não sobrepusesse os direitos trabalhistas, sujeitando aqueles que o realizam às *leis* e *caprichos* daqueles que pagam. Outras completam sugerindo que o simples cumprimento das leis trabalhistas já contribuiria para uma relação justa.

A avaliação do trabalho doméstico, em geral, baseou-se na experiência pessoal. Não conseguiram analisá-lo para além das condições concretas por elas vivenciadas. Para Andréa, por exemplo, o simples fato de poder receber um salário por aquilo que denominou “fruto do seu suor”, já faria com que o trabalho doméstico fosse digno, pois sua experiência foi de ter trabalhado durante dois anos e meio,

sem nunca ter recebido um salário. Este vinha sempre em forma de “ajuda” para custear os estudos, doação de roupas usadas e alimentação. Andréa ressalta também a relação assimétrica vivenciada entre empregada e patroa, na qual a segunda detém o “poder” e subjuga a primeira.

Olha, eu avalio assim, ele é bom, mas quando você tem seus direitos, quando você sabe que você tem e que você recebe o seu suor que você trabalhou, tudo, que você valorize e que as outras pessoas que tá convivendo com você valorize o serviço, você, que trate você da melhor forma possível como um ser humano é tratado. Não como aquela pessoa é mais poderosa, vai tratar um de baixa renda do jeito que ele acha, que vai humilhar, vai fazer do jeito que ele quiser, só porque ele tá ali naquela casa e tá precisando daquela pessoa que tem um nível mais alto. É bom trabalhar, ter o seu dinheiro, mas quando você trabalha e você não tem não é bom. Eu acho que muitas pessoa gosta do que faz, com certeza, mas quando elas são valorizada, mas quando elas não são valorizada não vale a pena. (Andréa)

A forma como o trabalho doméstico foi sendo instituído no Brasil possibilitou que um conjunto de atitudes fosse sendo construído em termos de relações entre empregadas e patroas. Uma delas é a atitude paternalista apontada por Kofes (2001, p. 138), apoiada em Schawrtz, que se constituiria no traço marcante das relações sociais desiguais no Brasil desde a sua formação. Conforme Kofes, esse autor observa o significado da empregada doméstica na sustentação de certas atitudes culturais de um tempo passado e que são ainda constitutivas do presente; uma delas está relacionada ao paternalismo. Para Schawrtz (*apud* Kofes, 2001, p. 138) “O paternalismo, na relação em que há um polo forte e um inferior, caracteriza-se pela ausência de fronteira clara, no polo forte da relação, entre a autoridade social e a vontade pessoal”.

Já para Melo (1998, p. 325), “patroa e empregada participam de uma relação de identidade mediada pela lógica de servir ao outros como algo natural, embora essa relação trabalhista tenha dois efeitos contraditórios: de um lado, a questão de classe, de outro a identidade de gênero.”

Várias entrevistadas atrelaram a avaliação do trabalho doméstico à conduta da patroa, ou seja, ele é bom quando a patroa é boa.

O bom, é difícil até distinguir o bom do ruim, porque isso varia muito de família, tem patroa que humilha demais, pensa que tá pagando... porque, no Brasil é assim, pensa que por tá pagando ela tem o direito de mandar e desmandar, gritar com você e não gritar. A maioria das vezes que você vai é assim, é raro, dá até prá contar nos dedos as patroas que eu já fui que foram boas. (Angélica).

Essa recuperação do lado “bom” do trabalho doméstico, vinculando-o à patroa, ocorreu pelo fato de ter sido no seu exercício que ela se deparou com uma patroa que lhe apresentou outras oportunidades de trabalho ao encaminhá-la a um Programa de apoio ao adolescente. Por meio dele ela aprendeu a lidar com computador e hoje trabalha num *call center*. Bernadete que trabalha com a ex-patroa de Angélica também vincula sua avaliação à conduta da patroa.

O trabalho doméstico não é um trabalho ruim, é um trabalho bom, eu acho. Porque... porque, assim, dependendo da pessoa que a gente trabalha, eu acho que compensa, mas dependendo também... P – Você acha que depende da patroa? Bernadete – É, da patroa, eu acho. (Bernadete)

Bruna também associa sua avaliação ao fato de ter tido uma experiência positiva no trabalho doméstico, aprendendo muitas coisas que não sabia e sendo criada pela patroa como filha dos doze aos dezessete anos.

Acho que é assim, igual, eu trabalhei esse tempo com ela, eu aprendi bastante, então, eu não acho que seja uma coisa difícil. Às vezes vai muito das patroas, tem muitas patroas que exige muito das pessoas e, às vezes, aquela pessoa não agüenta, muita pressão em cima. Mas eu não acho uma coisa difícil. (Bruna)

Mas ressalta também o lado ruim do trabalho doméstico, que é o de não se ter assegurados todos os direitos pertinentes aos demais trabalhadores.

... o lado ruim dos afazeres domésticos, e que a gente... agora que tá melhorando, a gente antes não tinha valor. Igual, eu acho errado a gente que é empregada doméstica, trabalhar mais de seis mês e não ter direito a seguro desemprego. Acho isso errado demais, porque eu acho que é o serviço que mais trabalha é o doméstico. Você tá ali toda hora, você não pára, você não tem uma folguinha prá sentar assim, comer e fazer uma digestão, você almoçou, em seguida, você já tá cuidando das coisa. Então, eu acho isso muito errado, acho que é a lei, as pessoa que ocupa esses cargo assim, devia ver isso aí prá gente né? Igual, tem gente que trabalha mais de ano, muito tempo e sai com aquele acertinho e pronto, mas não tem segurança nenhuma de seguro desemprego. (Bruna)

Dalva, embora reconhecendo ser o trabalho doméstico uma das poucas profissões que restam às mulheres que não completaram os estudos, não se mostra muito conformada com a situação de humilhação pelas quais passam as domésticas. Para ela também um fator determinante para se avaliar o trabalho doméstico é a conduta da patroa em relação à doméstica. Considera que a maioria das patroas não valoriza o trabalho doméstico, “ela só dá valor na empregada doméstica enquanto ela tá ali, agarrada no serviço, deu um dia que ela não vai, já começa a falar, que é porque é preguiça, que é porque é isso e aquilo, largou o serviço...”. Ela inclusive sugere que assim como as patroas exigem referência da empregada, esta também deveria obter uma referência em relação à patroa.

... engraçado, você vai arrumar um serviço, sempre a patroa quer uma referência, de onde você trabalhou, como você é prá fazer o serviço. Elas não imagina que a gente também teria que pegar uma referência dela. Se ela é uma boa patroa, se ela é boa prá pagar, se ela não é enjoada. É uma coisa engraçada, elas quer referência da gente, mas elas não dão a referência dela prá gente. [...] ... só porque você tá sendo empregada, você tem que acreditar, confiar no que ela tá falando. Então, é sempre assim. (Dalva)

Elisa refere que o fato de estarem expostas ao assédio seja um dos piores aspectos do trabalho doméstico e também vincula à conduta da patroa sua avaliação afirmando que é um tipo de trabalho

que não tem vantagem nenhuma. Porque quando a patroa é sua amiga, ao mesmo tempo, ela tira da gente também. Porque quer que você fique final de semana, fala que vai sair ou chega domingo na sua folga pede para você ficar. Às vezes trata você bem não é porque gosta da gente é porque tendo a gente como amiga é melhor. E você fica sem como falar não prá pessoa. (Elisa)

Para Cecília, o trabalho doméstico, assim como os demais, tem seu lado bom e seu lado ruim. “O lado bom é você ser compreendida dentro do seu serviço, porque todo mundo merece compreensão, valorizar o serviço, porque é um serviço como outro qualquer”. Mas reconhece também que é pouco valorizado, mesmo assim, refere gostar do que faz.

É um serviço mais baixo né? Menos categoria, mas é um... é um dos melhores serviço que eu posso falar prá você, eu acho... não em termos de dinheiro, essas coisa assim. É uma coisa que se a gente fosse analisar assim... como eu posso falar... eu não sei é falar mesmo. É um serviço que você tá sempre em casa, você tá sempre dentro do lar. P – Você acha que é positivo, o fato de você estar sempre dentro do lar? Cecília – É uma coisa que você tá sempre ali... fazer aquilo que você faz bem feito, é uma coisa que você gosta. Porque prá você fazer direito, você tem que gostar, porque se você não gostar também... não adianta. É uma coisa com carinho, porque se você tá fazendo ali é porque você gosta, se não... não tem jeito. (Cecília)

No que tange aos direitos, Bernadete considera que

as leis eu acho que deveria ser assim, eu acho que a empregada doméstica tinha que ter mais direito, porque ela é uma trabalhadora igual qualquer uma outra. Eu acho que ela tinha que ter os mesmos direitos, porque ela não tem. Eu acho que é muito desvalorizado. (Bernadete)

Alessandra se limitou a afirmar que não quer essa vida (de trabalhadora doméstica) para ninguém e responsabiliza o trabalho doméstico pelo atraso em seus estudos.

Eu acho que por eu perder os anos que eu perdi de escola, eu perdi foi muita coisa porque hoje era prá mim tá terminando né? E por serviço mesmo, eu acho que eu não quero isso prá minha vida não e prá ninguém. Porque todo mundo procura o melhor. Eu comecei a trabalhar muito cedo e hoje eu sinto, eu vejo minhas amiga e outras pessoa, minha mãe, por exemplo, eu não quero essa vida prá ela... (Alessandra)

Alice considera que a condição primeira para que crianças e adolescentes trabalhem está no seu pertencimento de classe subentendendo que, mesmo que a lei proíba, as exigências da sobrevivência falam mais alto. Assim, ao avaliar o fato de adolescentes com menos de dezesseis anos não poderem trabalhar argumenta:

Eu acho que tem o lado positivo e o negativo. O lado positivo é que vai poder se dedicar mais aos estudos, ter mais tempo prá poder aproveitar, mais e se for de uma família carente... pobre... não tem, assim, muito lado positivo, porque se precisa o jeito é ir... talvez quando começa a trabalhar cedo demais acaba abandonando os estudos por causa do cansaço, o cansaço é que faz com que a pessoa desanima de trabalhar. P – Então, você acha que o que determina se esse adolescente vai trabalhar ou não é... Alice – A classe social, com certeza. A classe social manda muito, porque se for uma pessoa controlada ele nunca que vai precisar trabalhar com doze anos, ele vai trabalhar mais na frente, quando dá na cabeça dele, mas com uma pessoa de classe média, a situação vai apertar e ele vai ter que começar a trabalhar”. A necessidade em relação ao trabalho viria da própria família que o pressiona. “E a pressão vem logo da própria casa, da família mesmo. ‘ó, você tem que trabalhar, você tem que ajudar aqui dentro de casa também, o negócio não é só comer não’. Então, de certa forma o pai e a mãe também faz uma pressãozinha. É onde que a pessoa acaba indo e para de estudar por isso. (Alice)

Bianca, ao avaliar o trabalho doméstico, destaca sua discordância com o fato de a criança ter que trabalhar.

Não sei, eu acho que... começar a trabalhar cedo eu não concordo porque começar com dez anos, ainda é uma criança. E, principalmente, trabalhar de doméstica, porque isso não é um serviço fácil. Eu acho que trabalhar numa idade mais avançada acho que seja bem melhor, porque eu não tive infância, tive que trabalhar, quando eu comecei a trabalhar [fora] eu já trabalhava em casa. Eu acho que trabalhar com a idade mais avançada seja bem melhor. Porque se você começa a trabalhar com dez, onze anos, você deixa de estudar porque não tem como né? Foi o que aconteceu comigo, meu sonho era terminar, pelo menos, o terceiro ano, mas eu já vi que isso...” (Bianca) Ao analisar o trabalho doméstico de forma geral, considera que o único ponto positivo é o fato de receber o salário no final do mês, sendo assim, não restaria nada de bom nessa modalidade de trabalho. “Acho que tudo [é ruim]. Você já imaginou, você tá trabalhando e você quer dar o melhor de si, faz tudo direitinho aí a pessoa chega: ‘ah, isso aqui não tá direito’, ‘ah, isso aqui não é assim’, é difícil. (Bianca)

Assim como Bianca, Bárbara só enfatizou aspectos negativos em relação ao trabalho doméstico.

Eu acho que o trabalho doméstico é muito humilhante, muito humilhante, porque tem patrão que não dá valor na gente. Se a gente tiver sadia, não tem melhor, a gente não pode adoecer, a gente não pode cansar, a gente que trabalha no trabalho doméstico, não pode não. Não pode clamar cansaço não e adoecer menos ainda. Se a gente adoecer um dia e faltar o serviço, já é preguiça, vixe Maria, já fecha a cara prá gente. Eles não reconhece direito da gente. Patrão não reconhece direito de ninguém não. Eles só quer saber deles. Eu acho que é muito humilhante. A gente trabalha porque precisa. (Bianca)

Mesmo reconhecendo que hoje ele é mais valorizado e menos discriminado, Daniela também considera o trabalho doméstico

um serviço muito inferiorizado, que ninguém dá valor. [...] A gente sofre muito... é muito discriminado. Você chegar prá fazer uma compra num lugar e falar: 'o que que você é?' Se você falar que você é do lar, você não é discriminada, mas se você falar que você é doméstica, a pessoa já discrimina. (Daniela)

Eugênia retrata a discriminação da mesma forma.

Eu vejo assim, porque noutra serviço, noutra área de serviço você tem mais direito, você é mais valorizada e de doméstica não. Doméstica você olha assim... a pessoa olha prá uma doméstica, não valoriza ela como ser humano não. Ela é menosprezada, ninguém vê uma doméstica como uma pessoa normal não. Igual, eu sou doméstica e tem alguém aqui que é... a gente vai fazer uma compra, aí eu sou doméstica e tem uma outra aqui que é vendedora, aquela que é vendedora é mais valorizada do que eu que sou doméstica. Então, o serviço doméstico hoje não é visto como serviço normal, como outro qualquer. (Eugênia)

Considera que essa desvalorização decorre do fato de elas "sempre viver limpando a sujeira dos outro, limpando o chão dos outro, aí as pessoa não valoriza não. Acha que você serve para fazer só esse tipo de coisa e acabou". Entretanto,

reconhece que, quando se é contratada por uma firma para a execução de serviços gerais (também para limpeza), a discriminação não é tão grande como no trabalho nas residências.

...eu acho que as pessoas valorizam mais a pessoa que trabalha de fazer serviço geral numa firma do que quem trabalha diretamente dentro de uma cozinha. Acho que eles vêem a gente com outros olhos. Não sei, parece que quem não lava, não passa, não lava um banheiro, ele não é visto como doméstica, mesmo limpando um chão de uma firma, ele não é visto como doméstica. (Eugênia)

O elemento que ela traz à tona, na realidade, é o fato de o trabalho doméstico ser executado em uma residência onde a empregada está mais sujeita às arbitrariedades dos patrões devido ao seu isolamento e às relações completamente informais que são estabelecidas.

Essa é também a opinião de Elza que hoje trabalha executando serviços gerais em um centro especializado em hidroterapia. Ela considera que

em qualquer firma que você for trabalhar, você é mais valorizado do que empregada doméstica. [...]Eu acho melhor, mais valorizado, até pelos direitos que a gente tem. Porque doméstica não tem horário de almoço, não tem horário prá sair e numa firma não, numa firma a gente tem horário prá almoçar, a gente tem horário prá sair. [...] ...e também não recebem seguro-desemprego, tem pessoa que não recebe 13º. (Elza)

Sente que a desvalorização do trabalho doméstico vem da própria categoria, alicerçada pelo fato de serem pobres.

Sei lá... é uma classe assim... parece que... a própria pessoa já diminui em ser doméstica. P – O próprio trabalhador? Elza – O próprio trabalhador já diminui em ser doméstica. P – E por que você acha que eles são assim? Elza – Sei lá... dá a impressão que assim que é... porque é muito pobre. Eu tenho essa impressão, porque a pessoa é muito pobre, não consegue fazer mais nada a não ser trabalhar de doméstica. Eu vejo assim. (Elza)

Para algumas entrevistadas, o trabalho doméstico é a única opção para mulheres que têm baixo nível de escolaridade. Algumas delas se mostram mais conformadas, como são os casos de Cláudia e Camila. Camila se refere ao trabalho doméstico como um “serviço que a gente já se acostumou, não acho ruim não [...] Se der prá mim qualquer serviço que eu vejo que eu dou conta de fazer, eu faço”. Reconhecem que não conseguiriam exercer outra profissão por terem estudado pouco (ambas ficaram retidas na primeira fase do Ensino Fundamental). “Porque eu estudei até a quarta série, eu não estudei mais, aí outro serviço eu não sei fazer, só serviço doméstico mesmo”. (Cláudia)

Esse conformismo também pode ser identificado em Diva, que é analfabeta.

Ele não é ruim não, só os outro que fala que ele é ruim, mas ele não é ruim não. Como diz o ditado, se a gente não sabe ler ou escrever tem que trabalhar e ganha do mesmo jeito, não é? Come do mesmo jeito, então, eu não acho o serviço doméstico ruim não, ele é bom. P – Você acha que tudo dele é bom? Não tem nada que te desagrada? Diva – Não, não tem nada que me desagrade nele. (Diva)

Somente quando questiono sobre a patroa que teve na infância, que a tratava mal, inclusive privando-a de agasalho e comida é que Diva reconhece o lado ruim do trabalho doméstico, ainda, assim, considera que foi um *erro da mãe* tê-la deixado um ano com aquela senhora e completa, “agora depende se a gente encontra uma patroa boa, igual eu encontrei essa antes d’eu engravidar, ela foi muito boa prá mim, ela me ajudou”.

Outro aspecto por ela levantado é o fato de não se ter estabilidade no emprego doméstico.

Outra coisa, se você der uma falha no serviço, elas te manda embora, elas não preocupa se você fez compromisso com o dinheiro, se você necessita daquele serviço, se você falou foi porque realmente precisou de você falhar. E ela prá despedir a gente, ela não tá nem aí. Ela te manda embora e pronto. Prá você largar ela, você tem que avisar antes, se você largar ela na mão, ela te chama de irresponsável. Se você precisa de uma referência dela, ela já não dá referência boa da gente. Então, sempre tem isso. (Dalva)

3.2.4.1 O trabalho doméstico comparado à escravidão

Embora a escravidão, da forma como foi apresentada pela história até o século XIX, tenha sido superada, suas marcas estão ainda presentes na organização do espaço doméstico e são materializadas principalmente na figura da empregada doméstica, segundo seus próprios discursos. Essa é, porém, uma associação impossível de não ser feita se consideradas as relações, ainda atuais, que se estabelecem entre patrões e empregadas. Assim, uma avaliação recorrente das empregadas relaciona o trabalho doméstico à escravidão. Segundo Kofes (2001), a palavra escravidão no discurso das domésticas por ela entrevistadas refere-se,

por um lado, à explicação de sua própria existência como empregadas doméstica: um sentido histórico propriamente dito” e, por outro, ela pode estar se referindo “à uma situação presente expressando a ausência de tempo e espaço livres, a ausência de liberdade: um sentido metafórico.

Acredita-se, ainda, que recorram ao termo “escravidão” para avaliar o trabalho doméstico devido às relações estabelecidas com as patroas. Eugênia considera que a empregada doméstica hoje vive submetida ao que ela chama de “escravidão moderna”, e o que a diferenciaria da escravidão propriamente dita é o recebimento do salário.

Hoje eu falo assim, que o trabalho doméstico, não generalizando, mas o trabalho doméstico, a maioria das pessoas... eu vejo o trabalho doméstico hoje como uma escravidão moderna. Hoje eu tenho essa mente. Por mais que as pessoas fala assim: 'a pessoa é da minha família', que família nada, eles fala isso assim... realmente hoje você não é considerada... eu não considero o emprego doméstico como uma escravidão, porque você tem uma remuneração, mas prá mim, no meu ponto de vista, é uma escrava moderna'. (Eugênia)

Entretanto, se considerarmos as condições de um terço das mulheres entrevistadas que indicaram que, em suas trajetórias, trabalharam pelo menos por um período (algumas vezes longos) em troca de alimentos, roupas e calçados, poderíamos inferir que o trabalho doméstico pode guardar ainda mais semelhanças com o trabalho escravo.

Graham (1992), ao analisar as condições de contratação de serviços domésticos no final do século XIX e início do século XX , destaca aspectos que muito se assemelham às condições vivenciadas pelas mulheres entrevistadas em suas trajetórias no trabalho doméstico, por isso a fácil relação. Segundo a autora, naquele período, meninas de até oito anos já estavam empregadas, mesmo depois da abolição da escravidão. “Os empregadores procuravam insistentemente meninas de dez ou doze anos porque eram mais baratas – a patroa podia fornecer roupas ou ensiná-las a costurar em lugar de dar-lhes um salário” (GRAHAM, 1992, p. 36). Como demonstra a realidade do grupo entrevistado, a entrada para o trabalho na casa de terceiros ocorreu para a maioria entre os dez e doze anos, o que demonstra que não houve uma significativa mudança na absorção da mão-obra do trabalho doméstico em um século.

A sujeição a toda ordem de imposições, inclusive ao assédio a que a doméstica é exposta, também faz com que a profissão seja avaliada por elas como se fosse uma “escravidão”, pois consideram que, principalmente na infância e na

adolescência, não reuniam condições de se rebelarem contra qualquer tipo de abjeção desferida pelos membros da casa.

E isso [assédio] acontece demais. Aqui em Goiânia tem muito caso de amiga minha que é doméstica, acontece de patrão assediar, porque pensa que as empregada é obrigada a tudo. É como se fosse escrava. O povo fala: 'a escravidão acabou', prá mim não acabou não, enquanto eu ver um monte de amiga minha, coitada, que não tem mãe, não tem uma ajuda, falar isso prá mim, não acabou. Porque acabou, assim, perante o povão mais chique, mas, na verdade, você vai analisar, não acabou, acontece demais isso. (Angélica)

Angélica estabeleceu a relação entre trabalho doméstico e escravidão em decorrência de sua própria experiência, pois foi assediada enquanto morava na casa da patroa na condição ambígua em que vivia, como *filha* e empregada.

Essa associação é destacada por Graham (1992) ao analisar as condições das criadas *porta à dentro* do final do século XIX e início no século XIX no Brasil. O fato de serem preferidas pelos patrões para execução dos trabalhos dentro de casa – ao contrário daquelas que tinham que sair às ruas para realização de tarefas como lavar roupas, comprar alimentos etc. – poderia pressupor a proteção delas, mas

a reclusão na casa podia ocultar o isolamento ou o aviltamento das criadas. [...] Precisamente porque o trabalho dentro de casa trazia proximidade com os mais poderosos, dos quais não tinha o direito de discordar, a criada podia ser vítima da raiva da patroa ou sofrer abuso sexual do patrão ou de seu filho (GRAHAN, 1992, p. 64).

Nos relatos das entrevistadas pode-se identificar esse aspecto.

Porque tem gente que pensa que porque você trabalha de doméstica você é uma escrava, não é, é um serviço como outro qualquer, você merece respeito, você tem que ter dignidade, porque é uma profissão como outra. (Cecília)

Porque é um trabalho muito dificultoso, a gente sofre demais é como... a gente encontra pessoas boas e pessoas más, encontra de todo tipo. Seria, o trabalho doméstico, tipo assim, eu vejo hoje, ainda continua, as pessoas exploram, é tipo uma escravidão. É assim que eu vejo, mas a gente precisa trabalhar, tem que enfrentar qualquer coisa. (Glória)

A referência à escravidão também pode ser resgatada quando Alice advertiu os patrões (ou seus filhos, como é o caso) que, embora sendo negra, não podia aceitar tratamentos equivalentes àqueles direcionados aos escravos. "...primeiro lugar, meu nome não é pretinha, escravidão já acabou..." (Alice)

A menção à desvalorização que permeia o emprego doméstico pode estar expressa na forma como as empregadas analisam a conduta dos patrões em relação a elas, sentindo-a como se não fosse uma relação entre seres humanos. "Porque as pessoas acha que por a gente ser empregado, a gente não é gente, como já aconteceu várias vezes". (Bianca)

Segundo Kofes (2001) em sua pesquisa, as empregadas, mais que as patroas, recorreram ao termo *ser humano* na tentativa que explicitar a negação da condição *escrava* ou *máquina* e também de apontar, em algum plano, a igualdade com a patroa.

Por fim, as próprias entrevistadas reconhecem em suas avaliações que estão mais vulneráveis a toda sorte de abusos e maus-tratos quando se é criança ou adolescente. As entrevistadas mais jovens argumentam que têm dificuldade em arrumar trabalho por serem menor de idade. Isso pode ser em decorrência de uma maior divulgação tanto das leis de proteção da criança e do adolescente, como também das leis referentes ao trabalho doméstico. Normalmente a recusa da contratação se refere mais a uma forma de auto-proteção contra possíveis aborrecimentos e menos à preservação dos direitos das crianças/adolescentes e

das domésticas, como pretendem o ECA e a CLT. Além disso, paira a desconfiança de que não vale a pena pagar um salário mínimo a uma adolescente porque ela pode não conseguir executar o todo o trabalho que uma adulta executaria, faltaria a experiência. Na avaliação de Aline, também estão mais vulneráveis que os adultos a provocarem desconfiança dos patrões em relação a furtos.

...você trabalha porque você precisa, porque hoje em dia também pra pegar de menor com a carteira assinada é muito difícil você achar, é muito, muito difícil. P - Por que você acha que hoje é difícil? Aline – Porque a pessoa não tem esse... a pessoa não tem esse... percurso que nós tá precisando, ele não tem essa experiência que nós tá querendo, nós tá querendo uma pessoa experiente aqui, é muito novo nós não quer. [...] 'não, não quero é de menor, eu não gosto de mexer com pessoa de menor, eu quero gente de maior, com responsabilidade'. Porque pensa que você é novo você não tem responsabilidade. É muito difícil pra você arrumar serviço que presta sendo de menor, não é fácil de jeito nenhum [...] ... pensa que você não dá conta ou pensa que você vai pro serviço só pra roubar. Porque tem muito de menor que arruma... isso aí é muito porque as pessoa já passou por essa experiência, coloca gente de menor em casa ele rouba, vai embora com seus trem tudo, DVD, televisão. Muitas pessoa já passou por essa experiência, aí pensa que todo mundo é igual. (Aline)

Angélica foi uma daquelas que condenaram de forma mais contundente o trabalho infantil doméstico.

... agora de infância não, eu acho que é totalmente errado. Eu falo assim, se um dia eu formar eu tinha que me formar em direito, porque em hipótese alguma eu ia aceitar, menos de dezoito anos não deveria trabalhar de doméstica, em hipótese alguma, porque é humilhante sim. Aproveita, porque a gente é boba, a gente não sabe. Eu, na primeira vez que eu ganhei meus cinquenta reais, nossa senhora, aquilo pra mim era muito dinheiro, sendo que, na verdade, eu fazia tanto, me atrapalhou tanto, porque se tivesse uma infância como qualquer outro jovem, no futuro eu não sofreria tanto, como agora eu vou ter que ralar pra alcançar o tempo perdido dos meus estudos, entendeu? Ser alguém. Apesar que eu tô tendo muita oportunidade boa. (Angélica)

Débora também considera que a exploração no trabalho doméstico é ainda maior quando se é criança ou adolescente.

Quando a pessoa é adulto elas [as patroas] ainda respeita, mas quando é de menor, elas não tá nem aí. P – Você acha que quando a menina é mais jovem é pior ainda? Débora – Eu acho que ainda é pior ainda, porque quando a pessoa é uma pessoa adulta, tem seus... já é adulta, ela tem mais... ela enfrenta, se a pessoa tiver explorando ela, ela chega, conversa. Quando a pessoa é de menor, ainda mais quando é nessa parte que é mais pobre, mais carente, aí a pessoa humilha e a gente se humilha, ainda, por ter... falar: “eu tenho um serviço, eu preciso, então, vou se humilhar prá ela”. Então, eu acho que quando a pessoa é adulto, já é mais difícil das pessoa aproveitar. Aproveita, mas não é tanto. (Débora)

3.2.4.2 Aspectos positivos do trabalho doméstico, uma avaliação por vezes contraditória

Embora os aspectos negativos tenham sido muito mais recorrentes nas avaliações do trabalho doméstico, pode-se constatar momentos em que, contraditoriamente, as entrevistadas o consideravam um bom trabalho. Dalva, que no decorrer da entrevista foi invertendo sua opinião a respeito do trabalho doméstico, inicia afirmando que é um trabalho que ela gosta muito de executar “... mas eu gostava mesmo de doméstica, eu gosto de trabalhar assim, lavar roupa e passar, é o que eu mais gosto, é o serviço que menos as mulher gosta, é o que eu mais gosto”. Curiosamente, ao final da entrevista, Dalva foi uma daquelas que, com mais veemência, apontaram a precarização do trabalho doméstico criticando a postura das patroas que não valorizam a empregada. Sugere, inclusive, que as patroas também deveriam estar sujeitas a apresentarem uma carta de referência às empregadas no momento da contratação.

Assim como Dalva, Fátima apresenta avaliações divergentes sobre o trabalho doméstico. Num primeiro momento, ela relata que é um tipo de trabalho por meio do qual se aprende muita coisa, embora seja cansativo. “... sabe fazer muita

receita, sabe fazer comidinha gostosa, biscoito, um punhado de coisa. É muito bom aprender, mas que é cansativo, isso é. Serviço de casa cansa”. Não o considera um trabalho desvalorizado, pois nunca se sentiu discriminada nos locais em que trabalhou. Segundo ela, “nunca [alguém] falou: ‘a empregada’, não. Na hora do almoço ninguém me discriminava...”, mas no decorrer da entrevista faz uma outra avaliação:

Eu acho que é muito difícil a gente ficar velha trabalhando de doméstica, porque tem dia em casa que a gente não tá dando conta de agachar muito e esses agacha, levanta... e noutra trabalho, trabalha mais em pé, trabalha mais sentado e doméstica não senta, não tem horário de almoço, não tem. Ali, terminou de comer já começa, não vai nem cinco minutos, tem que arrumar a cozinha, não dá tempo de nada. [...] ... acho que eu não agüento mais o dia todo prá valer mesmo. A gente chega em casa tão cansada, às vezes, toma três ônibus prá chegar no trabalho. [...] Dói tudo, nem tanto do trabalho, de ir pro trabalho e voltar, em pé, que a gente não senta nos ônibus. Ninguém acha trabalho perto de casa, nesses bairro, e se achar também é bem menos [o salário]. (Fátima)

Fátima, embora tenha retratado vários aspectos negativos do trabalho doméstico, considerou positivo o fato de ter trabalhado desde cedo, pois, segundo ela, chegar à adolescência faz com que as meninas comecem a pensar em *coisa errada* e estando trabalhando isso não acontece.

... a partir do momento que você é adolescente, você pensa nas coisa errada e você trabalhando, você não pensa. Você tava lá fazendo uma coisa que você vai ganhar seu dinheiro e, hoje em dia, é normal a menina que for trabalhar não vê tantas coisa, a gente recebe orientação. Nesse ponto aí eu acho que eu não atrasei não, eu atrasei no meu modo de divertir, d'eu sair, eu não saía. (Fátima)

Esquece-se de sua própria experiência de uma gravidez indesejada aos dezoito anos, embora tenha trabalhando durante parte da infância e toda a adolescência. Abandonada pela madrasta, que não aceitou a gravidez, teve que procurar abrigo na casa que a empregou a pedido do namorado.

Para Gilda o lado bom do trabalho doméstico na infância foi lhe ter proporcionado uma maior convivência com as pessoas, pois era filha única. Possibilitou-lhe também o aprendizado do trabalho e a conhecer o caráter das pessoas.

Eu analiso bem as pessoas que eu convivo, que eu trabalho. Muita das vezes que eu trabalhava assim, eu já sabia o que que a pessoa queria, o que que não queria, porque eu presto muita atenção quando eu tô movimentando num lugar. (Gilda)

Apontou também o lado ruim, a desconfiança dos patrões. Relata que já foi testada em diferentes ocasiões quando as pessoas com as quais trabalhava colocava propositadamente dinheiro ou jóias em roupas a serem lavadas ou passadas, debaixo de móveis para avaliar sua honestidade.

Tem muitos que cai por causa disso, não presta a atenção e... pensa que isso aqui tá é perdido. Não tá. Muita das vezes também, lugar que trabalha mais de duas pessoas, às vezes, uma pode fazer e a outra não, pode cair a culpa na outra que não faz. Aí o que que acontece, o empregador, não presta a atenção o qual que age, o qual que não age. Pode ser injustiçado. (Gilda)

Em relação ao trabalho infantil Gilda revela ser favorável pela mesma razão apontada por Gabriela que julga que as mulheres têm a capacidade de ficar *imaginando coisas*, por isso é favorável que comecem a trabalhar desde cedo.

... é uma experiência que aprende desde novo ter responsabilidade pelo que faz e saber que não pode ficar dependente só de outra pessoa, do pai e da mãe, que pode... eu acho assim, os meus, eu tenho dois homens, eles começaram a trabalhar muito cedo também, só que como tá agora, as criança ficam muito [na] libertinagem né? Na rua, eu sou assim, eu acho que colocar prá fazer um cursinho, então, daquele curso ele já partir prá outro serviço. Que nem hoje em dia, eu sou a favor de começar cedo. (Gilda)

3.2.5 Os problemas de saúde decorrentes do trabalho doméstico

Assim como em outras modalidades de trabalho, o trabalho doméstico favorece as chamadas doenças funcionais. Neste caso, grande parte delas é proveniente da dupla jornada de trabalho, que proporciona um grande desgaste físico, o que é agravado pela não incorporação de posturas mais adequadas para a realização das tarefas e também por não poder se privar de tarefas que extrapolam os limites do corpo.

Andrade (2001), ao estudar a saúde das trabalhadoras domésticas no México, afirma que da mesma forma que o trabalho doméstico, muitas vezes, não é visto como trabalho, assim também não se compreendem as patologias específicas dele decorrentes. Além de apontar aquelas que podem ser identificadas de forma mais evidente, chama a atenção para outras menos objetivas decorrentes de diferentes situações como: “imposibilidad de cumplir con dos trabajos, sensación de dejar todo incompleto, sentimientos de insatisfacción frente a las pocas expectativas de triunfo y autoatribución de fracasos” (ANDRADE, 2001, p. 39), que podem levá-las a várias doenças psicossomáticas.

Quase todas as entrevistadas referiram-se às doenças provenientes do trabalho doméstico, principalmente por terem nele se iniciado muito precocemente. Angélica diz ter um desvio na coluna.

É aquela, limpar a casa carregando aqueles balde pesado, eu peguei criança, eu comecei a pegar criança com oito anos de idade, menino grandão. Eu cuidei... eu lembro que nos meus dez anos eu cuidei de um bebê de cinco mês que pesava sete quilos, enorme o menino. E eu carregava prá todo lugar. E desvio de coluna não tem como consertar agora, porque, se desde nova tivesse feito tratamento, teria, mas o ortopedista disse que agora já não tem como, acaba ficando. (Angélica)

Ela relata que enquanto morava com essa senhora teve pneumonia, pois *pegava friagem* dormindo num colchão no chão. Além desse problema físico, restou a Angélica um trauma psicológico devido ao abandono vivido na infância quando foi

deixada pela mãe na casa em que trabalhou até os quinze anos. Diz que às vezes sente vontade de morrer e que não consegue ficar sozinha.

Bianca relata que aos dezessete anos quebrou o braço enquanto trabalhava de babá e, sem receber nada, foi mandada embora. Questionei se ela não procurou seus direitos e ela disse:

Eu sabia que eu tinha direito, mas ela disse prá mim que ela tinha condição de pagar advogado e eu não, não tinha ninguém por mim, que que eu ia fazer? Porque ela tinha irmão advogado. Ela falou assim prá mim, que ela tinha como pagar advogado e eu não. (Bianca)

Alessandra, Bárbara, Bernadete, Dalva e Glória dizem que hoje não agüentam realizar muitas atividades domésticas por sentirem dores na coluna devido ao fato de terem trabalhado de forma árdua na infância.

Eu acho assim, que por eu começar a trabalhar muito nova de limpar a casa pros outro, casa grande, deu muito problema na minha coluna, hoje em dia eu não agüento muita coisa. Acho que por ter limpado a casa demais dos outro, ficar agachando, limpando chão de Bom Bril, eu acho que sim. Muito cansaço na minhas perna também. Eu fui arrumar uma casa ali ontem, Deus me livre, hoje eu tô morta de cansaço. Eu acho cansativo demais. (Bárbara)

Eu tenho problema de coluna, porque a gente ficava muito envergado, pegava muito peso, carregando criança, aquelas criança o tempo todinho nas costas e eu muito novinha. Eu tenho problema de coluna, eu sempre falo que é devido eu ter começado a trabalhar muito cedo e sempre fazendo todo o serviço pesado, lavando roupa, roupa muito grossa, muito pesada, eu sinto esse problema de coluna, acho que é em conseqüência disso. (Eugênia)

Elza se refere a uma tendinite no ombro que atribui ao esforço devido ao trabalho.

... hoje eu tenho tendinite no ombro, eu sei que foi de esforço, de lavar roupa com escova, serviço pesado, eu tenho a pele toda manchada de trabalhar no sol, aí, então, acho que isso tudo foi devido o trabalho. Trabalhar muito cedo e serviço muito pesado prá idade que a gente tinha, que era muito novo prá aquele serviço. (Elza)

Elisa relatou ter ficado doente enquanto trabalhava numa família quando já era adulta. “Eu saí de lá porque eu adoeci, porque lá só podia comer depois que eles comesse e eles comia muito tarde. Eu tive gastrite”.

Cecília, embora relate não apresentar problemas de saúde (somente dores nas pernas) pôde-se constatar que suas pernas apresentam varizes com problemas visíveis, certamente devido às longas jornadas de trabalho de pé, agravados pela gravidez.

Fátima relatou que, aos catorze anos, teve *estafa* enquanto trabalhava de babá. Declara que os patrões lhe deram toda assistência, mas, em certa ocasião, devido ao estado debilitado em que se encontrava se sentiu mal e deixou que a criança que olhava caísse, por isso foi despedida.

Gabriela, durante o tempo que trabalhou para uma mesma família (sete anos), “tava com muito problema de coluna, tanto que o serviço era, assim, exagerado”. Ao realizar atividades físicas numa academia, sob recomendação médica, para tratar a coluna, agravou um problema de joelho que a impedia de continuar trabalhando, mas mesmo assim insistiu, até que foi obrigada a sair do trabalho para fazer cirurgia. “Aí com o tempo foi piorando, porque com doía, inchava, tinha dificuldade de dobrar o joelho”. Mas antes de Gabriela sair, a pedido da patroa, fez uma série de pratos congelados para facilitar a vida da família após sua saída. Segundo ela, durante uma semana fez congelados para encher um freezer.

Eu cheguei em casa tão cansada! Eu cheguei em casa não conseguia dormir, sábado eu cheguei em casa era dez horas da noite. Eu cheguei me deu uma crise de choro, de tanto eu vi que o cansaço tava demais, magra, que eu não tinha mais vontade de comer. Aí foi quando parei de trabalhar e marquei minha cirurgia...”serviço de casa você agacha, levanta, mexe no armário... aí eu começava a sentir o joelho. (Gabriela)

3.3 PERSPECTIVAS

No momento da pesquisa quinze mulheres estavam realizando trabalhos domésticos ou similares, apenas quatro com Carteira de Trabalho assinada. Das quinze, sete eram domésticas, quatro eram diaristas (sendo que uma é também manicura/cabeleireira), duas trabalhavam em serviços gerais (contratadas), uma era babá e uma era cozinheira. Dentre as outras quinze, quatro não trabalhavam (duas eram “do lar” e duas recebiam pensão do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS – uma por viuvez e a outra proveniente do pai falecido); uma era bordadeira, uma fazia bicos vendendo produtos, uma era auxiliar administrativo e uma participava de um Programa governamental para adolescentes prestando serviço numa operadora de telefonia. Dessas, apenas uma tinha Carteira de Trabalho assinada. Sete estavam desempregadas e buscavam postos no mercado de trabalho, dessas, duas com nível médio de escolaridade.

QUADRO 6

OCUPAÇÃO ATUAL DAS MULHERES COM EXPERIÊNCIA DE TRABALHO DOMÉSTICO NA INFÂNCIA E/OU ADOLESCÊNCIA

Ocupação	Nº
Doméstica	07
Desempregada	07
Diarista	04
Serviços Gerais	02
Pensionista do INSS	02
Do Lar	02
Bordadeira	01
Vendedora informal	01
Babá	01
Cozinheira	01
Operadora de Call Center	01
Auxiliar Administrativo	01

Fonte: Pesquisa primária realizada em Goiânia, março a setembro de 2006.

Desde que começaram a trabalhar na infância/adolescência, outras profissões foram exercidas pelas mulheres, entretanto, a maioria relata ter executado ou ainda executar atividades muito próximas ao trabalho doméstico, as quais não exigem uma maior qualificação: cozinheira ou auxiliar de cozinha (6)⁴⁷; diarista (4); serviços gerais (3); lavadeira/passadeira (1). Uma das atividades anteriores mais citadas foi aquela relacionada ao trabalho agropecuário: trabalhadora da lavoura (9) e vaqueira (2). Dentre outras atividades que exigem alguma qualificação figuram: balconista/vendedora (4); auxiliar de produção/confecção (3); auxiliar administrativo (2); secretária (1); e operadora de caixa (1).

Embora não questionadas diretamente sobre suas perspectivas, oito das entrevistadas revelaram querer mudar de profissão, o que seria alcançado preferencialmente por meio do avanço nos estudos. Estão entre as mais jovens aquelas que revelaram com maior entusiasmo querer seguir nos estudos para alcançar postos de trabalho mais valorizados. Aqui, como em outras pesquisas (KOFES, 2001), constatou-se que são as jovens e solteiras aquelas que mais vêem o emprego doméstico como uma ocupação provisória.

Andréa (17 anos), embora esteja cursando a 8ª série, informou que no Maranhão, onde morava, havia cursado apenas até a 2ª série. Ao vir para Goiânia, aos catorze anos, foi direto para a 5ª série, devido ao “Projeto Acelera”, que procura adequar a série à idade do aluno. Sendo assim, independente da série já cursada, ele deve ser matriculado na série correspondente à idade. Por isso, Andréa relata que seu desempenho não está bom e reconhece que sua limitação é decorrente da precariedade nas séries iniciais não cursadas. “Porque eu acho que eu não fiz as

⁴⁷ Os números indicam quantas vezes a atividade foi citada. Uma entrevistada pode ter indicado mais de uma atividade.

série principal prá tá na oitava. Não tô entendendo muito da matéria, minhas nota não estão boas”. Mesmo assim, sonha com profissões que exigem um elevado grau de ensino.

P – Você pensa em ter uma profissão futuramente? O que você gostaria de ser? Andréa – Meu sonho é entrar no exército, sempre foi. Eu queria ser advogada, uma juíza, mas eu acho assim que não vai chegar. Quando eu era pequenininha, mas agora eu tenho dois sonho, entrar pro exército e fazer medicina, meu maior sonho”. (Andréa, 17 anos)

Angélica (18 anos) tem como perspectiva alcançar bens materiais aos quais ela nunca teve acesso. Foi criada no local onde trabalhava, com vários níveis de privações. Reconhece que para atingir tais objetivos terá que estudar.

Meu sonho é ter minha casa e por isso eu sempre falo assim... a Dra. Mônica sempre fala assim: “você tem que estudar, você tem que estudar, você tem que estudar mesmo”. Eu falo, Direito é interessante, mas mexe com muito numerozinho e eu já não sou boa em matemática. Publicidade e Propaganda eu acho legal. Jornalismo eu acho super interessante, entrevistar, conhecer histórias, eu acho legal também. Mas eu sempre falo, se eu estudar eu vou ter minha casa, que é meu sonho, ter minha casa mesmo. [...] Agora estudar, eu sempre fui aquela... no colégio... mais dificuldade prá aprender, eu sempre fui meia atrasada mesmo. Mas eu quero sim, eu quero chegar nos meus trinta anos formada. Chegar chique no lugar, de salto. Aí eu falo, eu quero viver até os meus cento e quarenta porque aí eu já fiz tudo que eu nunca fiz na infância, quero fazer agora. Quero ter meu quarto rosa, de boneca, com cama, até edredom eu quero, que eu acho chique. (Angélica)

Mas numa conduta tipicamente adolescente, Angélica priorizou objetivos imediatos e abandonou a escola restando dois meses para concluir a 8ª série. Vai viajar para a Espanha, onde mora a irmã, para conhecer o sobrinho recém-nascido. Segundo ela, a irmã, ao custear sua ida, tenta se redimir por se sentir culpada de tê-la abandonado na infância.

Alessandra (19 anos), que também cursa o supletivo da 7ª e 8ª séries, sonha em ter uma profissão. “... eu pretendo formar e ter uma vida melhor prá não depender do serviço doméstico, porque é cansativo”.

Alice (21 anos), que cursa o 1º ano do Ensino Médio, quer fazer vestibular para o curso de graduação em História, assim como Daniela, que terminou recentemente o 2º ano do Ensino Médio e parou de estudar. Ambas querem ser professoras e foram as que demonstraram com maior veemência o interesse em avançar nos estudos e apresentarem condições de ver seus projetos realizados.

Mas eu pretendo terminar, já tenho na cabeça o que eu quero fazer. Deus vai me abençoar Denise, que ainda um dia eu vou fazer [o curso de] História e eu quero provar prá muita gente que chamou eu e meu irmão de neguinho vagabundo, que nós não tinha futuro, quero mostrar prá eles que quando a pessoa quer, a pessoa consegue. [...] ...eu não vou desistir Denise, enquanto eu não conseguir. Se pelo menos eu não consegui, mas pelo menos eu tentei, eu tentei fazer, eu tentei prestar um vestibular, eu tentei fazer algo, mas que eu quero fazer eu quero e vou lutar prá isso, tô lutando prá isso, eu quero fazer História, porque eu acho que História tem mais a ver comigo. Eu gosto de participar de palestra, de fazer debate, essas coisa, então, eu quero fazer História, que eu sempre gostei, desde a quinta série eu sempre fui apaixonada, gostei e vou fazer, vou provar prá muita gente que eu consegui, que vai valer a pena eu tá aqui em Goiânia. (Alice)

Francisca, Daniela e Débora são as únicas com mais de trinta anos que, embora não estudando naquele momento, demonstraram de forma contundente o desejo de estudar para exercerem outras profissões. Débora (35 anos), que na vida adulta tem trabalhado mais na zona rural com o marido, voltou a estudar depois de adulta, mas interrompeu os estudos recentemente no 2º ano do Ensino Médio. Ela demonstra bastante interesse em voltar para concluir o 3º ano e fazer um curso de enfermagem.

Eu tenho muita vontade, eu sou doidinha, meu sonho é fazer uma faculdade de enfermagem, eu tenho muita vontade, mas eu ainda penso em chegar lá ainda. P – E lá na sua cidade tem curso de enfermagem? Débora – Enfermagem não, mas tem a Van [transporte] que traz prá Goiânia. (Débora)

Francisca, entre as mais velhas, é a única que está estudando (6ª série) e que relatou espontaneamente ter um objetivo profissional a ser alcançado. Sua intenção é prestar um concurso público para ser merendeira em escolas da Prefeitura, experiência já vivida na condição de cargo comissionado.

Fátima (43 anos) completou o Ensino Médio há três anos e revela querer voltar a estudar. “Porque meu sonho é prestar vestibular, formar prá assistente social. Porque é uma coisa que eu gosto, tá assim conversando, dialogando com a pessoa que está precisando de uma conversa. É meu sonho”. Entretanto, é tolhida tanto pela patroa – com quem trabalha há vinte e dois anos – que diz que ela não teria futuro, quanto pelas filhas que argumentam que ela já está velha para seguir nos estudos. Segundo ela, o temor da patroa é perdê-la, pois, além de doméstica, ela exerce várias funções administrativas em seu restaurante. O que se constata é que a patroa se valia dos conhecimentos obtidos por Fátima nos estudos – os quais ela nunca apoiou – para lhe servir em outras funções, uma funcionária *multiuso*.

As demais entrevistadas embora tenham, em alguns casos, demonstrado interesse em exercer outras profissões, não apresentaram um plano concreto por meio do qual pudessem deixar o trabalho doméstico ou outro equivalente (serviços gerais, cozinheira etc.)

Algumas se vêem totalmente imobilizadas em função da atual condição de vida e de trabalho. Neste grupo se inclui Aline (17 anos, estudou até a 7ª série) que vive amasiada desde os quinze anos e está grávida. É a única dentre as mais jovens que não vincula sua perspectiva profissional à exigência de uma melhor qualificação. Espera apenas poder trabalhar de doméstica de forma estável, com Carteira assinada, condição que acredita só ser possível quando for maior de idade e puder contar com a credibilidade das patroas.

P – Você pensa hoje em ter alguma profissão? Aline – Não... assim, eu não penso muitas coisa não, só penso as coisa do meu limite né? Eu penso assim de arrumar um serviço bom prá mim, carteira assinada, parar de ficar trabalhando pros outro assim, com essas mixaria, você trabalha porque você precisa, porque hoje em dia também prá pegar de menor com a carteira assinada é muito difícil você achar, é muito, muito, muito difícil.
(Aline)

Bianca (23 anos, estudou até a 6ª série) se sente frustrada por não ter conseguido estudar, mas não apresentou nenhuma perspectiva em relação ao futuro profissional.

Isso é a coisa que eu mais queria era estudar. P – E fazer o que depois?
Bianca – Eu queria estudar, fazer curso, porque meu sonho era ser advogada, aí eu pensava assim, agora não penso mais não. P – Não?
Bianca – Não tem como, não tem condições não. Eu não acho outro serviço que não seja de doméstica, aí tem que ser de dia, aí como é que eu vou estudar? À noite, a gente acha escola, acho que aqui em Campinas tem uma que faz supletivo e tem outra que é paga, como é que eu vou pagar?

Bárbara revela que gostaria de estudar, mas nunca tentou depois que abandonou a escola na 2ª série.

Bárbara – Quero, quero muito voltar a estudar. Mas a gente que trabalha de manhã, tem casa, tem janta prá fazer, menino prá cuidar, é tão difícil. Mas eu quero voltar sim prá escola. P – Você nunca chegou a tentar depois daquela época não? Bárbara – Não, nunca voltei, tava na segunda série e tô nela até hoje. P – Você tem informação que você pode fazer supletivo, que é mais rápido? Acima dos quinze anos você pode fazer o supletivo. Você tem informações? Bárbara – Tenho sim, eu já fiquei sabendo disso e eu ensaio prá ir na escola às vezes, mas nunca dá prá mim ir. Chego tarde aí tem que fazer janta, é banho, essas coisa... também acho que é um pouquinho de interesse da gente né? Mas eu ainda vou, com fé em Deus.

Cláudia, que só cursou até a 2ª série, não demonstra ter qualquer perspectiva de exercer outra profissão que não seja de doméstica.

P – Você sonha em ter alguma profissão? Cláudia – Prá falar a verdade eu não sonho mais não. Já tô já ficando velha [sorri] eu não sonho mais não. Eu só penso em trabalhar prá dar conta de cuidar dos meus filho.

Beatriz (estudou até a 7ª série) também não apresenta perspectiva em relação a qualquer profissão que exija um alto grau de estudo. Mesmo quando perguntada se ela não gostaria de fazer um curso que a ajudasse a exercer a profissão de babá de uma forma mais qualificada, já que ela referiu gostar de cuidar

de criança, ela não demonstrou interesse, disse que está se dedicando atualmente a bordar⁴⁸.

P – Financeiramente compensa mais que o trabalho doméstico ou de babá? Beatriz – É bem melhor, porque na faixa... por semana dá prá fazer uns cinquenta até cem reais por semana no bordado. Aí se vai fazer as conta dá quase um salário de doméstica e é mais pesado, o bordado já não é. Você borda na sua casa, sem encheção de saco, vai lá olha o modelo, chega aqui você vai continua bordando, depois eles vem deixar, vem pegar. (Beatriz)

O salário apontado pela entrevistada, de cem reais por semana, dificilmente é atingido, pois para isso ela teria que trabalhar ininterruptamente, o que raramente é possível para a mulher que se ocupa também da casa e do filho.

Camila (estudou até a 4ª série) está entre aquelas que não apresentam qualquer perspectiva em relação a outra profissão. Embora considere o ganho atual como doméstica muito baixo (um salário mínimo), conforma-se por ter carteira assinada e garantia de continuidade, por isso só demonstrou interesse por um curso de costura, mas nunca buscou informações ou teve iniciativa para cursá-lo. Justifica não ter tempo, mas reconhece que teria oportunidade, pois o trabalho lhe permite que saia à tarde. Alega que mesmo que fizesse o curso, para conseguir um emprego teria que ter experiência, por isso se mostra desanimada. Em relação à escola, alega que não teria com quem deixar o filho, apesar de ela mesma afirmar que ele poderia ficar com alguém, pois já está “*grandinho*”.

⁴⁸ Essa é uma atividade que tem crescido muito em Goiânia, devido ao grande número de indústrias de confecções de roupas existente na capital. Assim como outras atividades mal remuneradas vinculadas à confecção como arrematar, montar a peça, tirar linha, cortar etc. que têm sido contratadas em forma de facção, o bordado tem servido para que as confecções requisitem entre as mulheres mais pobres sua mão-de-obra. Elas consideram o bordado uma atividade mais confortável, pois é realizada em sua própria residência, entretanto, normalmente não se avalia os valores pagos, que são irrisórios (uma média de R\$ 0,70 um bordado médio), tampouco a forma de contrato, o que é realizado por uma atravessadora que serve de “ponte” entre a confecção e a bordadeira. Não possuem qualquer vínculo empregatício. Mesmo assim, o bordado tem se apresentado como uma alternativa ao trabalho doméstico, avaliada por algumas delas como positiva.

Carolina revela ter vontade de exercer outra profissão, “Mas cadê, cadê aquela força de espírito de ir à luta estudar e tal... não tem, sei lá, parou no tempo”.

Diva recebe pensão do marido por viuvez e não demonstra qualquer interesse em trabalhar, pois cuida do filho deficiente. É analfabeta e relata com pouco entusiasmo querer estudar para se alfabetizar.

Dora, embora seja a única com curso superior (Letras), não demonstrou qualquer perspectiva em exercer um cargo compatível com a profissão, refere apenas querer fazer um curso de Pós-graduação em Educação Infantil (na ocasião era funcionária pública no cargo de auxiliar administrativo).

As demais (13) não sinalizaram qualquer intenção referente ao exercício de outra profissão ou à maior qualificação. Pode-se observar que, dessas, apenas duas têm menos de vinte e seis anos.

P – E sem ser faculdade, outro tipo de trabalho, você tentou? Glória – Outro curso? P – Não, eu digo outras atividades. Glória – Já, sempre. [...] eu trabalhei numa época quando morei no Mato Grosso de ‘administrativa III’, que era auxiliar de assistente social e... caixa operadora. Com a minha idade agora caixa já não pega mais tanto. (Glória)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A existência e a permanência do trabalho doméstico remunerado, nos moldes apresentados durante o último século no Brasil, podem ser explicadas pelas precárias condições de vida de milhões de brasileiros que, sem qualificação e não encontrando alternativa de sobrevivência, buscam-na nessa modalidade de trabalho.

Mas, mesmo com elementos que reforcem sua condição de subalternidade baseada nas relações informais que o caracterizam, na baixa remuneração, na sua invisibilidade, por ser executado quase exclusivamente por mulheres, na *resistência* econômica e sociocultural em entrar nas relações formais de trabalho, o trabalho doméstico tem experimentado conquistas. Na contramão da maioria das ocupações, tem crescido o número de empregadas domésticas com Carteira de Trabalho assinada; há um aumento no ganho médio da categoria (principalmente nas metrópoles); e leis, que asseguram que os direitos dos empregados domésticos sejam equiparados aos dos demais trabalhadores, têm sido promulgadas ao longo das últimas décadas. O maior acesso à Justiça do Trabalho desde a Constituição de 1988 tem possibilitado o estabelecimento de relações mais justas entre empregadas e patroas.

Entretanto, uma análise apenas do ponto de vista econômico e legal não é suficiente para a compreensão das subjetividades do trabalho doméstico, nem

tampouco para a superação das precárias condições que o cercam. Os aspectos socioculturais devem também ser considerados, sobretudo, na forma como são desenhadas as relações de gênero, as concepções de família e de infância nas classes pauperizadas. Não se pode desprezar as bases que dão sustentação à adesão quase “natural” das meninas ao trabalho doméstico, ou seja, não se pode desconsiderar a forma como as meninas têm sido socializadas para aceitar as condições precárias dessa ocupação. Assim, partilhamos da concepção de Heilborn (1999) que afirma que não somente as condições materiais de existência podem explicar as razões que levam as meninas desde cedo a se tornarem parcialmente responsáveis pela execução do serviço doméstico em seus domicílios, mas também os fatores culturais que determinam a maneira de conceber o mundo de cada classe social.

Na pesquisa aqui demonstrada ficou evidenciado que no processo de socialização das mulheres vários elementos por elas rememorados representam a condição de subalternidade na qual as relações assimétricas de gênero podem ser claramente identificadas. A *aceitação* dos afazeres domésticos como uma atribuição que lhes eram inerentes pode ser constatada em várias trajetórias, ou seja, nelas estão presentes os simbolismos de gênero reforçados pelas famílias. À exceção de três, todas as demais mulheres aprenderam os afazeres domésticos na própria casa. Para todas elas o aprendizado ocorreu com as mães ou com uma figura feminina que as representasse. Ao serem inseridas no trabalho doméstico, muitas não o reconheciam com esse caráter.

Dessa forma, o trabalho realizado dentro do próprio domicílio no sentido da *ajuda* destacado por Heilborn (1999) é, muitas vezes, naturalizado, tornando-se difícil demarcar a tênue linha divisória que separa este, daquele exercido na casa de

terceiros, e daí a *fácil* aceitação do trabalho doméstico das meninas. Reafirmamos, então: é no espaço da própria moradia que esse trabalho começa a se naturalizar e quando ele passa a ser realizado em domicílio alheio não é reconhecido como trabalho, vindo daí um dos motivos de sua *invisibilidade*.

O trabalho doméstico de crianças e de adolescentes é ainda menos reconhecido pela sociedade como exploração se comparado ao trabalho infanto-juvenil de forma geral. Contribui também para essa *invisibilidade* a relação estabelecida entre a família empregadora e a menina que não se respalda no aspecto trabalhista restrito, ou seja, na troca da força de trabalho por um salário, como foi relatado por várias entrevistadas. Estabelece-se uma relação mais complexa em que o trabalho doméstico é oferecido como uma forma de acesso aos bens sociais que lhes são negados, geralmente como consequência das precárias condições socioeconômicas familiares. Por essas razões, o trabalho infanto-juvenil doméstico torna-se difícil de ser identificado e combatido.

Pertencente a um sistema econômico que mercantiliza as relações, as pessoas e as coisas (IANNI, 1987), a força humana de trabalho de crianças e jovens é também transformada em mercadoria, poderíamos dizer uma mercadoria de *menor valor* justificada pela aparente inabilidade própria de seres em formação. A relação de exploração é, na maioria das vezes, camuflada pelos contornos assumidos por esse trabalho que mescla apadrinhamento, favores, ajuda etc.

Entretanto, é possível inferir que o trabalho infanto-juvenil doméstico, embora aviltante, tornou-se uma das poucas chances de proporcionar a sobrevivência para uma grande parcela das mulheres entrevistadas. Mesmo vivenciando situações de extrema exploração, a ida para o trabalho doméstico se

tornou uma possibilidade de se deparar com condições mais dignas do que aquelas que obtinham em suas próprias famílias.

É importante ressaltar que para algumas meninas permaneceu na memória a presença de patroas *generosas* e também o reconhecimento de que a possibilidade de sobrevivência dependeu diretamente do acolhimento dela por uma família de maior poder aquisitivo e que as apoiou para que outras trajetórias fossem desenhadas. Contudo, é importante ressaltar que essas foram situações isoladas e bem circunstanciadas nesse grupo de mulheres.. Podemos reconhecer em grande parte do grupo uma rejeição explícita ao trabalho doméstico, sobretudo pela precocidade com que nele se inseriram. Relatos de situações humilhantes foram recorrentes em seus discursos, sobretudo quando não tinham condições para se defender por se encontrarem num estado de vulnerabilidade tanto social quanto emocional, devido à idade precoce, a seu pertencimento de classe e também ao desamparo dos pais.

As queixas aparecem com maior veemência na fala das entrevistadas mais jovens, principalmente aquelas com menos de trinta anos. Naquelas que tinham até vinte e um anos, o tom é de extrema revolta com as condições vividas. Ressaltamos a fala de Angélica (18 anos) que considera inadmissível que uma pessoa menor de idade execute o trabalho doméstico, por se tratar de um trabalho humilhante do qual a menina não consegue se safar. *“Aproveita que a gente é boba, a gente não sabe”*.

Para Dauster e Mata (1993, p. 26)

o trabalho precoce produz uma passagem forçada à vida adulta, que lembra o conceito de ‘infância curta’ de Ariès. Esta noção refere-se ao contexto do Antigo Regime, no qual a criança, a partir dos cinco anos, passa, sem transição para o mundo do trabalho e dos adultos.

AS autoras consideram-na, contudo, “uma reedição perversa, uma vez que se situa em uma sociedade capitalista com agudas crises política, econômica, social etc” (DAUSTER E MATA, 1993, p. 26). Dessa forma, afirmamos que nenhuma *avaliação maniqueísta* – entre o que é bom e o que é ruim no trabalho doméstico – é suficiente para dar conta da sua complexidade, especialmente quando vivido na infância-adolescência.

Aliado a esses elementos constata-se mais um que contribui para a informalidade do trabalho doméstico, como ficou demonstrado no relato de várias das mulheres entrevistadas ao se referirem às patroas como mães. Por ser uma relação estabelecida entre duas mulheres – patroa e empregada – favorece uma vinculação ambivalente em que não há a presença de uma fronteira rígida que LHE atribua um caráter profissional (PREUSS, 1995).

Outro aspecto aqui observado é que, devido às suas características – desgastante fisicamente, pautado, muitas vezes em relações paternalistas, socialmente inferiorizado –, o trabalho doméstico se constituiu para as mulheres num reforço da domesticidade construída desde a infância. Ou seja, o exercício desse trabalho acabou sendo a repetição, em outro espaço, das atividades que vinham exercendo dentro de suas próprias casas. Assim, o trabalho doméstico remunerado tornou-se a continuidade de trabalho “efêmero, rotineiro e ritual, com baixo nível de prazer e satisfação, socialmente desvalorizado” (BERNARDES E SCARPARO, 1997, p. 70).

Sendo assim, ainda que reconheçamos que um trabalho extra-lar possa se constituir numa possibilidade de rompimento físico com respeito ao cerco doméstico – uma possibilidade de emancipação – há que se considerar o *tipo* de

atividade exercida, pois o trabalho de empregada doméstica, segundo Salem (1981, P. 95), não proporciona esse rompimento.

... o trabalho de empregada doméstica [...] não favorece, em si mesma, a transcendência simbólica de mulher com respeito à esfera familiar. Características particulares na construção desse fenômeno: de um lado, ela se revela tão enclausurante e socialmente isolante quanto a de dona-de-casa, não havendo, nesse sentido específico, nenhum corte significativo entre a órbita doméstica e a extradoméstica. Por outro, não se deve desmerecer o tipo de relação propiciada entre empregada e patroa.

Para Duque-Arrazola (1997), quanto mais graves e prementes as carências materiais, maiores são as dificuldades que as mulheres têm de modificar seu destino de gênero. Ainda quando resistem, se opõem e, mesmo transgridem, são muitas as exigências de gênero colocadas pelo ambiente social em seu entorno.

Por fim, podemos afirmar que o trabalho doméstico não se constituiu numa lembrança positiva para as mulheres aqui entrevistadas devido aos vários fatores apontados. Sendo assim, reafirmamos nossa posição de não-aceitação de que o trabalho doméstico se constitua na única alternativa para meninas pobres de sustentarem a si e/ou às suas famílias. Corroboramos também a idéia expressa pelas entrevistadas de Preuss (1995): *ninguém é empregada porque escolheu*. Assim, nossa posição é de que medidas mais justas de distribuição de renda possam possibilitar às famílias pobres condições socioeconômicas que lhes impeçam de *alocar* suas filhas no trabalho doméstico e dessa forma interceptar trajetórias como as de Lucélia.

Mas, como afirmam Rizzini e Fonseca (2002, p. 33), este não é um problema de cunho individual, portanto, não se pode “penalizar os indivíduos por não encontrarem caminho”. Deve ser compreendido como uma questão de âmbito político e econômico e, assim, exigente de medidas com esse caráter. Em suma, é

preciso criar sistemas econômicos que ofereçam às famílias a opção de que seus filhos possam se dedicar exclusivamente aos estudos ou que a entrada no mercado de trabalho ocorra em idade permitida por lei.

Destarte, acreditamos que, apesar de imprescindíveis, essas ações não são suficientes para coibir o trabalho infanto-juvenil doméstico. Devem ser consideradas as relações sociais que perpassam a lógica do trabalho doméstico. Por isso, reassertamos a necessidade de se trabalharem os aspectos subjetivos que o envolvem.

Um desses aspectos refere-se à assimetria de gênero naturalizada na sociedade contemporânea e com importante função no processo de inserção da menina no trabalho doméstico e também na permanência da domesticidade da mulher presente no trabalho exercido na vida adulta. Por isso, compartilhamos a idéia de que as análises devem avançar na direção de uma compreensão do significado e do papel de gênero construídos na sociedade para que a automática associação da mulher com a esfera doméstica, com a submissão, com a domesticidade possa ser alterada em favor de uma perspectiva que preveja uma relação mais igualitária entre os sexos, que embase e sustente outro processo de construção de identidade feminina.

O que defendemos aqui é a construção de relações mais igualitárias entre homens e mulheres, a prevalência do protagonismo infanto-juvenil e a superação de todas as formas autoritárias que perpassam as relações entre seres humanos, o que se pressupõe uma discussão que envolva o conjunto das relações sociais.

Acreditamos, assim, na relevância deste trabalho para o Serviço Social e para outras áreas do conhecimento, pois o objeto em estudo representa uma das expressões da questão social, matéria prima na nossa intervenção profissional.

Enfim, é a compreensão das particularidades desse fenômeno evidenciadas nas trajetórias das mulheres, relacionadas às categorias universais que lhes dão suporte, que nos capacita a intervir nessa realidade, contribuindo para que ela seja superada.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete. *A menina repetente*. 2 ed. São Paulo: Papyrus, 1995.

ALMEIDA, Suely Souza de. *Femicídio – Algemas (in)visíveis do público privado*. Rio de Janeiro: Revinter, 1998.

ANDRADE, Ma. de los Angeles Garduño. Para estudiar la relación entre el trabajo doméstico y la salud de las mujeres. *Salud de los Trabajadores*. Volumen 9 Nº 1 Enero 2001. Disponível em: <http://www.higieneocupacional.com.br/download/trabajo-domestico-salud.pdf> Acesso em: junho de 2005.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do Trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5 ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

AZEVEDO, Maria Amélia & GUERRA, Viviane N. *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. São Paulo: Cortez. 1997.

BARSTED, Leila de Andrade Linhares. Gênero, trabalho e legislação trabalhista no Brasil. In: *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 4 n. 2, 1996.

BELOTTI, Elena Gianini. *Educar para a submissão*. Petrópolis: Vozes, 1979.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. Texto para discussão No.: 1034: *Dinâmica populacional brasileira na virada do século XX*. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

BERNARDES, Nara Maria Guazzelli e SCARPARO, Helena. B. K. Projeto de Vida de Mães, Filho e Filhas Adolescentes de Camadas Populares: Continuidades e Descontinuidades. *In: D'ÀVILA NETO, Maria Inácia. (Org.) Coletâneas da ANPEPP*. 1 ed. Rio de Janeiro / RJ: ANPEPP, 1997, v. 1.

BRASIL, Lei nº 3.807 de 1960 - *Lei Orgânica da Previdência Social*.

BRASIL, Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente* – ECA.

BRASIL, MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. *OS EMPREGADOS DOMÉSTICOS E A PREVIDÊNCIA SOCIAL*. Brasília, abril de 2005.

BRASIL, MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, *Trabalho doméstico: direitos e deveres: orientações*. 2 ed. Brasília: MTE, SIT, 2005.

BRUSCHINI, Maria Cristina A. Teoria crítica da família. In: AZEVEDO, Maria Amélia Azevedo e GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000a.

BRUSCHINI, Maria Cristina A. Gênero e Trabalho no Brasil: Novas Conquistas ou Persistência da Discriminação? In: Rocha, Maria Isabel Baltar da. *Trabalho e Gênero*. Mudanças, Permanências e Desafios. São Paulo: Editora 34, 2000b.

BRUSCHINI, Maria Cristina A. e LOMBARDI, Maria Rosa. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*, Campinas, n. 110, jul/ 2000.

BRUSCHINI, Maria Cristina A. e PUPPIN, A. B. Trabalho de mulheres executivas no Brasil no final do século XX. *Cadernos de Pesquisa*, v.34, n.121, p. 105-138, jan./abr. 2004.

CAMARANO, Ana Amélia e ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil. Panorama dos últimos 50 anos. Texto para discussão nº 621. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. (mimeo)

CFESS, CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL.

Resolução CFESS N.º 273/93 DE 13 MARÇO 93.

DAUSTER, Tânia e MATA, Maria Lutgarda. A vida obriga a ser criança e adulto. Um estudo etnográfico com crianças de camadas populares urbanas. *Revista Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro*. Nº 9. 1993. (mimeo)

DONZELOT, Jacques. *A Polícia das Famílias*. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura Susana. O cotidiano sexuado de meninos e meninas em situação de pobreza. In: MADEIRA, Felícia Reicher (org.) *Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos/UNICEF, 1997.

DURHAM, Eunice. Família e Reprodução Humana. *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, 3, Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

FORASTIERI, Valentina. *Children at Work*. Health and Safety Risks. International Labour Office. Geneva, 1997.

GRAHAM, Sandra Lauderdale GRAHAM, Sandra. (1992), *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo, Companhia das Letras. 1992.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Trad. Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.

HEILBORN, Maria Luiza. *Dimensões culturais do trabalho infantil feminino*. Brasília: OIT/IPEA, 1999. (mimeo)

HEILBORN, Maria Luiza. O traçado da vida: gênero e idade em populares do Rio de Janeiro. In: MADEIRA, Felícia Reicher (org.) *Quem mandou nascer mulher?* Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos/UNICEF, 1997.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1987.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio*, 2005.

JACQUET, Christine. Urbanização e emprego doméstico. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. ANPOCS. São Paulo, v. 18 n. 52. jun/2003.

JELIN, Elizabeth. *Pan y afectos. La transformación de las familias*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1998.

KOFES, Suely. *Mulher, Mulheres*, a relação entre patroas e empregadas domésticas. A identidade nas armadilhas da diferença e da desigualdade. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

LAVINAS, Lena. Emprego feminino: o que há de novo e o que se repete. *Dados*. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: IUPERJ, v. 40, 1997.

LESSA, Sérgio. O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade. *Capacitação em Serviço Social*. Módulo 2: Crise contemporânea, questão social e serviço social. Brasília: CEAD, 1999.

LINS DE BARROS, Myriam Moraes. Memória e Família. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

MACHADO, J. B. e CARVALHO, Marie J. S.; Educação, gênero e temporalidades - uma análise dos usos do tempo de crianças de classe popular da periferia de Porto Alegre; 2001; Comunicação; Fórum Mundial de Educação; Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre; Disponível em:
<http://www.ufrgs.br/propesq/livrosalao/juliana.pdf>

MARTINS, José de Souza. *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARX, Karl. *O Capital*. Vol. I, Tomo 1, São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MELO, Hildete Pereira de. De criadas a trabalhadoras. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, v. 6, n. 2, 1998.

_____, *Trabalhadoras domésticas: o eterno lugar feminino: uma análise dos grupos ocupacionais*. [s.l.]: OIT/IPEA, 2000. Relatório de Pesquisa. (mimeo).

MELO, Hildete Pereira de, PESSANHA, Márcia Chamarelli e PARREIRAS, Luis Eduardo. Da Cozinha para o Mercado - A Evolução dos Rendimentos dos Trabalhadores Domésticos nos Anos 90. *Gênero*. v. 2. n. 2. Niterói, 2002

MELO, Hildete Pereira de, CONSIDERA, Cláudio Monteiro e SABBATO, Alberto Di Sabato, *Os afazeres domésticos contam*, Texto para Discussão no. 177, Faculdade de Economia/UFF, 2005. (mimeo)

MELO, Hildete Pereira. O mercado de trabalho nos anos 90: revisitando a invisibilidade do trabalho feminino, *In: COSTA, Ana Alice et alli. Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva, reprodução e gênero*, São Paulo: CUT, 2002.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues e THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Modernização da agricultura nas áreas de cerrado em Goiás (Brasil) e os impactos sobre o trabalho. *In: Investigaciones Geográficas*, Boletín del Instituto de Geografía. UNAN. N. 55. Universidad Nacional Autónoma do México. 2004.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Cidadania no Feminino. *In: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.) História da Cidadania*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

MOURA, Esmeralda Blanco B. Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo. *In: DEL PRIORI, Mary (Org.) História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto: 2004.

NEVES, Denise Carmen de Andrade. *A relação da gravidez com a educação, a profissionalização e a socialização das adolescentes que freqüentam o Hospital das Clínicas/UFG*. (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2001.

NOBRE, Miriam. Trabalho doméstico e emprego doméstico *In*: COSTA, Ana Alice et.al (Org.) *Reconfiguração das relações de gênero no trabalho*, São Paulo: CUT Brasil, 2004.

ONU, ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, *Convenção Internacional sobre os Direitos das Crianças*, 1989.

OIT, ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Convenção 138*. Sobre a Idade Mínima para Admissão a Emprego. 1973.

OIT, ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Convenção 182*. Sobre a Proibição e Ação Imediata para Eliminação das Piores Forma de Trabalho Infantil. 1999.

OIT, ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Sumário PNAD/SIMPOC 2001 – Pontos importantes. Disponível em:
http://www.pnad_simpoc_2001.pdf Acesso em 15 set. 2003.

PAULILO, Maria Ignez S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Estudos Feministas*. Florianópolis: CFH/CEE/UFSC, v. 12, n. 1. jan-abr, 2004.

PERROT, M. *Os excluídos da História*. Trad. Denise Bottmann, 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

PREUSS, Miriam R. G. A dinâmica simbólica do emprego doméstico: uma abordagem biográfica. In: *Boletim Sexualidade, gênero e sociedade*. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social/UERJ. nº 12 e 13. Junho/2000.

_____, Emprego Doméstico e Domínio Simbólico. (Doutorado em Psicologia) Departamento de Psicologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1995.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, 1989.

RIZZINI, Irene. *A Criança e a Lei no Brasil – Revisitando a História (1822-2000)*. Brasília, DF: UNICEF; Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, 2002.

_____, (Org.) *A criança no Brasil hoje, desafio para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1993.

_____, *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária/CESPI/USU: AMAIS Livraria e Editora, 1997.

RIZZINI, Irene e FONSECA, Cláudia. *As meninas e o universo do trabalho doméstico no Brasil. Aspectos históricos, culturais e tendências atuais*. Organização Internacional do Trabalho. Programa Internacional para eliminação do trabalho infantil doméstico – IPEC, 2002. (mimeo)

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: DEL PRIORI, Mary (org.) *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos. A mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

RODRIGUES, Alissandra Alves e CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de. A violência doméstica no Distrito Federal. *Ser social*, Brasília, v. 2, 1998.

SAFFIOTI, Heleieth Lara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1969.

_____, O Trabalho Feminino sob o Capitalismo Dependente: Opressão e discriminação. In: *Anais do Primeiro Encontro Nacional da ABEP*, 1978a.

_____, *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1978b.

(Coleção Sociologia Brasileira)

SAFFIOTI, Heleieth Lara Bongiovani, ALMEIDA, Suely Souza de, CANÇADO, Maria Elena R. A rotinização da violência contra a mulher: o lugar da práxis na construção da subjetividade. *Congresso Internacional América 92: Raízes e Trajetórias – USP/ São Paulo*, 1992 (mimeo)

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *São Paulo Perspectiva*, vol.13, n. 4, Oct./Dec. 1999.

SALEM, Tânia. Mulheres faveladas “com a venda nos olhos”. In: FRANCHETTO, B. et. al. (Org.) *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, v. 1. 1981.

SANTOS, Antônio César de Almeida. *Fontes orais: testemunhos, trajetórias de vida e história*. Curitiba: DAP, 2005 (texto para discussão). (mimeo)

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. *A emergência da concepção moderna de infância e adolescência*. Mapeamento, documentação e reflexão sobre as principais teorias. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais – Antropologia) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1996.

SARTI, Cynthia Andersen. *A família como espelho*. Um estudo sobre a moral dos pobres. 2 ed. Revisada. São Paulo: Cortez, 2003.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. 2 ed. Recife: SOS Corpo. 1995.

SILVA, Enid Rocha A. O perfil da criança e do adolescente nos abrigos pesquisados. *In: _____, (Org.). O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA. 2004.

SILVA, Maurício Roberto. Recortando e Colando as Imagens da Vida Cotidiana do Trabalho e da Cultura Lúdica das Meninas-Mulheres e das Mulheres - Meninas da Zona da Mata Canavieira Pernambucana. *In: Ana Lúcia Goulart de Faria. (Org.). Infância e Educação: As Meninas. Cadernos CEDES, Campinas/São Paulo, v. 56, 2002.*

SPOSATI, Aldaíza. Exclusão social abaixo da linha do Equador, *Seminário de Exclusão Social*, PUC/SP, 1998.

STENGEL, Márcia. et. al. Narrativas infanto-juvenis sobre o trabalho doméstico em Belo Horizonte: históricas de vida das meninas. *In: Psicologia em Revista*. Belo Horizonte: PUC Minas, v. 8, n. 11. jun. 2002.

VAITSMAN, Jeni. Pluralidade de mundos entre mulheres urbanas de baixa renda. *In: Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, v.5, n.2, 1997.

VIDAL, Dominique. A Linguagem do Respeito. A Experiência Brasileira e o Sentido da Cidadania nas Democracias Modernas. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 46, n. 2, 2003.

YANNOULAS, Silvia Cristina. *Dossiê: Políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho*. Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002.

A N E X O S

CARACTERIZAÇÃO DAS MULHERES ENTREVISTADAS

1. ALINE

Aline - 17 anos - depois da separação dos pais (aos quatro anos) ela, a mãe e o irmão mudaram do Tocantins para uma cidade do interior de Goiás, onde a mãe se casou novamente; posteriormente toda a família veio para Goiânia. Começou a estudar aos seis anos, mas interrompeu várias vezes, pois não havia escola próxima à fazenda onde morava. Somente quando chegou a Goiânia pôde estudar mais regularmente, mas interrompeu novamente no ano passado, na sétima série. Aos sete anos começou a realizar os afazeres domésticos devido ao estado de saúde da mãe. Aos doze começou a trabalhar na casa de terceiros de babá. Atualmente está grávida de sete meses do companheiro com quem vive desde os quinze anos. Trabalha como cuidadora de idosa e doméstica, sem registro em carteira.

2. ANDRÉA

Andréa - 17anos - vivia no Maranhão com a mãe, um irmão mais velho e duas irmãs mais novas. Não conheceu o pai. Aos três anos, foi morar com a irmã mais velha,

casada, pois a mãe não podia sustentar a todos. Permaneceu ali durante um ano e voltou para a casa da mãe, quando já podia ajudá-la em algumas atividades. Nunca permaneceu por tempo suficiente num mesmo local para que pudesse freqüentar a escola. Aos onze anos, ela e as irmãs ficaram aos cuidados de um tio que as deixou em uma casa emprestada, sozinhas, aos cuidados apenas de uma vizinha idosa. Ajudava o tio na roça para sustentar a si e às irmãs mais novas. O irmão acompanhava a mãe enferma em outro município. Lá permaneceu por um ano, sem freqüentar a escola e em condições de extrema penúria. Foram resgatadas pelo irmão depois de um ano, indo para a casa de uma família onde se encontrava a mãe doente. Para que lá pudessem permanecer, tinham que se juntar aos membros da família no trabalho de quebrar coco de babaçu, forma de sustento de todos. Construíram, eles mesmos, uma casa de adobe para morarem. Nesse período freqüentou a escola. Lá ficaram até que a mãe se uniu a um companheiro com quem a família viveu por dois anos. Devido a desavenças do irmão com o neto do padrasto, tiveram que sair da cidade, indo para a casa da avó materna, onde não eram benquistos. Saíram da casa da avó e continuaram em situação de extrema miséria. Aos catorze anos veio para Goiânia a pedido da irmã que aqui trabalhava de doméstica. Entretanto, a patroa que a requisitou não a quis por ela ter apenas catorze anos. Foi trabalhar, então, com uma conterrânea, de babá. Embora acreditando que seria tratada como filha, durante dois anos enfrentou situações de maus-tratos até que resolveu fugir. No momento da entrevista, estava sob os cuidados de outra conterrânea que a acolheu e sendo acompanhada pelo Juizado da Infância e Juventude. Atualmente cursa a oitava série.

3. ANGÉLICA

Angélica - 18 anos- viveu a infância com os pais até que a mãe fugiu da fazenda onde moravam, com três das quatro filhas, devido aos maus-tratos do marido. Foram para a casa da avó materna no Tocantins, mas, ao chegarem lá, souberam que ela havia falecido. A mãe juntou-se a um homem e foram viver em uma fazenda. Apenas Angélica a acompanhou por ser a caçula. As outras duas ficaram na cidade na casa de terceiros para serem criadas e trabalharem de doméstica. Depois de um ano (aos oito anos) a mãe se separou e Angélica teve o mesmo destino das irmãs. Nesse período começou a freqüentar a escola. Aos quinze anos, envolveu-se com o uso de drogas lícitas e ilícitas. Sofreu um grave acidente de carro quando acompanhava colegas também usuários de drogas. Obteve novamente a atenção da mãe e da irmã que a trouxeram para Goiânia para trabalhar. Depois de algum tempo trabalhando de doméstica e enfrentando situações de extrema precariedade, conheceu Bernadete que a apresentou à sua patroa a qual precisava de uma substituta para a empregada que sairia de férias. Com a ajuda da patroa de Bernadete, que é fiscal do trabalho, conseguiu se inserir num programa de aprendizagem para adolescentes e, no período da entrevista, trabalhava no *call center* de uma empresa de telefonia. Dentro de um mês, a convite de uma irmã que mora na Espanha, viajará para conhecer o sobrinho. Abandonará o supletivo onde cursa sétima e oitava séries.

4. ALESSANDRA

Alessandra - 19 anos - mora com a mãe e um irmão. A mãe teve três filhos de diferentes relacionamentos, inclusive uma gravidez do filho adolescente de uma das patroas para quem trabalhava como doméstica. O pai foi assassinado enquanto estava preso (acusado de assassinato). A partir de então, com sete anos, ficou mais sob os cuidados da avó (alcoólatra), pois a mãe trabalhava o dia todo. Nesse período chegou a ficar nas ruas pedindo, sendo pega pelo Juizado da Infância e levada para a casa da mãe. Começou a realizar trabalho doméstico (lavar louças) na casa uma conhecida da família, aos oito anos, e foi gradativamente assumindo todas as tarefas da casa. Ainda hoje trabalha como diarista nessa mesma casa e também é manicura. Entrou na escola aos treze anos, pois, antes, a família não se fixava por muito tempo em um mesmo bairro e, depois, aos onze anos, ficou sem os documentos num incêndio ocorrido no barracão onde viviam. Interrompeu o ensino regular na quinta série e hoje cursa o supletivo da quinta e sexta séries.

5. ALICE

Alice - 21 anos - morou com o irmão gêmeo, a mãe e o padrasto até os sete anos. Com a morte do padrasto – que até aquele momento ela acreditava ser seu pai – a mãe (alcoólatra) os entregou ao pai biológico informando-lhes que era ele o *verdadeiro* pai. Passaram a viver com ele na fazenda e a ver a mãe nos finais de semana. O pai vivia sozinho; ela e o irmão passaram a cuidar dos afazeres da casa de forma precária; o pai trabalhava na roça. Embora tenha entrado na escola aos sete anos, teve um percurso de repetências constantes até os onze anos, não conseguindo sair da segunda série. Após o casamento do pai, a madrasta, embora

alcoólatra e muito exigente, ensinou-lhes a cuidar da casa e os apoiou nos estudos. Juntaram-se à família mais três filhos da madrasta que, posteriormente, engravidou de seu pai. Depois de se aperfeiçoar nos afazeres domésticos, foi trabalhar como babá na casa de terceiros. Voltou a morar com a mãe e tornou-se *bóia-fria*. Exaurida pelo trabalho, resolveu voltar a morar com o pai e a trabalhar como doméstica. Com o falecimento da madrasta, sentiu-se responsável pelos cuidados com a irmã menor. Hoje cursa o segundo ano do Ensino Médio e trabalha como doméstica com Carteira assinada. Veio sozinha do interior para Goiânia a fim de realizar o sonho de fazer o curso de História.

6. BIANCA

Bianca - 23 anos - viveu com os pais até os três anos quando a mãe abandonou a família levando seu irmão mais velho. Ficava aos cuidados da tia quando o pai ia para o garimpo trabalhar. O pai se casou novamente quando ela tinha cinco anos. Entrou na escola aos sete anos, mas interrompeu os estudos por várias vezes até abandoná-los na sexta série. Aos dez anos, devido a desavenças com a madrasta, começou a trabalhar de babá. Não recebia remuneração, apenas objetos de uso pessoal. A mãe, já com outra família constituída, reapareceu e a levou para o Pará, onde vivia. Não conseguiu se adaptar com a mãe e foi acolhida pelos filhos do padrasto, casa em que trabalhou por cinco anos (até os dezessete) vivendo situações de maus-tratos. Saiu sem recurso ou pertence algum. Trabalhava nas casas de conhecidos em troca de comida ou pernoite. Conseguiu emprego novamente onde ficou por três anos até voltar para a casa do pai no Maranhão. Há

nove meses veio para Goiânia para trabalhar. No primeiro emprego não recebia o salário de forma regular, no segundo foi assediada e teve que sair. Atualmente está desempregada e veio ao CASC em busca de uma vaga de doméstica. Depois de estar aqui, o pai, a madrasta e os quatro irmãos também vieram para Goiânia em busca de trabalho.

7. BERNADETE

Bernadete - 24 anos - é a segunda de uma prole de quatro. O pai faleceu quando ela tinha dez anos. Moravam em fazenda onde o pai era lavrador. Aos onze anos veio para Goiânia com uma conhecida da família para estudar e trabalhar. Realizava todo o serviço da casa e era remunerada com meio salário mínimo. Seguiu nos estudos, mas repetiu o ano devido à sobrecarga de trabalho. Permaneceu por dois anos sofrendo maus -tratos; voltou para a casa da mãe quando a patroa colocou como condição para continuar morando com ela que abandonasse os estudos. Ficou um tempo com a mãe, só estudando, e voltou para Goiânia aos quinze anos. Seguiu estudando e trabalhando como babá por três anos. Concluiu o Ensino Médio e trabalha atualmente como babá, local em que está há quatro anos com Carteira assinada. Atualmente faz curso de "Rotinas Administrativas" e de informática.

8. BÁRBARA

Bárbara - 24 anos - é a do meio de uma prole de três meninas. Estudou até a segunda série, não obtendo mais êxito nos estudos após a morte do pai. Tinha, à época, dez anos, idade em que começou a trabalhar de babá na casa de terceiros e a morar no emprego. Começou a namorar aos doze anos e, aos quinze, casou-se. Tem uma filha de nove anos. Ela trabalhava de doméstica nas fazendas em que seu marido era vaqueiro. Muitas vezes recebiam apenas um salário pelo trabalho de ambos. Tirou seu primeiro documento de Identidade aos vinte e dois anos. Veio para Goiânia há um ano em busca de melhores condições de trabalho, a convite da comadre. Mostra-se arrependida por ter vindo, mas não possuem recursos para voltar. Trabalha aqui como diarista, mas sem regularidade, e o marido lava carros num lavajato.

9. BEATRIZ

Beatriz - 25 anos - morou com a mãe e dois irmãos (uma gêmea com ela) após a separação dos pais quando ela era ainda pequena. Começou a trabalhar como babá aos treze anos no contra-turno da escola. Seguiu trabalhando como babá e gradativamente foi agregando outros afazeres. Nunca teve Carteira assinada. Interrompeu os estudos várias vezes, sendo que a última foi quando engravidou, aos vinte e um anos. Após a gravidez, continuou morando com a mãe e a irmã. Atualmente borda peças de roupa em regime de facção para uma confecção, com ganho de, aproximadamente, meio salário mínimo por mês.

10. BRUNA

Bruna - 26 anos - é a filha do meio de uma prole de cinco. O pai faleceu quando ela tinha três anos. Aos oito, a mãe migrou com os filhos do Ceará para a Paraíba. A mãe era auxiliar de cozinha, mas, por não conseguir sustentar os filhos, começou a mendigar nas ruas. Embora tenha entrado na escola aos seis anos, não conseguia concluir nenhum ano, pois ficava nas ruas pedindo esmolas. Aos dez anos veio com a avó, a mãe e os irmãos para Goiânia e seguiram morando nas ruas, mendigando. A mãe lavava carros numa praça enquanto os filhos pediam esmolas. Aos doze anos já vivam em uma casa com o padrasto, que a mãe conheceu aqui. Ele era usuário de drogas ilícitas e a espancava quando ela, depois de mendigar, não retornava no final do dia com uma determinada quantia em dinheiro. Fugiu de casa e foi acolhida por uma desconhecida com quem ficou por um ano trabalhando até que a patroa acionou sua avó materna – que já morava em Brasília – para que a levasse, pois reconhecia a ilegalidade de abrigar uma menor de idade sem a autorização da família. Com a avó, continuou trabalhando de doméstica. Morou por sete anos com uma patroa que a apoiou muito, inclusive pagando escola particular. Aos dezessete anos começou a namorar, engravidou e deixou o trabalho para viver com o namorado a contragosto da patroa, pois ele, além de usuário, era traficante de drogas. Antes mesmo de ela dar à luz, ele foi assassinado e ela voltou para a casa da avó. Quando a filha tinha um mês, a avó faleceu. Constrangida de pedir ajuda à antiga patroa, arrumou outro emprego que não deu certo e ela retornou a Goiânia. Trabalhou como doméstica até conhecer seu atual marido com quem tem três filhos. A partir daí ela trabalha com ele em feira vendendo roupas.

11. CECÍLIA

Cecília - 27 anos - viveu no Tocantins com uma tia desde os sete anos, a qual também criava um de seus três irmãos, de onze anos, depois do falecimento da mãe. Nunca conheceu o pai. Aos nove anos, começou a trabalhar de babá e a morar nas casas em que trabalhava. Devido à vida precária, aos onze anos, veio para Goiânia sozinha para a casa de uma prima que lhe arrumou um emprego onde realizava todo o serviço doméstico. Era remunerada com roupas, calçados etc. Nesse período, começou a freqüentar a escola pela primeira vez. Aos dezesseis anos, abandonou a escola devido à sobrecarga de trabalho. Aos dezessete anos, engravidou de um namorado que não reconheceu a paternidade, foi apoiada pela patroa com quem morou por três anos. Quando o bebê tinha quatro meses, engravidou pela segunda vez de outro namorado (usuário de drogas) com quem foi morar. Aos seis meses de gravidez, separou-se e foi morar no Centro de Valorização da Mulher Consuelo Nasser – CEVAM (Organização Não-governamental que acolhe mulheres vítimas de violência). Nesse período trabalhava como diarista. Depois do parto teve depressão, tendo que permanecer internada por três meses, ficando os filhos aos cuidados do CEVAM. Aos vinte e seis anos uniu-se a um companheiro com quem permaneceu por um ano. Já grávida, separou-se devido às agressões sofridas. Quando foi entrevistada, estava no final da gravidez, trabalhando como cozinheira e vivendo num barracão em condições precárias com os dois filhos.

12. CAMILA

Camila - 28 anos - nasceu no Tocantins, mas vivia no Pará com os pais e três irmãs. Na infância, trabalhou na roça com o pai e, a partir dos doze anos, na casa de vizinhos. Estudou até a quarta série. Aos quinze anos, devido à proibição do pai que ela trabalhasse como doméstica, fugiu com um rapaz para o Tocantins, onde trabalhou como doméstica. Com dezesseis anos veio para Goiânia com um tio que mora aqui e seguiu trabalhando como doméstica e morando sozinha. Aos dezoito foi morar com o namorado e continuou trabalhando, pois ele estava desempregado. Depois de três anos de relacionamento, engravidou e foi para a casa da mãe no Tocantins dar à luz. Quando o filho estava com seis meses, separaram-se e ela voltou para o Tocantins. Depois de um ano, deixou o filho aos cuidados da mãe e voltou para Goiânia para trabalhar. Quando conseguiu um emprego estável, foi buscar o filho, com três anos, colocou-o na creche e continuou trabalhando. Atualmente, trabalha com Carteira assinada e recebe um salário mínimo.

13. CLÁUDIA

Cláudia - 28 anos - é a décima primeira de uma prole de dezesseis. Viveu, na infância, numa fazenda no interior da Bahia com os pais. Iniciou os estudos com sete anos e cursou até a segunda série. Aos onze anos foi levada pelo dono da fazenda onde morava para Minas Gerais para trabalhar como babá. Residiu com os patrões até os dezesseis anos, quando começou a namorar e foi viver com o namorado. Depois que teve os dois primeiros filhos voltou a trabalhar de doméstica. Com oito anos de união, engravidou do terceiro filho, separou-se e voltou para a

casa dos pais na Bahia, onde continuou trabalhando de doméstica. Conheceu um rapaz com quem foi morar. Com ele e os filhos foram para uma outra cidade no interior da Bahia. Ele recebeu uma proposta de trabalho e, há um mês, estão em Goiânia. Ela deixou os filhos aos cuidados da mãe na Bahia. Está em busca de trabalho de doméstica.

14. CAROLINA

Carolina - 30 anos - veio aos cinco anos do interior do estado com a mãe e o padrasto. A mãe veio dar à luz a sua irmã e ficaram aqui por seis anos. Aos sete anos conciliava a escola e os cuidados com as irmãs menores e, aos nove, quando as irmãs foram para a escola, começou a trabalhar na casa de vizinhas. Nessa idade conheceu o pai. Aos onze, a família voltou para o interior e ela começou a ajudar o padrasto na roça. Aos catorze casou-se, parou de estudar na sexta série e começou a trabalhar com uma família com a qual permaneceu durante treze anos, interrompidos apenas por outro trabalho que durou três anos. Em nenhum deles teve Carteira assinada. Veio para Goiânia há um ano com os filhos, já separada do marido. Trabalhou vendendo espetinhos com um ambulante, mas o trabalho se estendia até a madrugada e resolveu parar. Trabalhou durante três meses de doméstica e teve dengue, tendo que sair do emprego. Atualmente trabalha de doméstica meio período próximo a sua casa e recebe meio salário mínimo.

15. DORA

Dora - 32 anos - é irmã de Débora. Assim como a irmã, iniciou-se nos afazeres domésticos ainda criança devido ao precário estado de saúde da mãe. Começou a trabalhar na casa de terceiros aos doze anos. Trabalhou na adolescência durante seis anos numa mesma casa e quatro em outra. Nunca teve Carteira assinada. Iniciou os estudos aos sete anos e só conseguiu terminar o Magistério aos vinte e um anos. Fez o curso de Letras no sistema de curso parcelado e atualmente é concursada no estado e trabalha como Auxiliar Administrativo. Casou-se aos vinte e nove anos e tem um filho de dois anos.

16. DIVA

Diva - 32 anos - veio da Paraíba para Goiânia aos dez anos com os pais e uma irmã. Aos seis anos, ainda na Paraíba, entrou para a escola, mas, segundo ela, não conseguia aprender, por isso a mãe a colocou para trabalhar e morar na casa de terceiros. Não é alfabetizada. Ao chegar a Goiás foi deixada pela mãe numa fazenda para trabalhar, lá sofreu muitas privações e maus-tratos até que voltou a viver com a família. Após os quinze anos, começou a trabalhar de doméstica, ficou numa casa até os vinte anos quando engravidou do namorado e foi viver com ele. Separou-se e foi substituir a irmã como auxiliar de cozinheira. Engravidou novamente e foi morar com o pai de seu filho de seis anos. Pelo fato de ele (o menino) ser portador de necessidades especiais, não pode trabalhar fora de casa, pois não tem com quem deixá-lo. Mora num barracão em condições insalubres e extremamente precárias. Sobrevive da pensão que recebe do companheiro falecido.

17. DANIELA

Daniela - 32 anos - veio do Mato Grosso, onde nasceu, para Goiânia, aos cinco anos, com os pais e três irmãs. Com a separação dos pais (devido à violência do pai), aos oito anos, teve que ajudar a mãe a cuidar das irmãs mais novas e deixou a escola sem concluir a terceira série. Aos dez anos começou a trabalhar na casa de terceiros, principalmente a fim de se alimentar, pois as condições em casa eram precárias. Não recebia remuneração em espécie. Aos treze anos foi assediada em um dos empregos. Aos catorze anos foi morar no emprego e recebia meio salário mínimo. Embora tenha retomado os estudos os interrompeu por várias vezes devido à inconstância nos empregos. Trabalhou como vendedora em loja de calçados até se casar, aos vinte e três anos. Nesse período teve que abandonar os estudos na oitava série, pois o marido não a deixou continuar. Há três anos retomou os estudos e concluiu, no ano passado, o segundo ano do Ensino Médio. Responsabilizada pelo marido pelo mau desempenho dos filhos na escola, não retomou os estudos neste ano. Há um ano começou a trabalhar para uma amiga de doméstica e babá, ganhando mais de um salário mínimo e podendo levar os filhos que permanecem com ela durante o período que não estão na escola. Utiliza parte do que recebe para pagar escola particular para os filhos.

18. DALVA

Dalva – 33 anos – nasceu no interior do estado e, aos sete anos, quando morava no Mato Grosso, perdeu a mãe. Os seis irmãos mais velhos, do primeiro casamento da mãe, se dispersaram e o pai voltou para Goiás trazendo seus três filhos menores, incluindo Dalva. O pai se casou novamente quando ela contava com onze anos. Por não se relacionar bem com a madrasta o pai a colocou na casa de terceiros para que aprendesse a realizar as tarefas domésticas, sem remuneração. Dos treze aos catorze anos trabalhou de empacotadora de leite, saindo para trabalhar de doméstica na casa de uma família onde ficou por quatro anos. Nesse período só ia para casa do pai nos finais de semana. Estudou até a quinta série. Casou-se aos vinte anos, teve a primeira filha e só voltou a trabalhar quando veio para Goiânia com a filha ainda pequena. Optou por ser diarista, atividade que ela exerce até os dias atuais.

19. DÉBORA

Dora - 35 anos – reside numa pequena cidade próxima à capital. Morou com os pais e uma irmã durante a infância. Vivia constantemente em Goiânia, devido à enfermidade da mãe, o que comprometeu a seqüência dos estudos – embora tenha entrado na escola aos sete anos – e também contribuiu para que ela e a irmã assumissem precocemente as tarefas domésticas. Aos doze anos começou a trabalhar na casa de terceiros para comprar objetos de uso pessoal. Casou-se aos dezesseis anos e passou a trabalhar nas fazendas onde o marido era vaqueiro. Chegou a ter Carteira assinada como vaqueira. Depois das duas filhas maiores, voltou a trabalhar de doméstica. Voltou à escola depois de ter interrompido os

estudos na adolescência, na quinta série. No ano passado concluiu o segundo ano do Ensino Médio. Pretende retomar os estudos.

20. ELIANA

Eliana - 37 anos - é a sétima de uma prole de nove irmãos. Morou com os pais na Bahia durante a infância. O pai era trabalhador rural. Não sabe precisar a idade em que iniciou os estudos. Veio com os pais para Goiânia ainda na infância onde cursou até a sexta série. Iniciou os trabalhos fora de casa como vendedora ambulante logo que chegou a Goiânia. Depois, por conta própria, buscou trabalho na casa de terceiros, aos doze anos, quando os pais foram morar num bairro mais afastado, passando a morar no emprego. Engravidou aos quinze anos. Trabalhou durante três anos com a mesma família e depois foi trabalhar para a filha da patroa. Saiu somente aos dezoito quando se casou. Teve uma filha aos dezenove, já separada do marido. Voltou a viver com o marido e ora morava em Goiânia, ora no interior. Nesse período sempre trabalhou como cozinheira. Atualmente está em Goiânia procurando emprego como cozinheira.

21. EUGÊNIA

Eugênia - 38 anos - é a décima filha de uma prole de quinze filhos, sendo sete do primeiro casamento da mãe e oito do segundo. Vieram do estado do Tocantins. Foi para a escola aos nove anos. Por passar períodos intercalados entre cidade e

campo, interrompeu várias vezes os estudos, pois tinha que ajudar o pai na lavoura. Com onze anos foi para a cidade e começou a trabalhar na casa de terceiros seguindo os estudos a partir da segunda série. Continuou trabalhando de doméstica morando ora no Tocantins ora no Pará. Conseguiu concluir o Magistério, mas nunca trabalhou como professora. Chegou a trabalhar como doméstica por três anos com Carteira assinada. Casou-se aos vinte e seis anos, tem três filhos com menos de onze anos e está separada. Veio para Goiânia há um ano, fez curso de corte e costura e procura emprego que não seja de doméstica.

22. ELISA

Elisa, 39 anos, morou com os pais até os sete anos. Quando a mãe faleceu, o pai abandonou os filhos pequenos aos cuidados das irmãs mais velhas. Constituíam uma prole de onze filhos. Começou a estudar aos sete anos e, aos oito, a aprender os afazeres domésticos. Aos onze começou a trabalhar na casa de terceiros. Na adolescência, devido à violência doméstica, saiu de casa e passou a morar nas casas em que trabalhava. Engravidou de um namorado e fez um aborto por não contar com o apoio das irmãs. Foi assediada nas casas em que trabalhava e teve que abandonar o emprego algumas vezes. Interrompeu os estudos até chegar ao Ensino Médio, quando parou definitivamente sem concluí-lo. Nunca trabalhou com Carteira de Trabalho assinada. Atualmente vive da pensão deixada pelo pai que era funcionário público. Vive um relacionamento estável e tem um filho de um ano.

23. ELZA

Elza - 39 anos - viveu até os doze anos na fazenda onde o pai era trabalhador rural e, desde criança, ela e os irmãos o ajudavam. É a segunda de uma prole de sete filhos. Começou a estudar aos sete anos na escola da fazenda em que viviam. Teve várias interrupções e repetências. Começou a trabalhar na casa do dono da fazenda aos doze anos, como doméstica. Ficou até os catorze anos quando foram para a cidade e ela seguiu trabalhando como doméstica. Voltou à fazenda para trabalhar com o pai na lavoura. Aos dezessete, voltou a morar na cidade e a trabalhar como doméstica numa família em que permaneceu até se casar aos dezenove anos. Depois de casada veio morar em Goiânia e, a partir daí, trabalhou como diarista. Hoje faz serviços gerais em uma escola de hidroterapia durante o período vespertino e noturno com Carteira assinada e, pela manhã, é diarista. Tem dois filhos adolescentes.

24. ELIZABETH

Elizabeth - 40 anos - é a oitava de uma prole de doze filhos. Morou durante a infância com os pais. Começou a estudar aos nove anos na fazenda em que morava. Concluiu apenas a quarta série. Veio para Goiânia aos catorze anos para trabalhar na casa em que anteriormente trabalhava a irmã. Permaneceu com a família por doze anos sem nunca ter recebido salário, apenas em troca do que necessitava (comida, roupa etc.). Saiu do emprego quando se casou, voltando a trabalhar há dois anos como diarista.

25. FÁTIMA

Fátima - 43 anos - nasceu de um relacionamento fora do casamento do pai. Quando ainda era bebê, o pai a retirou da mãe biológica e a levou para viver junto à família dele. A madrasta era alcoólatra e a espancava com frequência, prática que não se repetia em relação aos filhos legítimos. Aos sete anos, começou a trabalhar na casa de terceiros por exigência da madrasta e sem o conhecimento do pai. A remuneração recebida ficava com a madrasta. Fátima passou a dormir nas casas em que trabalhava a partir dos doze anos, idade em que abandonou a escola. O pai faleceu quando ela tinha catorze anos. Nos momentos de desemprego, chegou a viver na casa da madrasta, a quem trata de mãe. Aos dezoito anos, engravidou e foi expulsa de casa pela madrasta. O namorado fez contato com uma família conhecida dele para que a acolhesse. Nessa família ela permanece trabalhando até os dias atuais (há vinte e dois anos). Nunca teve Carteira de Trabalho assinada. Engravidou mais duas vezes, a última há oito anos. Nunca conviveu maritalmente com nenhum dos pais de seus filhos. Enfrentou muitos conflitos com a patroa quando as filhas eram pequenas até que elas foram viver com a avó (sua madrasta). Depois dos vinte anos, voltou a estudar e concluiu o Ensino Médio.

26. FLORA

Flora – 46 anos - viveu a maior parte da infância na fazenda onde trabalhavam os pais, os seis irmãos e os avós. Estudou até a terceira série. Aos nove anos, começou a trabalhar de babá, depois de cozinheira, lavadeira, passadeira, dentre outras atividades. Morou na fazenda até os vinte anos, quando foi para a cidade onde estava a família há um ano. Passou por várias limitações, inclusive de alimento. Ao saber da situação de penúria em que viviam, o antigo patrão os trouxe novamente para a fazenda. Lá, Flora continuou a trabalhar como doméstica até que foi *emprestada* a uma comadre de sua patroa, onde ficou por um ano tendo sido assediada pelo patrão. Foi, então, trazida para Goiânia por um compadre de seu pai a fim de trabalhar para uma família com a qual ficou durante dois anos até se casar. Atualmente trabalha com Carteira assinada em serviços gerais na Matriz de Campinas (bairro de Goiânia), onde está sediado o Centro de Assistência Social de Campinas – CASC.

27. FRANCISCA

Francisca - 45 anos - morava com os pais e um irmão até os seis anos quando a mãe faleceu. Ela e o irmão passaram, então, a ficar sob os cuidados dos avós paternos. A partir daí começou a cuidar de suas próprias roupas e as do irmão. Passavam alguns períodos com o pai na roça, mas, sem condição de cuidar dos filhos, ele os entregava novamente aos avós. Quando o pai se casou, mais uma vez os trouxe para viver com ele e a madrasta, com a qual ela não se dava bem por sofrer maus-tratos. Continuavam fazendo as tarefas domésticas sob a exigência da madrasta. Começou a estudar aos nove anos, quando já trabalhava na roça ajudando o pai. Concluiu a quarta série aos catorze anos e teve que sair da escola

para ajudar a madrasta no cuidado com seu irmão recém-nascido. Aos quinze anos, começou a trabalhar na casa de terceiros, permanecendo até se casar, aos dezoito anos. Parou de trabalhar fora e foi morar com o marido nas fazendas onde ele trabalhava como caseiro. Somente voltou a trabalhar como doméstica depois que o filho caçula tinha dez anos, permaneceu na mesma casa por quatro anos. No emprego seguinte ficou por mais cinco anos. Trabalhou como cuidadora de um rapaz portador de necessidades especiais por três anos. Nunca teve Carteira assinada. Chegou a ser vendedora ambulante. Tem três filhos e hoje vive com outro companheiro. Voltou a estudar e cursa a sexta série.

28. GLÓRIA

Glória - 48 anos - é natural do estado do Rio Grande do Sul. Morava com os pais e os cinco irmãos na infância. O pai era barrageiro em uma companhia hidroelétrica. Entrou na escola aos sete anos e aos catorze começou a trabalhar na casa de terceiros, sem interromper os estudos. Terminou o Ensino Médio e, aos dezoito anos, os pais se mudaram para outra cidade no estado do Paraná e ela foi para Curitiba trabalhar como doméstica, depois se mudou para São Paulo também para trabalhar como doméstica. Aos vinte anos voltou à casa dos pais, começou a namorar e engravidou aos vinte e um. Depois de algum tempo, os pais se mudaram para o interior de São Paulo, quando ela deixou com eles a filha e foi trabalhar no estado do Mato Grosso. Voltou à casa dos pais. De lá foi para o estado do Tocantins acompanhando uma amiga que abriu um restaurante. Chegou a trabalhar em cargos administrativos, caixa operadora, cozinheira, auxiliar de dentista e outros. Há três

anos veio para Goiânia, aqui já trabalhou como doméstica e cozinheira. Com o falecimento da mãe, entrou em depressão e não conseguiu trabalhar por algum tempo e agora está em procura trabalho.

29. GABRIELA

Gabriela - 48 anos - é a filha do meio de uma prole de treze filhos, dos quais seis já são falecidos. Começou a estudar aos sete anos. A partir dos treze, trabalhava na casa de terceiros para comprar os materiais escolares, pois o pai era alcoólatra e não tinha uma renda constante. Aos quinze anos, teve a primeira experiência de morar fora de casa. Para facilitar o acesso à escola, morava na casa de uma conhecida e realizava os afazeres domésticos em troca de estadia. Não conseguiu permanecer ali mais que um mês. Aos dezoito anos, devido ao alcoolismo do pai, resolveu morar na casa em que trabalhava. Lá permaneceu por mais de quatro anos. No emprego seguinte ficou por mais de sete anos. Em nenhum deles teve a Carteira de Trabalho assinada. Interrompeu os estudos algumas vezes, mas concluiu o Ensino Médio. Buscou outros postos de trabalho, como técnica em contabilidade, nunca obtendo êxito. É solteira e atualmente trabalha de doméstica com Carteira assinada.

30. GILDA

Gilda - 53 anos - é filha única. Havia entre os pais uma incompatibilidade sanguínea que os impediu de ter mais filhos. O casal perdeu seis filhos antes do nascimento dela, que sobreviveu por ter sido submetida a uma transfusão de sangue ao nascer. O pai era lavrador, mas, sem condições de trabalho, veio com a família para Goiás em busca de emprego. Foi ser lavador de carro em um posto de gasolina. A mãe era chagásica, devido à doença, Gilda assumia, desde cedo, as tarefas domésticas. Nos momentos em que a saúde permitia a mãe trabalhava de doméstica e levava Gilda para que brincasse com o filho da patroa. No início da adolescência ela abandonou a escola (na quarta série) sob a promessa da patroa de que iria lhe ensinar em casa, pois havia necessidade de que ela ficasse cuidando da criança. Casou-se aos dezesseis anos e trabalhando de doméstica durante toda a vida, intercalando apenas algumas vezes com outras modalidades de trabalho. Teve quatro filhos e hoje não trabalha fora, cuida da casa e dos netos. Para sobreviver necessita da complementação de alimentos doados por instituições.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)